



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS

SEVERINO ALVES REIS

**ESCREVIVÊNCIAS E REEXISTÊNCIAS: DISCENTES DA EJA COMO
SUJEITOS LEITORES E ESCRITORES**

Salvador
2021

SEVERINO ALVES REIS

**ESCREVIVÊNCIAS E REEXISTÊNCIAS: DISCENTES DA EJA COMO
SUJEITOS LEITORES E ESCRITORES**

Memorial de Formação apresentado ao Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), Instituto de Letras, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Silva Souza

Salvador

2021

Reis, Severino Alves.

Escrevivências e reexistências: discentes da EJA como sujeitos leitores e escritores / Severino
Alves Reis. - 2021.

125 f.: il. + 1 Caderno pedagógico.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lúcia Silva Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2021.

1. Língua portuguesa - Estudo e ensino. 2. Cultura afro-brasileira - Estudo e ensino. 3. Educação de jovens e adultos. 4. Letramento. 5. Escrita. 6. Evaristo, Conceição, 1946- . Olhos d'água. I. Souza, Ana Lúcia Silva. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 469.07

CDU - 811.134.3:374.7

ESCREVIVÊNCIAS E REEXISTÊNCIAS: DISCENTES DA EJA COMO SUJEITOS LEITORES E ESCRITORESXS D

Memorial de Formação apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Letras, Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Banca Examinadora:

Profª. Dra. Ana Lúcia Silva Souza (Orientadora)

Universidade Federal da Bahia

Prof. Dr. José Henrique Freitas Santos(Examinador do Programa)

Universidade Federal da Bahia

Profª. Dra. Maria Anória de Jesus Oliveira

(Examinadora Externa ao Programa) Universidade do Estado da Bahia

Aprovado em 28 de agosto de 2021

A

minha mãe, Renilza Gomes, com suas escrevivências, sempre me guiou pelo caminho das letras.

minha irmã, Isabel Gomes (in memoriam), que me presenteava com livros didáticos e me dizia: estude...

AGRADECIMENTOS

A Deus que me mantém vivo, que me fortalece nos meus momentos mais íntimos de incertezas e diariamente na fé;

Aos que sonharam comigo, mesmo sem saber...

À minha mãe, Renilza Gomes, a meu pai, Gilberto Alves Reis (in memoriam) e aos meus irmãos e as minhas irmãs que, de forma direta e indireta, me colocaram no caminho das letras, sobrinhos e sobrinhas. Vocês são a minha base, o meu sustentáculo;

À minha família Modesto que, além de ter me acolhido, sempre esteve comigo em todos os momentos.

Às minhas afilhadas – Lara Gabriela e Laura Sophia -, ao meu afilhado, Davi Guilherme, por fazerem parte deste trabalho e da minha vida.

Aos meus compadres e às minhas comadres que entenderam a proposta e não mediram esforços para que seus filhos, meus afilhados, me ajudassem nesse momento.

Aos meus amigos e amigas – considero aqui irmãos e irmãs -, a família escolhida por mim e que também me escolheu. Vocês sabem a importância que têm em minha vida. Vocês são meu escudo de proteção, de carinho, de amor e de amizade. Amor para vida toda. Celebrar a vida!

À minha orientadora, Profa. Dra. Ana Lúcia Silva Souza – Analu -, por ter me escolhido e me acolhido para essa caminhada de descobertas, de lutas e por uma educação antirracista;

Aos examinadores que compuseram a banca: Profa. Dra. Maria Anória de Jesus Oliveira (UNEB), quanta beleza e doçura nas palavras ao adentrar ao meu mundo de memórias e letras, quanta contribuição neste processo final de escrita! Prof. Dr. José Henrique Freitas Santos (UFBA), esteve comigo desde a pré-qualificação até a defesa, contribuindo de forma brilhante para o andamento e conclusão deste trabalho.

À Profa. Dra. Simone Souza de Assumpção pelas discussões que me despertaram para o (re)conhecimento dos meus letramentos familiares;

A todos os mestres-doutores do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) pelas discussões e sugestões de leitura durante o cumprimento dos componentes curriculares, afinal cada um, cada uma foi essencial para essa (re)construção de saberes práticos.

A minha turma 6, pelas discussões, pelo compartilhamento de práticas e saberes, além das risadas e confraternizações. E, depois, encontros on-line. Em especial, às colegas, hoje amigas, Diana Freitas, Elisângela Silva e Jailma Azevedo.

A CAPES, por apoiar o projeto de Mestrado Profissional;

E não poderia deixar de externar meus agradecimentos aos meus alunos do Colégio Municipal Laura Folly que, desde a apresentação do projeto, se dispuseram a participar dele. À direção do colégio, à coordenação e à Seduc de Dias d'Ávila que aceitaram o desenvolvimento do projeto que, infelizmente, não pôde ser aplicado. Gratidão!

Na história, conta sobre um menino que mudou de vida e virou professor, 1º ele vendia sorvete, 2º foi a escola e aprendeu, 3º ele virou professor, 4º ele foi a universidade e Comemorou.

Liana 25/12/2020

REIS, Severino Alves. *Escrevivências e Reexistências Discentes da EJA como sujeitos leitores e escritores*. Orientadora: Ana Lúcia Silva Souza. 2021, 125 f. Memorial de Formação (Mestrado Profissional em Letras) – PROFLETRAS /Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

RESUMO

A presente pesquisa, denominada *Escrevivências e Reexistências: Discentes da EJA como sujeitos leitores e escritores*, foi desenvolvido no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS –, da Universidade Federal da Bahia - UFBA -, e tem como centralidade refletir sobre o ensino de língua portuguesa sob a perspectiva da implementação da Lei 10639/2003 – que altera a LDB e institui o ensino da história e cultura afro-brasileiro nos artigos 26a e 79b. A pesquisa comporta um projeto de letramento focado na análise de contos de Conceição Evaristo do livro *Olhos d'água* (2016), buscando descortinar os preconceitos, racismo e sexismo ainda vigentes na sociedade brasileira, principalmente contra mulheres, e em especial, as negras. E, a partir desse percurso, incentivar a escrita autoral de textos de alunas e alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA na Escola Municipal Laura Folly, no município de Dias d'Ávila. O estudo leva em consideração as experiências e os letramentos de cada estudante participante e tem como finalidade oferecer elementos para que haja reflexão e análise que questionem a condição de subalternidade racial e de gênero a que grande parte da população brasileira ainda está submetida. A nossa aposta é que, na interação em sala de aula, se possa construir outros mundos. A pesquisa está ancorada nos aportes teóricos e conceituais: Miguel González Arroyo (2005), Kabengele Munanga (2008), Djamila Ribeiro (2018), Conceição Evaristo (2016), Ana Célia Silva (2004), Brian V. Street (2014), Angela Kleiman (2005), Gabriel Nascimento (2019), Ana Lúcia Silva Souza (2011), Maria Amélia Dalvi (2013), Florence Carboni (2003), Nilma Lino Gomes (2005), entre outros. O desenvolvimento do projeto, ainda que parcialmente em sala de aula devido às restrições do período pandêmico, permitiu refletir sobre o fazer docente de modo a afirmar a necessidade de que a língua portuguesa como acolhimento esteja na sala de aula assim como seja o lugar do sentir-se bem e sentir-se também donos da nossa própria história, individual e coletivamente na busca pela igualdade racial e de gênero

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos - Lei 10639/2003 - Escrevivências – Diversidade étnico-racial e de gênero.

REIS, Severino Alves. *Escrevivências e Reexistências Discentes da EJA como sujeitos leitores e escritores*. Orientadora: Ana Lúcia Silva Souza. 2021, 125 f. Memorial de Formação (Mestrado Profissional em Letras) – PROFLETRAS /Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

ABSTRACT

This research, called Writings and Re existences: EJA students as readers and writers, was developed within the scope of the Professional Master's Program in Liberal Arts – PROFLETRAS –, at the Federal Bahia University - UFBA. -, and its centrality is to reflect on the teaching of Portuguese language from the perspective of the implementation of Law 10.639/2003 – which amends the LDB and institutes the teaching of Afro-Brazilian history and culture in articles 26a and 79b. The research includes a literacy project focused on the analysis of short stories by Conceição Evaristo from the book *Olhos d'água* (2016), seeking to uncover the prejudices, racism and sexism still in force in Brazilian society, mainly against women, and especially black women. And, from this path, encourage the authorial writing of texts by students and students of Youth and Adult Education – EJA at the Laura Folly Municipal School, in Dias d'Ávila city. The study takes into account the experiences and literacy of each participating student and aims to provide elements for reflection and analysis that question the condition of racial and gender subordination to which a large part of the Brazilian population is still subjected. Our bet is that, in the interaction in the classroom, other worlds can be built. The research is anchored in theoretical and conceptual contributions: Miguel González Arroyo (2005), Kabengele Munanga (2008), Djamila Ribeiro (2018), Conceição Evaristo (2016), Ana Célia Silva (2004), Brian V. Street (2014), Angela Kleiman (2005), Gabriel Nascimento (2019), Ana Lúcia Silva Souza (2011), Maria Amélia Dalvi (2013), Florence; Carboni (2003), Nilma Lino Gomes (2005), among others. The project development, although partially in the classroom due to the restrictions of the pandemic period, allowed us to reflect on the teaching practice in order to affirm the need for the Portuguese language as a host to be in the classroom as well as the place of feeling good and also feel the owners of our own history, individually and collectively in the search for racial and gender equality.

Keywords: Youth and Adult Education - Law 10.639/2003 - Writings - Ethnic-racial and gender diversity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Desenho 01	Vendedor de sonho.....	17
Desenho 02	Vendendo sonho.....	22
Desenho 03	E o mestrado?	27
Figura 01	Analu e Eu	30
Figura 02	Qualificação on-line.....	34
Figura 03	Live Enem I.....	38
Figura 04	Live Enem II	38
Figura 05	Live Enem III	38
Figura 06	Live Mulher preta	38
Figura 07	Live Arte como forma de existir	38
Figura 08	Live Educação e ascensão social	39
Figura 09	Live Relacionamento pais e filhos.....	39
Figura 10	Live Letramentos poéticos de reexistência	39
Figuras 11	Live Entendendo o racismo	39
Figura 12	Live Encontro on-line Profletrista	40
Figura 13	Quarteto Profletrista	40
Figura 14	Primeiro semestre 2019.....	41
Figura 15	Segundo semestre 2019	41
Figura 16	Aulas não param	41
Figura 17	Saudades de aglomeração	41
Figura 18	Saudades de compartilhar	41
Figura 19	Live do Recomeço	43
Desenho 04	Mãe me guia	44
Desenho 05	Dando aula	59
Desenho 06	O menino lendo livro	87
Desenho 07	Na escola	92
Desenho 08	Roda de conversa	95
Desenho 09	O estudo	103
Desenho 10	Mestrado letras	109
Desenho 11	A sala da Universidade	110
Desenho 12	Comemoração	110

LISTA DE SIGLAS

AJA – Alfabetização de Jovens e Adultos

AVC - Acidente Vascular Cerebral

CCCR – Curadoria Crítico-Cultural de Reexistência

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

LD – Livro Didático

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LP – Língua Portuguesa

ONG – Organização Não Governamental

PMEDD – Plano Municipal de Educação de Dias d'Ávila

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PROFLETRAS - Programa de Mestrado Profissional em Letras

TALE - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

TCLE - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UFBA – Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	15
PRIMEIRA PARTE: VIDA E TRAJETÓRIA	18
MEMORIAL DE FORMAÇÃO	18
FRUTA SÓ DÁ NO TEMPO...	19
QUANTO CUSTA UM SONHO?	19
VENDENDO SONHOS E LETRAS	23
A FRUTA, ENFIM, CHEGOU	25
E O MESTRADO, SEVERO?	28
SURGE UMA PEDRA NO MEIO DO CAMINHO, OU MELHOR, NO MEIO DO SONHO	33
SE PUDER... FIQUE EM CASA, SEM SE PERDER DO CONHECIMENTO	38
A PEDRA QUE ME PARALISOU	43
SEGUNDA PARTE: O PROJETO DE PESQUISA	45
TEMA	45
PROBLEMÁTICA	45
UM MERGULHO NA METODOLOGIA	51
JUSTIFICATIVA	55
TERCEIRA PARTE: EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS NEGROS NO BRASIL	61
UM PASSEIO PELOS CONCEITOS DE RAÇA, RACISMO, PRECONCEITO E IDENTIDADE	61
SE VOCÊ PODE, NÓS TAMBÉM PODEMOS: JOVENS ADULTOS DA/NA EJA, QUEM SÃO ELES?	66
FRAGMENTO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO BRASIL	69
MULHERES NEGRAS E A EDUCAÇÃO	77
QUARTA PARTE: O MENINO LENDO	89
VOCÊ SABE COM QUEM ESTÁ FALANDO?	89
A ESCOLA, OS ALUNOS, AS ALUNAS, O PROFESSOR E O SONHO DE UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA	94

CONCEIÇÃO EVARISTO E O DELEITE DA LITERATURA EM SALA DE AULA	97
PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	105
RODAS DE CONVERSA: DESENVOLVENDO A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	114
ANEXOS	118

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este memorial de mestrado, desenvolvido no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS –, da Universidade Federal da Bahia - UFBA -, está pautado, em especial, no meu processo de formação tanto dentro da educação formal quanto da educação informal. O texto ora apresentado além das minhas memórias, existem outras partes a saber: na primeira parte, com a narrativa da minha vida, da família, além da trajetória profissional, apresento na segunda parte, uma descrição do projeto de pesquisa com, entre outras seções, os objetivos geral e específicos e a metodologia que dará suporte ao processo. Posteriormente, na terceira parte, discuto Educação para jovens e adultos negros no Brasil com uma abordagem histórica da Educação de Jovens e Adultos – EJA -, além dos negros que chegaram ao país escravizados, sem direito a uma educação formal, sofrendo todo tipo de exclusão social e racial que se imagina e ainda se vive, mas também reinventando formas de reexistir e contar a história que não foi contada. Assim, contá-la, por meio de um olhar sensível, é fazer com que os participantes se sintam donos e protagonistas da própria vida e da aprendizagem, como o título do trabalho já enfatiza **Escrevivências e Reexistências: Discentes da EJA como sujeitos leitores e escritores**. Por fim, trago a quarta parte, um estudo sobre a importância da Literatura na EJA, o estudar contos da escritora Conceição Evaristo e a proposta de intervenção.

Cabe ressaltar que a produção escrita, a partir dos contos de Conceição Evaristo, do livro *Olhos d'água* (2018), será o foco do projeto, sem deixar de lado a leitura feita pelo participante de cada produção. Outro ponto essencial para desenvolvimento do projeto focando nos contos de Conceição Evaristo foi ouvir histórias, depoimentos de mulheres que sofreram com descaso da família, com a violência em suas diversas faces no âmbito privado e público, no social, o “abandono” forçado dos estudos pelos estudantes foram fatores que me impulsionaram a pesquisar e estudar em como fazer com que esses sofrimentos, essas vivências, buscas de superação e continuidade de vida se tornem escritos para ajudar outras pessoas a lutarem por liberdade, independência e respeito. Cabe salientar que a escolha por Conceição Evaristo está em virtude de a autora ser é expoente de impacto e importância social na/da literatura brasileira contemporânea, cuja produção literária e teórica já ganhou o mundo. Além de ser teórica, romancista, poeta e contista, misturando em seus escritos retratos de uma vida cotidiana misturando ficção e realidade, suas obras são instrumentos também de denúncia da desigualdade social, racial e de gênero, sem se esquecer da questão ancestral negra tão presente em suas obras. A autora ter uma escrita baseada nas próprias vivências e

como forma de sublimar a realidade o que ela denomina de escrevivência. Isto é, “Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças” (EVARISTO, p.30, 2020). A escrita dessa pesquisa é também uma ação para desfazer uma imagem construída durante séculos de que a população negra não é detentora de conhecimento e evidenciar que essa ideia já não mais faz parte de uma nova realidade construída no atual século.

E para trazer à tona a escrita dessas mulheres negras e desfazer a imagem de que essa população continua refém de um sistema opressor e racista, para embasar o processo dialógico contei com aportes teóricos de, entre outros autores, Miguel González Arroyo (2005), Kabengele Munanga (2008), Djamila Ribeiro (2018), Conceição Evaristo (2016), Ana Célia Silva (2004), Brian V. Street (2014), Angela Kleiman (2005), Ana Lúcia Silva Souza (2011), Maria Amélia Dalvi (2013), Florence Carboni (2003) e Nilma Lino Gomes (2005) para sonhar comigo e com a turma da EJA para que todo o processo de proposição de aplicação do projeto seja, de fato, gratificante e que o objetivo esperado seja alcançado: uma sociedade mais justa, mais igualitária, estudantes mais cômicos da sua importância na escola e no mundo e entender que o respeito deve haver independente de gênero, cor da pele ou classe social. Ratifico que a conclusão da proposta de intervenção, como está detalhada na quarta parte, é a realização de um processo que denomino Curadoria Crítico-Cultural de Reexistência (CCCR).

Uma nota importante sobre o memorial diz respeito as imagens que compõem o próprio trabalho, que estão dispostas ao longo da escrita. São imagens produzidas por meus afilhados como forma de trazer à tona um texto autoral e com forma de mostrar a todos eles, desde criança, a importância da educação dentro e fora da escola.

A construção das imagens foi feita durante conversas com as crianças (Lara Gabriela, 9 anos; Davi Guilherme, 8 anos; Laura Sophia, 6 anos). Antes da produção, contei sinteticamente minha narrativa e, em seguida, pedi que desenhassem cada etapa em desenhos. No caso de Lara e Davi, a contação foi presencial; já no caso de Laura, foi com chamada de vídeo, já que ela estava no interior, Saúde-Bahia. Engraçado que, no início, a empolgação tomou conta, mas chegou a um determinado momento, depois dos desenhos prontos, ao pedir que fizessem uma síntese escrita da história, ou vi o seguinte: Davi: Dindo não quero escrever

mais não. Lara: Dindo, agora só vou fazer um pequeno texto, já estou cansada. Essa questão da escrita não foi solicitada a Laura porque ela ainda está no processo de alfabetização.

Saliento que a ideia de imagens veio da orientadora, uma vez que estamos trabalhando com a CCCR. Entretanto, pensei: “não há melhor pessoa para participar dessa curadoria que não fossem os meus afilhados”. Afinal, se investimos na educação e formação escolar das pessoas desde cedo, significa afirmar que a EJA futuramente ficará somente na história. Ressalto também que (Lara e Davi) estão participando pela segunda vez de um momento da minha formação. Eles participaram da minha Formatura em Pedagogia: Um entrando comigo e o outro “me coroando”. Então, quando expliquei a questão do meu “livro” que eles iriam participar, todos eles ficaram felizes e contentes, além de me perguntarem se ficarão famosos por terem participado da escrita de um livro. Evidencio, ainda, que os pais autorizaram a participação deles nesse momento de formação mútua: minha e das crianças. Cada desenho representa uma passagem da minha vida que está imbricada com cada parte, com cada seção desse memorial.

Ressalto ainda que os títulos de cada desenho foram dados por eles (Lara e Davi) . Por serem as imagens resultado de uma conversa com minhas afilhadas e meu afilhado, quero imprimir nesse memorial esse tom de conversa, valorizando as histórias. Então, nada melhor do que abrir essa pesquisa com a família que é meu alicerce.

PRIMEIRA PARTE: VIDA E TRAJETÓRIA



MEMORIAL DE FORMAÇÃO

Este memorial foi desenvolvido a partir das minhas memórias, experiências, trajetórias de letramentos e com os desenhos elaborados pelas minhas afilhadas: Lara e Laura e meu afilhado, Davi Guilherme. Como citado, a produção das imagens foi resultado da conversa que tivemos. Além disso, trago, também, vivências familiares, especialmente de minha mãe, que está no rol das pessoas sem escolarização formal, ou seja, considerada analfabeta conforme nomenclatura oficial, que sempre soube o valor e a importância da educação e por isso o orgulho de ter um com formação superior.

A escrita deste memorial é permeada por metáforas que falam do processo de uma vida cheia de sonhos, alguns concretizados, e de sonhos ainda sonhados.

FRUTA SÓ DÁ NO TEMPO...

Pensar o que escrever, como escrever e por onde começar a escrever não é tarefa fácil. Iniciar a escrita por algumas frases que marcaram a minha vida foi a maneira que encontrei para botar as ideias no papel.

A vida não é fácil para ninguém, creio eu. Então, pensar na expressão "fruta só dá no tempo" recordo-me de quando meu pai a citava para que, de alguma forma, eu não desistisse dos meus sonhos, afinal, segundo ele mesmo dizia, através do dito popular, tudo acontece no tempo certo. Isso porque demorou muito para eu encontrar um emprego na capital do estado. Antes de chegarmos à frase que deu o título ao texto, é pertinente compreender como se deram os meus diversos letramentos, mesmo sem saber que eram formas, mesmo diferentes, mas aceitas como formas de aprendizagem, da infância até o atual momento acadêmico. Afinal, o conceito de letramento surge, no Brasil, na metade da década de 80 traduzido por várias pesquisadoras que trabalhavam com as práticas de uso da língua escrita em diversas atividades que se referissem também a aspectos sócio-históricos dos usos da escrita, um conceito mais amplo do que as práticas de uso da escrita. Um conceito relativamente novo para a época que entrei na escola.

QUANTO CUSTA UM SONHO?

Aprender a ler e a escrever foi meu primeiro sonho, pelo que me recordo. Para aprender a ler e a escrever, tive que trabalhar desde os sete anos. Calma! Nada de exploração da mão de obra infantil, era uma forma de me manter na escola. Ou melhor, como forma de não ir para roça, minha mãe me deixava vendendo, primeiramente, geladinho numa borracharia do compadre dela. Mas o que isso tem a ver com o valor do sonho? Breve será explanado essa questão.

Então, inicialmente, sempre soube que se aprende a ler, a escrever e a contar na escola. Comigo foi diferente, pois aprendi a contar, a somar, a dividir e a multiplicar nessa oficina. Mãe, guerreira, trabalhadora, agricultora, sempre soube o valor da educação, mesmo sendo considerada analfabeta, conforme preconizam os documentos oficiais. Afinal, ela é uma mulher cheia de experiências e com diversos letramentos. Aqui ressalto que a ideia de analfabetismo está pautada na educação formal, conforme afirma a professora Dr^a Ana Lúcia Silva Souza (2011), ainda segundo a professora: “somos analfabetos quando deixamos nos

enganar pela episteme branca, quando escrevemos na escrita branca eurocentrada, sem levar em consideração a escrita afro. Essa ideia coaduna-se com a questão da linguagem verbal enquanto fenômeno social por (CARBONI E MAESTRI, 2003), pois “pensar na linguagem verbal a partir de um fenômeno social é pensar nos usos práticos dessa linguagem”. Porém, se é social, dever-se levar em consideração todos os usos e não apenas a prática usual de uma pequena parte da população letrada. Como toda a minha família trabalhava na roça e para que eu não seguisse esse "destino", minha mãe, mesmo sem saber que estava lutando contra um homem machista, que era meu pai, falava para ele que eu tinha que ficar na cidade para vender geladinho. Essa foi a maneira que ela encontrou para lutar contra o machismo e o patriarcalismo que sempre foram visíveis em nossas vidas.

Fazendo um adendo em relação ao machismo que rondou a vida de meu pai: Aqui não entrarei nos pormenores que fazem dele (in memoriam) um homem machista e preso a uma cultura patriarcal como, por exemplo, a mulher precisava casar virgem. E nesse sentido, não media esforços para que as filhas dele, minhas irmãs, cultuassem a ideia da pureza. Lembro que (histórias contadas e ratificadas por minha mãe, hoje, 24 de julho de 2020, em Saúde-Bahia, aqui estou por causa da Pandemia), em virtude da perda pureza, fato esse sabido por “fofocas” de vizinhos, ele obrigou uma das minhas irmãs a se casar, o que gerou revolta e tristeza, pois um casamento sem amor, sem respeito, não vingaria. Então, minha irmã, casara-se aos 15 anos, tendo que viver uma vida adulta, abandonar os estudos e os sonhos de, até então, uma adolescente sonhadora. Tudo isso, devido a um machismo e para mostrar a toda a cidade que a filha dele se casara para manter a honra do homem e da família, não importando se fosse viver feliz ou não. Bom, isso não aconteceu apenas uma vez. Outro fato que posso mencionar, segundo minha mãe, é que ela não poderia ir à missa se não colocasse a janta dele e se ele não a autorizasse. Enfim, essas são algumas das narrativas vivencias por mim, meus irmãos, minhas irmãs e minhas mãe.

Então, retomando a questão dos letramentos, ou melhor, do numeramento. Ressalto que o numeramento pode ser compreendido como uma extensão do letramento, visto que este está associado aos usos sociais da língua, inclusive a análise e interpretação das questões matemáticas. O primeiro contato com a matemática real e prática foi justamente naquela oficina. Os filhos do compadre de minha mãe me ensinavam a contar, a passar troco e "anotar" a quantidade de geladinhos que os clientes pegavam. Este momento de contar, somar, diminuir e dividir foi minha primeira forma de letramento prático, ou melhor, de numeramento prático. Nesse tempo, eu tinha uns sete anos. Isto porque o letramento vai além

da escrita, como já citei, envolve as diversas formas de interação social que envolve a língua tanto falada quanto escrita, como uma das formas que aprendi a ler números e letras. Conforme, Kleiman (2005, p.19) “o letramento está relacionado com os usos da escrita e com o impacto da língua em sociedade.” Mesmo não sendo alfabetizado nesse momento, já fazia uso de letras e números na minha prática diária.

E atrelado ao conceito de letramento, Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca, afirma que numeramento surge “para tratar das relações com conhecimentos matemáticos como práticas sociais, deixando-se as expressões *Ensino de Matemática*, ou mesmo *Alfabetização Matemática*, associadas a uma abordagem voltada para os aspectos mais técnicos do aprendizado matemático.” Esse estudo relativo ao numeramento ratifica a relevância do aprendizado prático tanto da matemática quanto dos diversos letramentos sociais envolvendo o uso da língua, não de uma forma compartimentada, como se fossem coisas que devêssemos aprender separadamente. Pelo contrário, quanto mais o ensino for baseado na praticidade social dos usos, maior a chance de torná-lo concreto.

Isso mostra o quanto a escola, mesmo sendo a agência formal de aprendizagem, não deve ser considerada a única. As experiências também são formas de aprendizagem e que ficam para sempre. Além disso, cabe salientar que as pessoas que me ensinavam não eram “formadas”, mas tinham as vivências, experiências e a consciência da importância do aprendizado escolar formal. Mesmo assim, na escola eu não aprendi da mesma forma prática com que aprendi na informalidade com quem não tinha a formação exigida para tal prática.

Depois de vender geladinho, aprender a passar troco, aprender a somar aprender a dividir e aprender a multiplicar, chegou o momento de aprender a **vender sonhos**. Sim, vender sonhos. Eu era o verdadeiro “vendedor de sonhos” uma analogia com o *best seller* o Vendedor de Sonhos de Augusto Cury. Eu fui o vendedor de sonhos, o lanche que minha mãe aprendeu a fazer com minha vó paterna para ter um dinheiro nas mãos, já que meu pai não lhe dava um conto de réis sequer.

Com o tempo, um novo letramento adentra em minha vida. Agora, eu queria aprender a ler e a escrever. Dessa vez, aprendi tal façanha com minha prima Jussara (in memoriam), que era professora e dava banca para outras crianças. Mais uma vez, fui alfabetizado num espaço informal. Aqui iniciei, verdadeiramente, o meu processo de alfabetização, o que Magda Soares (2018) define como um conjunto de procedimentos que, fundamentados em

teorias e princípios, orientam a aprendizagem inicial da leitura e da escrita, que comumente chamamos alfabetização.

A minha alfabetização inicial se deu pelo processo de soletração (B+A = BA) o que Soares (2018, p.17) denomina de aprendizagem centrada na grafia ignorando as relações oralidade-escrita, fonemas-grafemas, como se as letras fossem os sons da língua, quando, na verdade, representam os sons da língua. Depois de alfabetizado por minha prima, ao chegar à escola, já era um aluno alfabetizado: já sabia ler, escrever, ou melhor, codificar e decodificar letras.

Mesmo sendo alfabetizado, continuei vendendo geladinho (esse vendi até os 16 anos de idade) lá no interior da Bahia, chamado Saúde, e sonhos (esse não lembro até que idade). Então, o tempo passou... cresci, tornei-me um jovem com sonhos de trabalhar e mudar a vida de minha mãe que sobrevivia debaixo das ordens do meu pai. Ela era submissa porque foi educada para obedecer ao marido e viver a vida toda ao lado dele, mesmo com todo machismo.

Mesmo sem o apoio do meu pai para estudar, tive o apoio da minha irmã mais velha, **Isabel** - esta que foi obrigada a casar-se, como citei anteriormente -, que me ajudava na compra de livros e cadernos, já que na época não tinha o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), assim como também não havia uniforme grátis e, também, mesmo à distância, me incentivava a estudar para que eu me tornasse um exemplo e pudesse ajudar nossa mãe, como pontuei. Ressalto aqui que toda a minha formação foi em escola pública.

VENDENDO SONHOS E LETRAS



Entrar no Segundo Grau (hoje, Ensino Médio) foi mais um passo na concretização de um sonho meu. Com isso, comecei a dar banca, a vender letras para quem tinha vontade de aprender mais. Isso demorou uns três anos. Porém, mesmo estando no Segundo Grau, sempre percebi que o sonho de minha mãe era aprender a ler, pois, sempre a via participando de todos os programas direcionados a Alfabetização de Jovens e Adultos. Lembro-me muito bem do MOBREAL¹ (Movimento Brasileiro de Alfabetização) porque ela sempre falava que ia para a escola, para o Mobral. Apesar de, tempo depois, perceber que este termo era usado para desqualificar as pessoas que não tiveram oportunidades, ou que apresentavam uma trajetória escolar marcada por interrupções, repetências ou reprovações. Programas assistencialistas, de

¹ MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) - Programa criado em 1970 pelo governo federal com objetivo de erradicar o analfabetismo do Brasil em dez anos. O Mobral propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. O programa foi extinto em 1985 e substituído pelo Projeto Educar. (Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/mobral-movimento-brasileiro-de-alfabetizacao>. Acesso em: 25 fev. 2017.)

correção de fluxo, de aceleração, foi um marco na inquietante história da EJA – Educação de Jovens e Adultos.

O tempo passou... concluí o Segundo Grau que foi técnico, ou seja, cursei o Magistério. Como todo curso técnico, tive que estagiar. Porém, na época, em 1997, surgiu mais um programa de alfabetização de jovens e adultos o AJA Bahia - programa de Alfabetização de Jovens e Adultos - foi aqui que iniciei minha vida profissional na Alfabetização de Jovens e Adultos.

A minha primeira aluna matriculada foi minha mãe, a quem tive o prazer de alfabetizar. Depois, outros vizinhos, senhoras, senhores, jovens de todas as idades de 15 a 70 anos de idade. Agora, já não vendia mais sonhos, ou melhor, ensinava as pessoas a descobrirem o mundo pelas palavras. A minha opção de estagiar no programa AJA Bahia foi pensando em proporcionar a estas pessoas a alegria de viver no mundo das letras, aprender a escrever o nome e a soletrar palavras, ou melhor, codificar e decodificar.

Penso que, em parte, consegui concluir meu objetivo: Ensinar a decodificar e codificar palavras ou mesmo escrever o próprio nome. Mesmo pensando eu estar ensinando a leitura de mundo, aproveitando o conhecimento que esses alunos e alunas já tinham de mundo. Hoje, percebo que o meu ensino foi direcionado ao modelo autônomo, o que Angela Kleiman (2005) traz como o modelo que privilegia a escrita e a leitura e não leva em consideração contexto da prática social, ou seja, esse é o modelo que as escolas se baseiam para ensinar. Esquecendo o lado concreto do ensino, afinal, as práticas de letramentos estão envoltas na realidade de cada estudante.

Pensar no ideal de alfabetização de jovens e adultos é pensar numa alfabetização concreta, levando em consideração o conhecimento de mundo dessas pessoas, respeitando as limitações de cada uma, como afirma Freire

A concepção de ensino da escrita como o desenvolvimento das habilidades necessárias para produzir uma linguagem cada vez mais abstrata está em contradição com outros modelos que consideram a aquisição da escrita uma prática discursiva que na medida que possibilita uma leitura crítica da realidade, se constitui como um importante instrumento de resgate da cidadania e que reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social. (FREIRE *apud* KLEIMAN, 1995, p.68)

Então, após essa leitura, percebi o quanto a educação de jovens e adultos ainda tem um longo caminho a percorrer. Trazer à tona uma educação de qualidade como propõe a

legislação pode se tornar uma realidade quando a EJA for levada a sério pelos governantes. A EJA não pode ser vista mais como uma forma assistencialista, é necessário que seja vista e tida como uma modalidade de ensino como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB/96), em seu Artigo 37

A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (BRASIL, 1996)

Por conseguinte, pensar na modalidade de educação de jovens e adultos é sempre pensar na minha raiz, de onde eu vim e o meu objetivo de estar na EJA. Respeitar esses estudantes que retornaram à sala de aula, agência formal de ensino, é perceber a importância da escrita em suas vidas. Afirmando sempre que a escrita sempre esteve na vida dessas pessoas, principalmente na da minha mãe. Ao assistir ao Filme Central do Brasil, remeti-me à época, em Saúde, que escrevia cartas a pedido das pessoas consideradas analfabetas, porém, letradas e conhecedoras das letras. Isso porque sempre escrevia cartas para minha irmã – que morava distante - a pedido da minha mãe. Ou seja, ela não sabia ler nem escrever, mas sabia a importância da escrita, a relevância de uma carta. Ensinar um jovem e um adulto é lembrar que essas pessoas já são letradas, possuem conhecimento de mundo e que essas experiências precisam ser levadas em consideração na hora de ensinar.

Enfim, após concluir o Segundo Grau, atual Ensino Médio, continuando a sementeira, venho para Salvador à procura de emprego e de uma nova oportunidade. A seção que segue traz um pouco desses movimentos até a chegada ao Mestrado Profissional em Letras na Universidade Federal da Bahia.

A FRUTA, ENFIM, CHEGOU

A caminhada foi árdua até a primeira fruta brotar... A primeira, foi o emprego. Todavia, antes de brotar, fiquei aqui, em Salvador, desempregado durante dois anos, na casa da minha tia, que me acolheu como se filho eu fosse. Em meio a esse tempo desempregado, eu falava que retornaria ao meu interior, porém, ao mesmo tempo, lembrava-me da fala do meu pai: “Fruta só dá no tempo”. Enfim, a primeira fruta brotou. Empregado, trabalhando numa empresa de varejo, é o momento de pensar num curso superior, por saber que o estudo me levaria a voos mais altos. Ter cursado Magistério tornou mais difícil o meu acesso a uma Universidade Pública, também, em virtude do currículo direcionado ao curso o que divergia do currículo cobrado no vestibular.

Enquanto, trabalhava no turno noturno, ao terminar o turno pela manhã, comecei a fazer cursinho pré-vestibular para conseguir uma tão sonhada vaga numa universidade pública. Depois, de muita dedicação, enfim, veio a segunda fruta: a aprovação no vestibular em Letras, porém, numa faculdade privada: Faculdades Jorge Amado, hoje, Centro Universitário Jorge Amado. Por ser instituição privada, tinha que pagar. Cursei porque a empresa pagava uma bolsa de 50% e eu arcava com a outra parte. Cabe salientar que eu ficava, praticamente, sem remuneração ao final de cada mês, pois, tinha que arcar com despesas na casa da minha tia, com quem eu morava e mais treze primos, isto é, os filhos dela.

Mesmo tendo cursado Letras numa instituição privada, nunca desisti de cursar uma universidade pública. Sei que tenho direito, por lei, a uma educação pública de qualidade, por isso, não parei de sonhar em ingressar num estabelecimento que pudesse me oferecer um ensino público e de qualidade. A educação sempre foi minha “cachaça”, acredito que o mundo será melhor com uma educação pública e de qualidade. Uma educação que todos tenham, não só acesso, mas também, formas de se manter dentro dos estabelecimentos de ensino. É necessário a entender que a educação de qualidade é para todos e não somente para uma parte elitista da população.

Enquanto cursei Letras, continuei trabalhando. Concluí o curso em 2007. Festa na família. Toda a família veio do interior para celebração dessa conquista que não era só minha, mas de todos. Afinal, eu fui o primeiro da família a concluir todo o processo da educação básica e, conseqüentemente, o Ensino Superior. Em 2008, fui dispensado da empresa. Entrei na estatística do desemprego. E ainda assim comecei a fazer especialização em Gestão de Pessoas, que concluí no final de 2009.

Abro um parêntese para expor um assunto que tem tudo a ver com o que escolhi para continuar pesquisando. Em janeiro de 2009, meu pai teve um AVC e tive que retornar a Saúde para ajudar minha mãe e meus irmãos a cuidar dele. Afinal, meus irmãos precisavam trabalhar, cuidar da roça, pois é desse trabalho que eles tiram o sustento deles e da família. Minha relação com meu pai nunca foi umas das melhores. Enfim, após o AVC, meu pai ficou internado no hospital da cidade e fiquei lá cuidando dele. Mas, é aí que ouvi do meu, em meio a enfermidade, “filho, eu te amo”. Infelizmente, essa frase só foi dita apenas uma única vez. A emoção tomou conta de mim. Entre vários fatores, o que mais me emocionou foi ouvir isso dele. Ouvir de um homem **machista** e criado dentro de um **sistema patriarcal**

e que não teve o amor de um pai, não é algo natural. Enfim, isso é para mostrar como todo caminho que vou percorrer na escrita, começou desde cedo. Ressalto que meu pai faleceu em 2012, sem ver a minha terceira fruta brotar.

A terceira fruta brotou: aprovação no vestibular da UFBA para segundo semestre em 2012, em Pedagogia. A felicidade estampada não cabia em mim. Minha comadre simplesmente me liga e me parabeniza. Perguntei o que tinha acontecido: “você foi aprovado no vestibular da UFBA!” É aí que um mundo novo se abre. Um conhecimento novo é adquirido. Quebra de paradigmas, também, aconteceu.

A primeira disciplina, nesse curso, que me fascinou foi Alfabetização de Jovens e Adultos, com a professora Sandra Marinho. Conhecer a história da EJA, compreender o processo de alfabetização dos estudantes dessa modalidade, foi o suficiente para eu perceber que a maneira como eu ensinara, lá no curso de Magistério, estava equivocada. Era necessário conhecer a realidade dos/das discentes, essa eu conhecia, porém, a maneira de como se ensinar, eu não sabia. Mas, enfim, percebi que ensinar esses estudantes não é infantilizá-los, nem os tratar como uma “tábula rasa”, parafraseando Freire, o jovem e o adulto já têm um conhecimento de mundo que pode e deve ser usado para a alfabetização. Dessa forma, minha admiração e minha paixão pela EJA só cresceram. E, hoje, não é diferente: continuo querendo desenvolver projetos para esse público que é tão carente de um ensino de qualidade, visto que os governos não querem investir nessa modalidade.

A segunda disciplina que me fez ver o mundo de outra forma foi Estudos de Gênero, finalizada com a professora Salete Maria. Até aqui pouco sabia sobre a temática, não tinha noção do conceito, de que o mundo impunha papéis para homens e para mulheres baseado no conceito social de gênero. Entendi que o patriarcalismo, o machismo e a submissão da mulher para com o homem vêm de um processo histórico, mas que com lutas elas começaram a ocupar seus espaços e a terem o respeito. Porém, as lutas não cessaram por direitos iguais.

Ainda na graduação em Pedagogia, para minha surpresa, a disciplina Metodologia da Geografia, com o professor substituto Eduardo Oliveira, mostrou outra vertente da geografia do Brasil e do mundo, uma geografia que pudesse ser descolonizada nas escolas, uma geografia que traz o negro como protagonista, uma geografia na qual o negro pode ser dono do espaço onde habita, uma geografia na qual o negro é dono da sua história. É aqui que o meu interesse pela questão racial aumenta. Buscar uma educação mais igualitária, uma

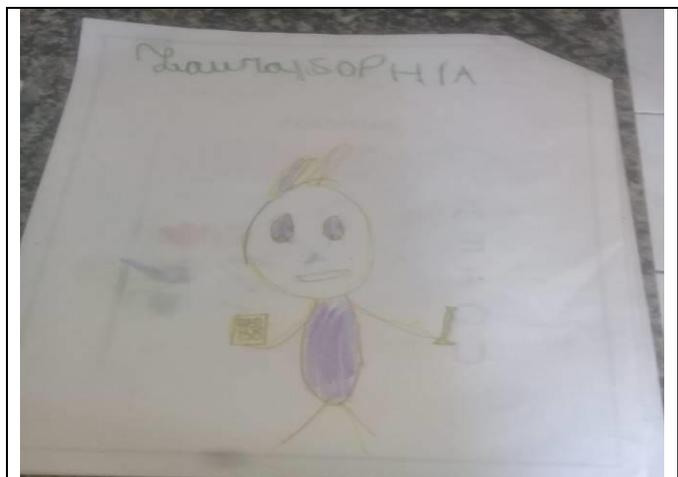
educação descolonizada e uma geografia que pudesse ser contada do ponto de vista do povo “vencido”, o negro, não mais do vencedor, “o branco”.

Enfim, passados 9 semestres, defendo minha monografia intitulada: *Educação, Gênero, Raça e Classe: Cinco mulheres e uma história*. Essa foi minha primeira pesquisa interseccionalizada por gênero, raça e classe, que teve um viés etnográfico, pois, fui ao meu interior, Saúde-Bahia, entender como se deu o processo de escolarização de cinco mulheres - jovens e adultas – sob o sistema patriarcalista e machista, além de entender como elas se viam enquanto cor da pele e sua autodeclaração. Uma pesquisa que ratificou o quanto ainda existem o machismo e racismo. E faz com que a maioria delas não se vejam negras. Saliento que enquanto cursava Pedagogia, como já citado, fui aprovado na Especialização de Estudos Étnicos e Raciais, no IFBA (Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação da Bahia). Aqui aprofundo ainda mais minhas leituras sobre gênero, raça e classe.

Por fim, concluo minha Especialização Em Estudo Étnicos e Raciais, em julho de 2019, com o trabalho intitulado: A (des)construção da identidade da mulher negra nas músicas de Axé Music: Fricote, Cabelo de pixaim e Cabelo de chapinha (Minha deusa). Ressalto que o trabalho estava finalizado em fevereiro do corrente ano.

E O MESTRADO, SEVERO?

Era pergunta que não cessava... “E esse mestrado?”, “Já está na hora de começar!”, “Tente fazer uma seleção que você passa.” Antes de chegar ao mestrado, voltemos um pouquinho ao tempo... não muito distante. Em 2015, inicio minha trajetória no IFBA, como concursado, Assistente Alunos. Estava muito feliz, meu primeiro concurso. Mas, outro fator me coloca entre a cruz e a espada: continuar concursado na Rede Federal ou trocar por outro concurso, agora como professor da Rede Municipal. Vejamos a



Desenho 03 – E o mestrado

escolha que fiz, anterior a escolha, há um novo início. Tudo inicia no final de junho de 2018, quando fui convocado, pelo concurso homologado em junho de 2016, do município do Dias

d'Ávila. Uma nova jornada profissional é iniciada. Mais uma fruta que chegou! Concurso pela Prefeitura Municipal de Dias d'Ávila. Começo a trabalhar em julho do mesmo ano.

Creio que em setembro/outubro, amigos me enviam o link da seleção do Mestrado Profissional em Letras. Apesar de não esperar uma seleção de mestrado, mesmo assim fiz a inscrição. Fiz a prova. Primeira fase: Aprovado. Segunda fase, o mistério, a insegurança sobre a nota final da prova discursiva, apesar de ter ido bem na objetiva. Sai resultado final do processo de seleção. Meu nome estava lá, em 12º lugar. A felicidade não cabia em mim. Mais uma fruta que chega, mais uma fruta que cai do pé. Agora, enfim, compreendo que a fruta só dá no tempo. Saliento agora que essa aprovação me fez escolher entre o continuar sendo Assistente de Alunos (IFBA) ou ser o Professor da Rede Municipal (ser professor é minha paixão). No entanto, essa escolha me causa dor, incerteza, pois não sei o que será daqui para frente. No IFBA, já estava com minha vida profissional estabilizada, um trabalho tranquilo. Preciso fazer um adendo aqui. Jaqueline Ribeiro, uma das amigas que fiz no IFBA, foi quem me aconselhou a escolher ser professor. Lembro como se fosse hoje a fala dela: “Severo, lembre a nossa ancestralidade, pense em quantos dos nossos se sacrificaram para que você pudesse ser professor hoje. Além disso, você estará trabalhando com o intelecto, ajudando muitos e muitas que precisam de profissionais como você. Você ama a educação. E mesmo que você escolhesse ficar no IFBA, eu mesma faria o documento dizendo que sua escolha seria a Prefeitura de Dias D'Ávila.” Mas fiz uma escolha: Ser Professor e Mestre! Só o futuro me dirá se fiz a melhor escolha ou não. Sigamos em frente.

Iniciei os estudos no Mestrado... no Mestrado em Letras. Agora sou mestrando; sim, mestrando, TURMA 6, com orgulho. Felicidade me define. Sabia que não seria fácil: estudar e trabalhar. Mas, precisava tentar. De fato, não foi fácil o primeiro semestre. Estudos, leituras, provas, apresentações, trabalhos. Tudo isso me deixava com vontade de parar por alguns dias, não desistir. Porém, continuei, não parei. Claro, que o apoio dos colegas e amigos, também, da Turma 6, sim, no mestrado fiz mais que colegas, fiz amigos e amigas como, por exemplo, Elisângela, Jailma e Diana: somos, até hoje, o **Quarteto Profletrista**. Elas que me dão apoio, força para não parar, inclusive durante a minha escolha profissional. Disciplinas entram em minha vida: Alfabetização e Letramento; Texto e Ensino; Fonética e Fonologia; Projeto de Pesquisa.

Falar sobre minha trajetória em um semestre no ProfLetras é falar sobre as descobertas, começando por Alfabetização e Letramento: quantas leituras, quantas apresentações, quantas descobertas, enfim, ampliei mais conceitos no tocante à Alfabetização

e aos Letramento(s), acrescento o plural em virtude da diversidade de letramentos existentes que fazem parte da vida cotidiana de todos que usamos a língua para comunicação. Entender que posso alfabetizar a partir dos vários letramentos, fez-me compreender a possibilidade de ensinar ludicamente, com conhecimento de mundo dos alunos, independente de faixa etária. Aqui, as Exposições Orais predominaram de forma que os debates promovidos e propostos pela professora em sala só solidificavam o meu conhecimento relativo ao assunto. Autores e autoras como Magda Soares, Roxane Rojo, Ana Lúcia Silva Souza, Ângela Kleiman, Bryan Street, entre outros, também me fizeram compreender o mundo amplo dos letramentos, ou melhor, como define Rojo *Letramentos Múltiplos*.

A segunda disciplina Fonética e Fonologia foi tão imprescindível quanto Alfabetização e Letramento, pois, pela primeira vez, pude perceber o quanto a variação linguística existente pode ser percebida por meio da fonética e da fonologia. Perceber as diversas variações da língua foi indubitável para entender a importância do estudo da Fonética e Fonologia, embora no curso de graduação em Letras, eu não tinha percebido essa associação.

Texto e Ensino, não menos importante que as demais, mas creio que foi uma disciplina que trouxe, além de teoria, prática de se desenvolver e compreender textos em sala de aula. A maneira de se corrigir um texto, de dar um *feedback* foi essencial para melhorar minha prática pedagógica. E o que mais me fascinou nessa disciplina foi perceber o quanto a variedade de textos em nosso cotidiano pode ser o *start* para desenvolvermos aulas de maneiras diferentes aliando essa prática com a questão dos letramentos.

Por fim, a disciplina de Projeto de Pesquisa, porém, com algumas questões pessoais de uma professora que fazia parte da disciplina, precisou se ausentar, sendo substituída por outra docente. Nada que a professora seguinte não pudesse retomar as etapas de desenvolvimento do projeto e nos ajudar nessa etapa final de construção.

Por conseguinte, a escolha dos orientados pelos orientadores. Afinal, aqui no PorfLetras não se escolhe orientador, somos escolhidos. Até o momento, estou feliz por ter sido escolhido por uma professora que tem tudo a ver com o meu projeto e que pode contribuir para o sucesso, não só meu, não só dela (professora), mas do/da aprendiz que é meu/nosso objetivo final. Isso porque, para além da vida acadêmica dela e da militância em questões raciais e EJA, é uma professora que detém conhecimento tanto teórico quanto prático em educação e nas questões raciais e sociais e no que ela mesma denomina de Letramentos de Reexistência. Além de ter me apresentado uma nova forma de ver a língua, a partir das discussões na disciplina Gramática e Variação. Ela é Ana Lúcia Silva Souza com quem tenho aprendido a cada encontro, a cada diálogo, a cada leitura.



Figura 1 – Analu e Eu

Afinal, para escrever uma nova história é necessário dominar a Língua Portuguesa. Porém, essa língua é como se não fosse a usual, a do cotidiano dos alunos. Nesse sentido, é importante transformá-la que, apesar de ser materna, é “estrangeira” para eles. Assim, saliento que, para melhor entendimento e compreensão da Língua Portuguesa (LP), aqui, considerada como Gramática Normativa, como se fosse a única forma “correta” de falar e de aprender, urge tratá-la como uma língua de acolhimento, fazer com que os estudantes mergulhem de fato nessa língua, nessa cultura. Segundo as autoras Lucia Maria de Assunção Barbosa e Mirelle Amaral de São Bernardo (2017) “Aprender uma nova língua-cultura é adentrar-se a outras mentalidades e, sobretudo, colocar em xeque certezas e capacidades de interpretar e de compreender outras dimensões simbólicas diferentes das que estão relacionadas com a língua-cultura que falamos e na qual circulamos”. Nesse aspecto, é notório compreender que a língua-cultura na qual estamos inseridos, nem sempre é a mesma que nosso corpo discente está dialogando. O que posteriormente discutirei como língua de acolhimento.

Nessa vertente, mesmo falando uma variante da LP, nem sempre o aprendiz diz estar falando a língua materna, isso porque foi se pensado e disseminado que a língua correta é a língua portuguesa normativa ou padrão. Uma língua que escraviza quem não a domina, uma vez que poucos têm o domínio normativo dela. Porém, como afirma bell hooks (2007) é necessário aprender a língua dominante para se colocar diante de quem domina, para defender o que acredita e para ter acesso a direitos e deveres que competem a todo e qualquer cidadão. É nessa perspectiva que busco trabalhar as questões relacionadas à gramática e ao ensino da LP, pois, percebo que, para muitos e muitas estudantes, aprender a língua materna está distante. Nesse viés, o essencial não é apenas levar para a sala de aula a língua de acolhimento, uma língua mais próxima da realidade cultural dos estudantes, mas também fazendo-os compreender a importância de domar e dominar a língua considerada “inatingível”. Para tanto, a promulgação da Lei 10639/03 que obriga as instituições de educação a implementação do Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana uma forma de combater o racismo, o preconceito linguístico e a discriminação sofrida pelos negros no país e compreender que a nossa língua materna sofreu influência dos povos africanos o que fez de nossa língua, uma língua que é nossa, ou seja, uma língua acolhedora e não de vida exclusão.

Assim, aliado à implantação da lei 10639/03, o desejo de pesquisar assuntos de extrema relevância como raça, gênero, classe aliados à educação dos jovens e adultos veio após ter cursado as disciplinas Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Introdução aos Estudos de Gênero durante o curso de Pedagogia na Universidade Federal da Bahia em 2016. Além disso, cursar a Especialização em Estudos Étnicos e Raciais no Instituto Federal da Bahia, concluído em 2019, foi a certeza de que essas temáticas precisam ser estudadas e compreendidas pelo corpo social atual.

Para além da vida acadêmica, a minha vivência no processo de Alfabetização de Jovens e Adultos e ter dentro da família pessoas não alfabetizadas, também, me impulsionaram a continuar trilhando pela pesquisa e atuação nas turmas de jovens e adultos. Isso, também, em virtude de, em 1997, ter estagiado na turma de jovens e adultos, no projeto do governo denominado AJA Bahia (Alfabetização de Jovens e Adultos). O estágio era obrigatório nas turmas de 1ª a 4ª séries, hoje, 1º ao 5º ano, já que fiz Magistério. Pensar na trajetória dessas pessoas que retornam à sala de aula para aprender a ler e a escrever é pensar numa maneira lúdica de desenvolver a aprendizagem e devolver a elas o direito a uma educação de qualidade, com um viés mais crítico da realidade e dialogando sobre essa

gramática que cada discente traz e sua relevância para a coletividade, deixando de lado o trabalho de alfabetização como, por exemplo, “Ivo viu a uva”, como propunham as cartilhas e livros de Alfabetização para esse público.

E para concluir essa primeira etapa, a segunda parte traz a trajetória da educação de jovens e adultos e das mulheres negras enquanto possibilidade de inserção na educação formal. Essa seção é pertinente para compreender o projeto de mestrado que ao invés de compor uma proposta de intervenção será uma proposição em função da limitação e imposição ocasionada pela Pandemia do Coronavírus, ou seja, Covid-19, como segue abaixo.

SURGE UMA PEDRA NO MEIO DO CAMINHO, OU MELHOR, NO MEIO DO SONHO...

Depois de tantas idas e vindas, Projeto aprovado pelo comitê de Ética. Tudo pronto para qualificação... tudo pronto para aplicação do projeto até que... surge uma pedra no meio do caminho, parodiando Drummond, ou melhor, no meio do sonho. Essa pedra é um vírus avassalador, Novo Coronavírus, que muda o curso não só do meu caminhar, mas do mundo inteiro. O vírus se torna uma Pandemia - Covid-19, o mundo se transforma, os hábitos mudam. Escolas param de funcionar. A universidade, também, tudo isso a partir do dia 18 de março de 2020, no Brasil. O medo paralisa, a insegurança toma conta do meu eu. E agora? Será que haverá qualificação? E como ficará a aplicação do projeto? E eu que estou no Estágio Probatório, será que haverá exoneração? Afinal, a economia parou. O isolamento social e o distanciamento social também se tornaram uma realidade. Funcionam somente serviços considerados essenciais, como, por exemplo, farmácia e supermercado.

As conversas não cessaram com a orientadora. As orientações, agora, tiveram que ser de outra forma, ainda bem que existem as redes sociais, os Apps, whatsapp e o novo Jitsu meet da UFBA. O mundo mudou. As potências mundiais tiveram que paralisar a produção. Parece que o capitalismo deu uma trégua. Afinal, um inimigo inimaginável fez o Planeta parar no tempo, como cantou há décadas Raul Seixas: O dia em que a Terra parou.

Foi assim

No dia em que todas as pessoas

Do planeta inteiro

Resolveram que ninguém ia sair de casa
Como que se fosse combinado em todo o planeta
Naquele dia, ninguém saiu de casa, ninguém

O empregado não saiu pro seu trabalho
Pois sabia que o patrão também não 'tava lá
Dona de casa não saiu pra comprar pão
Pois sabia que o padeiro também não 'tava lá
E o guarda não saiu para prender
Pois sabia que o ladrão, também não 'tava lá
E o ladrão não saiu para roubar
Pois sabia que não ia ter onde gastar

Com isso, a profecia do Raul foi-se cumprida, de fato, o " empregado não saiu para trabalhar" acrescento ainda: o estudante, também, não saiu para estudar. Conforme, o segundo Decreto nº 1632/2020: A Prefeitura Municipal de Dias d'Ávila decreta Situação de Emergência em Saúde Pública e estabelece novas medidas de proteção para o combate e enfrentamento, de importância internacional, decorrente do Coronavírus (Covid-19). Após esse decreto, outros surgiram como este: Decreto Nº 1.647/2020: Art. 2º Fica mantida a suspensão, no âmbito do Município de Dias d'Ávila/BA, das atividades educacionais em todos os cursos, escolas, universidades e faculdades, da rede de ensino pública e privada, até o dia 20 de junho do corrente ano, como também o transporte de alunos e professores, podendo tal prazo ser prorrogado, de acordo com a evolução epidemiológica. Então, parecia haver ainda uma esperança, mas, o vírus não parou de se espalhar. Afinal, ele se prolifera rapidamente em aglomerações. E seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), a população precisa se manter em casa e sair somente quando necessário.

Apesar de o mundo ter parado, é notório perceber a pureza do ar que respiramos nas grandes capitais do país, a poluição das indústrias, praticamente, inexistente, paradoxalmente, a indústria do agronegócio aumentou o lucro, florestas, principalmente no Brasil, arderam em chamas. Ressalto que os encontros com a orientadora eram por chamadas de vídeo e/ou ligações para que o andamento do desenvolver a escrita do projeto não cessasse. Fácil? Não foi. Mas, tivemos que nos adaptar a essa nova realidade de orientações virtuais. Que bom a

tecnologia veio para chutarmos, ou melhor, driblarmos essa pedra que insistia em permanecer no nosso caminho. Com o auxílio da tecnologia, com a disponibilidade da orientadora em mantermos as atividades em dia... memorial, enfim, está pronto para a qualificação. Mas como será? Quando será? E o meu projeto será aprovado?

Tantos pensamentos flutuam no mar de sonhos inseguros que essa pedra transformou o que, para mim, já estava concretizado. Enfim, em meio à Pandemia da Covid-19, realizamos a qualificação do memorial e, após a apresentação e sugestão da banca, especialmente, do prof. Dr. Henrique passou a ser intitulado: *Escrevivências e Reexistências Discentes da EJA* como sujeitos leitores e escritores. Abaixo, imagens feitas durante a Banca de Qualificação.



Figura 2 – Qualificação on-line

Ressalto que a banca de examinadora se reuniu no dia 05 de maio de 2020, via App Jitsu meet, com a presença da orientadora - 1818425 - Ana Lúcia Silva Souza; interno – 3414388 – José Henrique de Freitas Santos; externo à instituição - Maria Anória de Jesus Oliveira – UNEB. Depois de quase duas horas de boa conversa e indicações precisas saiu o resultado: Aprovado. Felicidade me definia, orgulho da minha escrita orientada pela minha parceira (ousadia minha de chamá-la assim nesse momento) e orientadora.

Portanto, projeto aprovado, vamos seguir. Isso sem contar as várias vezes que o projeto retornou do Comitê de Ética por pendências de documentos, assinaturas e por falta de atenção minha para com o projeto descrito no comitê. Enfim, depois de tantas pedras no meio do sonho: projeto aprovado no Comitê de Ética e também na qualificação. Porém, como será aplicado se as escolas estão em quarentena (nomenclatura utilizada para o momento pandêmico em que todos devem permanecer em casa)?

Por fim, reunião marcada via site de Conferência da UFBA, no dia 16 de junho de 2020: Resolução apresentada pela professora, agora coordenadora do ProfLetras, Simone

Assumpção, auxiliada pela professora Fernanda para esclarecimentos de como se daria a aplicação do projeto para a turma 6 (seis), da qual faço parte. Como pode ser lido na RESOLUÇÃO Nº 003/2020 – CONSELHO GESTOR, de 02 de junho de 2020, enviado pela a Coordenação Nacional do Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS).

RESOLUÇÃO Nº 003/2020 – CONSELHO GESTOR, de 02 de junho de 2020.

Define as normas sobre a elaboração do Trabalho de Conclusão do Curso para a sexta turma do MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS – PROFLETRAS

A COORDENAÇÃO NACIONAL DO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM LETRAS (PROFLETRAS) faz saber que, usando das atribuições que lhe confere,

CONSIDERANDO o enfrentamento da pandemia do Covid 19, no âmbito da esfera acadêmica e, particularmente, na pós-graduação;

CONSIDERANDO o contexto de crise sanitária que impacta a realização das atividades presenciais de intervenção que visam à elaboração do trabalho de conclusão da sexta turma do ProfLetras;

RESOLVE aprovar as seguintes normas:

Art. 1o. Os trabalhos de conclusão da sexta turma poderão ter caráter propositivo sem, necessariamente, serem aplicados em sala de aula presencial.

Art. 2o. O trabalho de conclusão deverá, necessariamente, apresentar um produto (proposta de sequência didática, criação de material didático, desenvolvimento de software etc.) a ser sistematizado a partir, por exemplo, da análise de livros e materiais didáticos, da reflexão advinda de trabalhos de conclusão no âmbito do ProfLetras e da intervenção na modalidade remota.

Art.3o. Os produtos a serem sistematizados devem seguir os diferentes formatos previstos tanto no âmbito do programa quanto aqueles apresentados nos documentos de área.

Art. 4º: Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

02 de junho de 2020.

Profa. Dra. Maria da Pena Casado Alves
PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR

Resumo da reunião, tendo por base a referida Resolução: aplicação, para a maioria, poderá acontecer via aula Remota. No entanto, a Escola Pública não estava, ou melhor, não está preparada para um ensino remoto com uso das tecnologias informatizadas, o que dificulta uma aplicação remota do projeto. Nesse momento, ficou firmado que, em virtude do momento, não haverá a aplicação da proposta de intervenção, mas que a descrição do produto deverá estar na escrita do memorial. Dessa forma, seguindo reuniões virtuais com a orientadora para melhor andamento do memorial, agora, não mais no App Jitsu meet, mas pelo site de Conferência da UFBA. Assim, a 1ª reunião na conferência UFBA, com a orientadora, eu, Carla e Mizael (orientandos), ocorreu no dia 24/06/2020, agendando encontros a cada 15 dias, sendo para sanar dúvidas, orientações.

Neste tempo de encontros virtuais, debates, orientações, a prefeitura lança um novo Decreto da Prefeitura adiando por tempo indeterminado o retorno às aulas o que, como já salientado, dificulta ainda mais a realização do projeto: O DECRETO Nº 1.658/2020 DE 25 DE JULHO DE 2020:

“Dispõe sobre a retomada econômica no âmbito do município de Dias D’Ávila; prorroga as medidas de prevenção e controle para enfrentamento do Coronavírus (Covid19) no âmbito do município de Dias D’Ávila; e dá outras providências.”

A PREFEITA MUNICIPAL DE DIAS D’ÁVILA, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, bem assim tendo em vista o disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e na Portaria MS/GM nº 356, de 11 de março de 2020,

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

[...]

DECRETA, entre outras medidas explícitas no referido decreto:

Art. 2º Fica mantida a suspensão, por prazo indeterminado, no âmbito do Município de Dias d’Ávila/BA, das atividades educacionais em todos os cursos, escolas, universidades

e faculdades, da rede de ensino pública e privada, como também o transporte de alunos e professores.

Art. 15 Este Decreto entrará em vigor em 27 de julho de 2020, revogando-se as determinações em contrário.

Dessa forma, a proposta de intervenção, atravessada pelas Rodas de Conversa, estará descrita na Quarta Parte, como um produto solicitado pelo ProfLetras,

SE PUDER... FIQUE EM CASA, SEM SE PERDER DO CONHECIMENTO

Bom, enquanto o mundo parecia parar, a minha vida, de alguma forma, continuava a andar. Surgem as lives e não foram poucas. Antes, porém, explico o sentido e conceito de lives: Live, vem do inglês, que, no contexto digital, em português, significa “ao vivo” mas que no mundo digital se tornou natural e ficou conhecida como uma transmissão “ao vivo” feita nas redes sociais. Além de assistir a de grandes personalidades como Ana Lúcia Silva Souza, Djamila Ribeiro, Conceição Evaristo e de Silvio de Almeida, eu também me lancei nesse mundo virtual de aprender e de ensinar. Procurei sustentar o meu processo de lives, como mediador ou figura central com foco naquilo que acredito como forma de compartilhar conhecimento com as pessoas conhecidas e desconhecidas. Coloquei para circular novos e velhos aprendizados, alguns novos vindos do percurso do Profletras. Fi-las para todos os públicos: Redação para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) focando em Redação e com convidados para discussão de temas atuais e também que fazem parte da minha pesquisa que ora apresento.

A seguir apresento algumas imagens das artes criadas para chamada e divulgação. Para tanto, contei com a ajuda e parceria para produção do material de divulgação: Paloma Lima(ex-aluna e, hoje, Turismóloga) e da empresa @startesdesign e da minha comadre Bárbara Suzane, esses compuseram o que chamamos de Equipe de Marketing, além do apoio dos amigos e familiares. Mas, preciso falar que, durante a maioria das lives, tive o apoio incondicional da minha mãe, da minha família, pois, estava no interior, inicialmente. Então, a rotina de todos lá de casa foi alterada, afinal, quando era dia de live, meus irmãos, meus sobrinhos tinham que entrar em casa em silêncio ou ficar na varanda, mas sem fazer barulho. Saliento, também, que a maioria delas está disponível no meu Instagram: @severo_alves.

1º momento: Lives Sobre Redação para o ENEM.



Figura 3 – Live Enem I



Figura 4 – Live Enem II

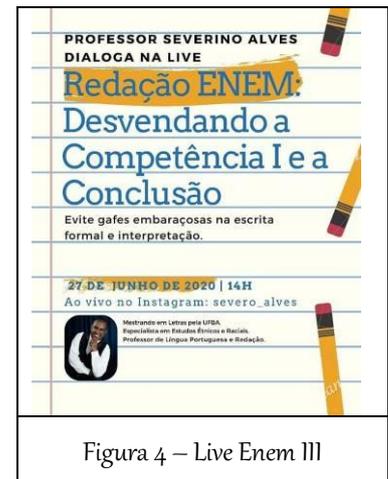


Figura 4 – Live Enem III

Como pôde ser visto, tive também convidados nessas Lives. Amanda Guirra, por exemplo, além de ser amiga, é também professora da Rede Privada de Ensino, mas que também colaborou e compartilhou conhecimento com muitos jovens, principalmente da Rede Pública, que estavam sem aula em virtude da Pandemia.

No 2º momento, a discussão girava em torno de temas sociais interessantes como forma de continuar levando conhecimento e luta contra o racismo, contra as diversas formas de opressão e desigualdade social que assola a maior parte população do país. Nesse momento, sempre com convidados de honra que tive o prazer de conhecê-los, em sua maioria, virtualmente. Sempre indicados por amigos. Não descreverei aqui o processo do Bate-papo Ao Vivo dessas Lives, afinal, estão disponíveis no meu Instagram



Figura 6 – Live Mulher Preta



Figura 7 – Live Arte como forma de resistir



Figura 8 – Educação e ascensão social



Figura 9 – Live Relacionamento pais e filhos

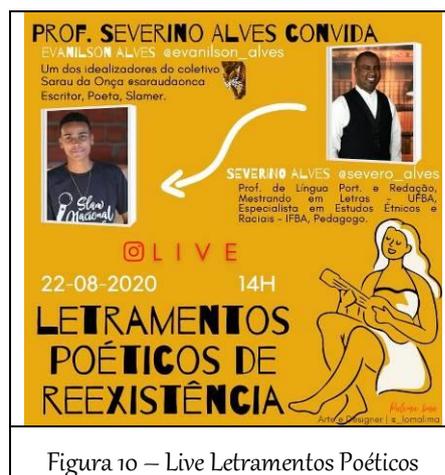


Figura 10 – Live Letramentos Poéticos

Não somente convidei pessoas para dialogar comigo, como também fui convidado. Fiquei feliz por compartilhar um pouco da minha experiência e da minha pesquisa com outras pessoas. Afinal, o conhecimento, para mim, só pode ser validado se compartilhado.



Figura 11 – Live Entendendo o racismo

Além dessas, tive também encontro com a minha turma do mestrado, ou melhor, A TURMA 6, para discutir os nossos escritos, os nossos projetos. Essa foi uma forma de todos

se encontrarem e de se ajudarem. Foram encontros proveitosos, todos contribuindo mutuamente para ampliar e/ou melhorar a escrita do projeto memorialístico. Estávamos no papel de, além de amigos, “orientadores”. Como sempre, uma foto para registrar os nossos encontros, já que estamos em momentos de não aglomeração real, vamos aglomerando virtualmente.



Figura 12 – Encontro on-line Profletrista

Ressalto, mais uma vez, que a TURMA 6 DO PROFLETRAS foi a melhor que eu poderia ter conhecido. Dessa turma, os laços de amizade, já citados, se estreitaram mais ainda com Elisângela, Jailma e Diana. Essas, com certeza, é para vida. Quantas vezes liguei para discutir o memorial, projeto na Plataforma, e quantas vezes fui ouvido, fui ajudado... como é bom poder contar com essas meninas que marcaram a minha trajetória pelo ProfLetras.



Figura 13 – Quarteto Profletrista. Da esquerda para direita: Eu, Jailma, Élis e Diana



Figura 14 – Nosso primeiro Semestre 2019

Os estudos não cessaram. Finaliza um semestre; inicia outro.



Figura 15 – Segundo Semestre Profletrista



Figura 16 – Aulas não param

Vários foram os momentos vividos. Como foi bom compartilhar conhecimentos com essa turma.

Mas, antes da apresentação da Proposta de Intervenção, eis que mais uma pedra paralisa minha escrita, paralisa a minha vida... Por ser um memorial e por se tratar de algo que muda, ainda que temporariamente o curso da minha vida, deixo aqui um pequeno parêntese de como essa pedra me afetou em todos os sentidos: profissionalmente e como pessoa.



Figura 17 – Saudades de aglomerar



Figura 18 – Saudades de compartilhar

A PEDRA QUE ME PARALISOU

Então, é final de agosto de 2020, especificamente, 23/08/20, retorno à capital. Quando tudo parecia “normal”, a vida quase voltando a seguir o seu curso, data de entrega da versão final para a orientadora... até que dia 28/08, minha irmã, Isabel Reis, a quem carinhosamente chamava de Bé, que me incentivou a estudar desde cedo, quem me mandava livros (como citei na sessão inicial do memorial), passa mal e é internada às pressas na UPA Santo Inácio. Durante o processo de internação, fomos avisados de que ela precisaria ser regulada para uma UTI com urgência.

Inicia-se a correria em busca de uma UTI, já que não saía a regulação. Durante o período de internação, não podíamos visitá-la em virtude da Covid-19, mas pegávamos relatório pela manhã e boletim médico à tarde. Mas, a cada boletim e a cada relatório, parecia que a situação dela piorava. Isso, continuávamos buscando contatando todos os contatos que tínhamos e que não tínhamos essa tão sonhada vaga na UTI. Ressalto que em um dos boletins médicos, fomos informados (eu, meu sobrinho e minha sobrinha, filhos dela, e o genro) de que a situação só se agravava. Em meio a tudo isso, eu tinha que deixar minha mãe avisada de todos os acontecimentos, mesmo sabendo que seria difícil para ela compreender. Então, liguei para meus irmãos no interior para conversar com mãe sobre o estado de saúde de minha irmã. Por sorte, minha mãe consegue um carro para vir para Salvador com minha sobrinha, no dia 04/09/2020, quando, finalmente, sai a regulação. Alívio para todos nós. No sábado, 05/09/2020, o meu sobrinho recebe a ligação do Hospital Municipal, que ela havia ido a óbito, para nossa tristeza. Enfim, ficamos sem chão, o que parecia um sonho, regulação e hospital, tornou-se um pesadelo de perdas e dores.

Depois do ocorrido, não tinha cabeça para escrever, para pensar, porém, sabia eu que a vida tinha que continuar em meio a dor e ao sofrimento. Enfim, ao falar com minha orientadora sobre o acontecido, já que tinha a entrega da escrita do memorial, ela, humanamente, disse-me: Fique tranquilo, não precisa ter pressa. Depois, a gente vê isso. Bom, certamente, que essa frase é uma paráfrase da fala da minha orientadora.

Uma semana depois, eu já tinha uma Live agendada há um mês. Não sabia se conseguiria, mas era preciso tentar. Afinal, o assunto era de extrema relevância, pois, trataríamos também da questão da Regulação e seria uma forma de agradecer a todos que nos ajudaram solicitando regulação. Lembro que a minha convidada ainda me ligou perguntando

se eu estaria pronto para encarar esse desafio. Enfim, fiz a minha primeira Live depois do triste episódio que deixou marcas profundas.

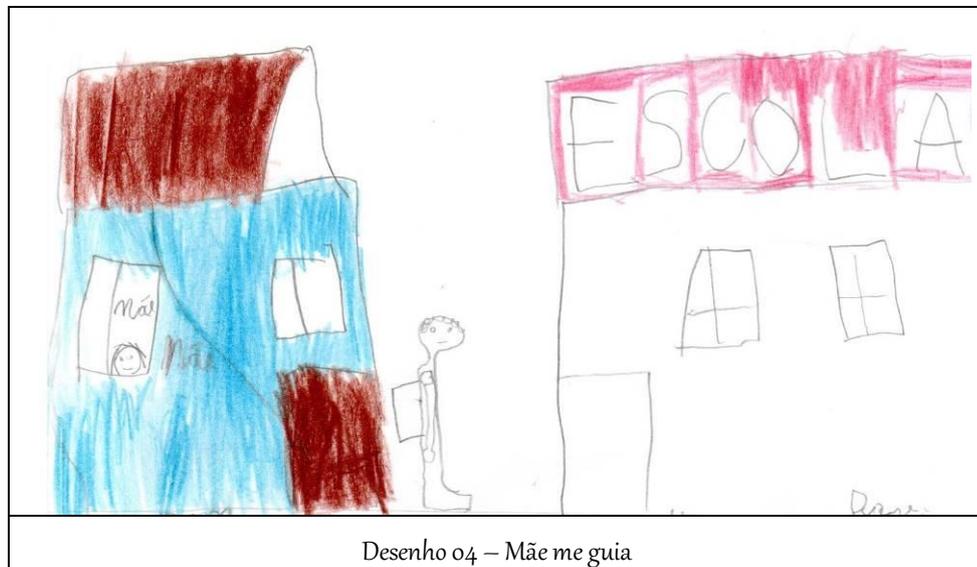


Figura 22 – Live do Recomeço

Essa foi a Live do meu recomeço. No entanto, só recomeço oficialmente, a reescrever o memorial, praticamente, um mês depois do acontecido. Não foi fácil para mim, não foi fácil para ninguém, em especial da área dos chamados serviços essenciais enfrentar o momento.

SEGUNDA PARTE:

O PROJETO DE PESQUISA E DE INTERVENÇÃO



TEMA: Produção de textos autorais a partir da leitura de contos de Conceição Evaristo

PROBLEMÁTICA

A aquisição de conhecimento a partir da perspectiva da Educação de Jovens e Adultos, tanto no passado quanto na contemporaneidade, sempre compreendeu uma etapa diversa de práticas e processos formais e informais. Formais, por estar associado ao processo de educação em uma escola, informal porque na vida cotidiana também há conhecimento e formação seja em ONGs, seja na vivência com a família, instituições religiosas entre outros lugares. Segundo Arroyo (2014, p. 27) “a educação como um processo de humanização de sujeitos coletivos e diversos” ratifica a valorização da vivência e experiência dessa população que, agora, vem de movimentos sociais e coletivos, na busca de uma melhor educação e consequentemente melhor qualidade de vida. Além disso, cabe ressaltar que esses processos pelos quais os estudantes vivenciam podem ser denominados de letramentos.

Nesse sentido, Angela B. Kleiman (2010) conceitua letramento como fenômeno de interesse social para promoção da transformação da realidade. Ainda nessa perspectiva, a autora ratifica a questão do(s) letramento(s) como um conceito criado para referir-se aos usos da língua. Além disso, é necessário valorizar esses letramentos que cada educando e cada educanda trazem para nossa sala de aula, o que Ana Lucia Silva Souza (2011) denomina de

Letramentos de Reexistência, isto é, “a reinvenção de práticas que os ativistas realizam reportando-se às matrizes, aos rastros de uma história pouco contada nos quais os usos sociais de linguagem comportam uma história de disputa pela educação escolarizada, ou não, por parte da população negra.” Afinal, como afirma Gabriel Nascimento (2019, p. 25) “A língua modifica o sujeito, mas o sujeito também modifica a língua”. Essas modificações, alterações e esses falares precisam ser valorizados dentro do ambiente escolar para, enfim, o/a aluno/a sentir-se parte do processo, além de evidenciar a relevância histórica do processo linguístico.

Assim, nos últimos anos, a Educação Básica, no Brasil, tem buscado ampliar os estudos no que tange à inclusão social, o respeito à diversidade de gênero, à questão étnica e racial e, nessa perspectiva, surge a relevância de se ampliar os estudos e entender como funciona o ensino desta diversidade dentro da Educação de Jovens e Adultos e Idosos, aqui representada pela sigla (EJA). Não obstante, é significativo entender que a EJA é uma modalidade que abriga pessoas de vivências diversas, seja na vida profissional, seja no campo de movimentos sociais, ou, ainda, se identificam com algum movimento, ou estão na busca pelo respeito e pela (re)construção da identidade: como é o ser homem e homem negro e o ser mulher e mulher negra no século XXI.

É notório perceber, também, que os papéis desempenhados por homens e mulheres, nem sempre são/estão condizentes com aqueles determinados culturalmente pela comunidade. Por isso, faz-se necessário que as discussões referentes a papéis sociais, à diversidade de gênero aliados à questão racial sejam fundamentais na sala de aula desses jovens, adultos e idosos que outrora abandonaram os estudos por motivos diversos. Assim, também, como forma de esses educandos se identificarem como parte do processo da educação, do ensino e não como mero “aprendiz”, como “tábula rasa”, que não tem conhecimento, pelo contrário, esse “novo” educando já traz um conhecimento de mundo, experiências com seus letramentos diversos e que precisam ser entendidos e discutidos para que, de fato, se sinta parte do processo. Como, afirma Brian V. Street (2014), letramento vai além do espaço formal de ensino, letramento deve ser visto como uma prática social, envolvendo cultura, política e educação.

Nessa perspectiva de que o/a aprendiz não é uma “tábula rasa”, Paulo Freire faz uma severa crítica à educação - denominada de educação bancária - que não leva em consideração a experiência vivida pelo indivíduo, que o trata como mero depósito de informações. A experiência discente deve ser entendida como parte do processo de ensino-aprendizagem,

ainda mais no tocante à EJA, para que assim ele se sinta parte do processo e desperte cada vez mais o interesse em continuar a estudar e a entender que ele, também, é um ser que faz parte do meio social seja no que ele vive, seja no desenvolver atividades relacionadas ao campo do trabalho.

Analisando a ideia de que as experiências do estudante devem ser valorizadas, Street (2014) traz o modelo ideológico como sendo ideal tanto para aprendizagem quanto para tornar visível a criticidade e o melhor aprendizado da língua e das questões que perpassam todo o campo social. Por isso, o modelo ideológico adotado, também, no decorrer da prática do projeto de intervenção, aliado aos letramentos vividos pelos estudantes.

E nesse projeto, além de estudar a questão de gênero, o despertar para a questão racial é de extrema importância para o povo que vela o preconceito e o racismo. Nesse sentido, levar a discussão para a sala de aula é uma forma de mostrar para a classe a importância que eles têm no mundo, independente de classe, raça e gênero. E mostrar, também, que esse ambiente é de construção, de análise crítica e que eles são ponto fundamental no processo educacional.

Cabe ressaltar, também, que o trabalho proposto a ser desenvolvido na escola sobre a questão racial, de gênero e de classe veio em função de diálogos realizados entre docente e discente, além dos trabalhos desenvolvidos em sala de aula. Nessa perspectiva, os trabalhos e as rodas de conversas com os alunos e as alunas mostraram o vácuo deixado pelo ambiente social em que vivem ao apontar sempre a mulher como submissa ao marido, que deve ser serviçal para eles, além de “aceitar” a violência doméstica em silêncio. Percebi que essa violência era acometida, principalmente, às pretas, de classe social menos favorecida e com pouca escolaridade formal, o que ainda é uma realidade, como aponta Suelaine Carneiro

Racismo, sexismo, discriminação e hierarquização sintetizam as violações praticadas primeiramente contra as africanas e os africanos e estendidos a todo o contingente negro brasileiro, concepções que penetraram e se estabeleceram nos diversos espaços sociais brasileiros, cujos efeitos são sentidos até os dias atuais. Violências, interdições e estereótipos, que foram reiteradamente reproduzidos e difundidos, sustentaram e justificaram desigualdades étnico-raciais, econômicas e sociais. (CARNEIRO,2016, p. 126)

Dessa forma, para combatermos o racismo e a violência contra as pessoas negras, além de Carneiro (2016), para o desenvolvimento do projeto, trago também autoras como Djamila Ribeiro (2018, p.7) que fundamenta os estudos na perspectiva do feminismo negro, na questão racial, como foco na mulher negra e afirma que “o feminismo negro não é uma luta meramente identitária, até porque branquitude e masculinidade também são identidades.” É a partir dessa perspectiva e num processo dialógico que é proposto o trabalho. Além de Djamila

Ribeiro, Conceição Evaristo será o ponto essencial para desenvolvimento da escrita autoral dos/das estudantes, embasado no conceito de *escrevivência*, isto é, a escrita de si, como define a autora, a escrita de mulheres negras com suas trajetórias. "Nossa *escrevivência* traz a experiência, a vivência de nossa condição de pessoa brasileira de origem africana, uma nacionalidade hifenizada, na qual me coloco e me pronuncio para afirmar a minha origem de povos africanos e celebrar a minha ancestralidade e me conectar tanto com os povos africanos, como com a diáspora africana."(EVARISTO, 2020, p.30)

Cabe salientar que a escolha por Evaristo vem também em virtude de a autora ter uma escrita baseada na narrativa de vida, nas vivências e como forma de sublimar a realidade o que ela denomina de *escrevivência*, ao afirmar que

a pobreza pode ser um lugar de aprendizagem, mas apenas quando você a vence. Se não, é o lugar da revolta, da impotência, da incompreensão. E aí você não faz nada. Hoje eu vejo que a pobreza foi o lugar fundamental da minha aprendizagem diante da vida". "Minha literatura não é pior nem melhor do que qualquer outra, só nasce de uma experiência diferente da qual eu me orgulho e que não quero camuflar".
Conceição Evaristo (2016)²

A questão racial, Kabengele Munanga (2008) afirma que: "o conceito de raça [...] nada tem de biológico. É um conjunto carregado de ideologia, pois como todas as ideologias ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação." Isso demonstra o quanto as ideias eurocentradas existem, uma vez que é o negro que está na condição de submisso, do dominado. Coadunando com o pensamento de Osório (2008): "Negros no extremo escuro da escala de cor não estariam tão integrados à sociedade livre – eles ou seus parentes ascendentes teriam experimentado uma escravidão mais recente, e esta seria a razão de sua condição social mais baixa"

Dessa forma, após conhecer os conceitos de gênero, raça e de jovens e adultos, o estudo da temática pretende evidenciar a preponderância da escola enquanto espaço de construção e (des)construção de estereótipos, na orientação da construção de identidade e no respeito e valorização do ser humano independente de gênero, classe ou raça, pois, o jovem-adulto precisa se reconhecer e se ver parte do processo educacional. E, assim, o jovem se reconhecendo parte do processo, evita-se também a evasão escolar.

² Entrevista concedida ao Jornal O Globo, em 11/07/2016, com o título: **Conceição Evaristo: a literatura como arte da 'escrevivência**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/conceicao-evaristo-literatura-como-arte-da-escrevivencia-19682928#ixzz4E6xZ7TFF>. Acesso em: 03 out. 2019.

Por conseguinte, durante o projeto discutiremos a necessidade da (des)construção de crenças de que mulher tem papel determinado socialmente assim como o homem. E que tanto homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras podem ocupar espaços de poder e de luta de forma conjunta e igualitária. Dessa forma, o projeto tem como problema de pesquisa: Como mostrar para os alunos e alunas a importância da escrita e da leitura por meio da escrita autoral a partir dos contos de Conceição Evaristo?

A problemática central é: Como viabilizar para os alunos e as alunas a importância da escrita e da leitura através da escrita autoral a partir dos contos de Conceição Evaristo?

Pensar a partir da escrita de Conceição Evaristo, é refletir o processo pelo qual a autora foi alfabetizada, entrou no mundo das letras, é entender o seu processo de letramento. Evaristo sempre afirma, em suas entrevistas e em seus escritos, que o processo de letramento foi na informalidade, ou seja, aprendera a ler e a escrever dentro de casa, a partir de rabiscos no chão, além de a mãe mostrar revistas, mesmo não sabendo ler. Mas, sabiam que naquele material existia um mundo a ser desvendado, um mundo de letras e conhecimentos. Aos poucos, fora adentrando a esse mundo até então desconhecido.

Talvez o primeiro sinal gráfico, que me foi apresentado como escrita, tenha vindo de um gesto antigo de minha mãe. [...] Ainda me lembro, o lápis era um graveto, quase sempre em forma de uma forquilha, e o papel era a terra lamacenta, rente as suas pernas abertas. Mãe se abaixava, mas antes cuidadosamente ajuntava e enrolava a saia, para prendê-la entre as coxas e o ventre. E de cócoras, com parte do corpo quase alisando a umidade do chão, ela desenhava um grande sol, cheio de infinitas pernas. Era um gesto solene, que acontecia sempre acompanhado pelo olhar e pela postura cúmplice das filhas, eu e minhas irmãs, todas nós ainda meninas. Conceição Evaristo (2005)³

A partir dessa fala de Evaristo, podemos perceber o quão a escrita, de fato, é baseada nas escrevivências, e, também, uma forma de levar o leitor a mergulhar num mundo até então desconhecido. É uma escrita simples com uma fruição, o que faz com que o leitor viaje nas narrações e tenham motivação para continuar a leitura e a escrita. Nessa perspectiva, o/a discente da EJA também poderá se ver nas histórias de Evaristo o que pode servir como motivação para não desistir do processo de leitura e de escrita, nem de conquistar os sonhos, independente de idade. Assim, Evaristo (2005), em seu texto *Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento da minha escrita*, deixa-nos evidente a importância da

³ **Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita.** Texto apresentado na Mesa de Escritoras Afro-brasileiras, no XI Seminário Nacional Mulher e Literatura/II Seminário Internacional Mulher e Literatura, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html>. Acesso em: 04 out. 2019.

escrita e da leitura na vida das pessoas, principalmente da mulher negra: mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo.

Com isso, elaborar um projeto que fosse o mais próximo da realidade vivida pelos estudantes da EJA, com uma autora que representasse essa realidade e servisse de motor para a escrita e leitura deles, nada melhor que Conceição Evaristo, com sua escrevivência e seus contos tão verossímeis. E nesse sentido, Souza (2011, p. 55) afirma que “todo uso da palavra envolve ação humana em relação a alguém, em um contexto interacional específico no qual ocorre a busca pela apropriação, a batalha pelas palavras e seus sentidos, a disputa por identidades sociais.” Dessa forma, a escrevivência de cada estudante é uma maneira de reafirmar a identidade social que, por muito tempo, invisibilizou essas jornadas e os donos que agora se tornam visíveis perante à sociedade.

O problema surge a partir destas frases faladas pela turma: “Eu não sei escrever” “Eu não sei português” “Eu não gosto de Português” que são facilmente ouvidas durante as aulas de Língua Portuguesa. Dessa forma, para compreendermos e entendermos estas questões e apontarmos soluções, o projeto será desenvolvido a partir das leituras de poemas de Conceição Evaristo como forma de debater questões com relação ao papel da mulher negra na atualidade. Com a finalidade de construir/reconstruir as próprias narrativas em textos escritos como forma de incentivar, também, outras a se libertarem das amarras da opressão e da submissão masculina. Sem deixar de evidenciar que os homens, também, são fundamentais na construção de um mundo mais igualitário. Nesse sentido, eles e elas, durante as aulas, refletirão sobre as violências sofridas por elas, para buscar elementos na escrita que ajudem outros homens a não mais violentar outras mulheres.

Por conseguinte, as leituras serão norteadoras para produção de textos autorais a partir da história vivida, sem deixar de levar em consideração também outros textos fictícios, caso algum discente queira compartilhar, afinal, conforme Campagnon (2016), a literatura varia conforme as épocas em que está inserida, além de envolver fatos históricos, linguísticos de forma verossímil, o que me fez compreender ainda mais a importância da literatura de Conceição Evaristo. Levar uma literatura para sala de aula que dialogue com a vivência dos estudantes, principalmente da EJA, é essencial para que seja uma leitura que convide a classe a dançar com a literatura. Aqui *dança* uma metáfora utilizada por Mônica de Menezes Santos (2019) como sinônimo de prazer, deleite e liberdade de pensar e atribuir sentido àquilo que

lemos. Nessa perspectiva, o projeto tem como foco a produção escrita, sem deixar de lado a leitura feita pelo participante, tendo por base os contos lidos e compartilhados em sala.

Como objetivo geral posso marcar que o projeto quer viabilizar as práticas leitoras na EJA, a partir de contos de Conceição Evaristo para que eles percebam o problema do preconceito e do racismo na sociedade brasileira, principalmente contra as mulheres e negras, como ponto de partida para escrita autoral, na forma de narrativas, de textos desses alunos e alunas.

Já os específicos: discutir com a turma o processo histórico e social do sistema patriarcal no Brasil e suas implicações na opressão de gênero; apresentar à turma o surgimento do racismo na história da sociedade ; analisar com a turma contos de Conceição Evaristo; Produzir textos autorais a partir das leituras e diálogos acerca dos contos de Conceição Evaristo e das experiências; Situar a história da EJA destacando neste percurso o impacto de tal modalidade educacional em minha formação e em minha prática docente; Conhecer e compreender mais a realidade dos estudantes, seus interesses para, assim, identificar em qual aspecto a leitura literárias pode ser um dos dispositivos plausíveis à afirmação identitária.

UM MERGULHO NA METODOLOGIA

Selecionar textos, livros e artigos não foi uma tarefa fácil e simples, contudo o projeto começou a sair da abstração e começou a ser concretizado com a escrita. Para tanto, o projeto de pesquisa serve como base para a efetivação da proposta de intervenção, além da pesquisa bibliográfica, seria de cunho etnográfico – realizada na Escola Municipal Laura Folly, por ser a etnografia o processo de documentar histórias, vivências que não foram historicizadas e/ou documentadas. E neste viés, esperar-se-ia documentar as experiências desses e dessas jovens, adultos e idosos que retornaram às salas de aula com uma vivência que somente eles e elas podem “documentar”, seja pelo preconceito sofrido enquanto jovem, adulto, idoso e mulher, seja pela luta em querer uma vida mais justa e fraterna.

Saliento que essa pesquisa seria de cunho etnográfico, pois, essa “abordagem permite identificar as práticas culturais, os locais específicos e contexto de uso, [...] e as atividades presentes em percurso de socialização. Apreendem-se por meio da linguagem os elementos constituintes de suas identidades, os contextos e usos da leitura em seu cotidiano” (SOUZA; VÓVIO, 2005, p.6) além de possibilita entender, na prática, o sentimento do/da estudante que volta à escola depois de anos fora do sistema formal de ensino, saber por que o preconceito contra essa classe minoritária ainda é vigente na comunidade escolar, como foi a aceitação das

pessoas “diferentes” tanto pela escola quanto pelos colegas; para, enfim, concluir, de fato, a pesquisa.

Cabe ressaltar o porquê a pesquisa seria de cunho etnográfico por, inicialmente, ser desenvolvida diretamente em sala de aula com os alunos e as alunas. Em virtude da Pandemia do Coronavírus (Covid-19) e a suspensão das aulas, tornou-se impossível a aplicação prática do projeto (Essa questão pandêmica será melhor desenvolvida em outra seção). Assim, o projeto, agora, será uma pesquisa de natureza bibliográfica e propositiva. Isto em virtude de a proposta de intervenção ser uma proposição para aplicação, assim como a que se daria em forma de Rodas de Conversa (RC).

Para que a pesquisa de cunho etnográfico seja concretizada, é crucial pensar como essas pessoas, conforme (SOUZA; VÓVIO, 2005), tomam parte de uso da linguagem em suas diversas práticas de letramentos, ou seja, como esse multiletramentos desenvolvidos na escrita são necessários para (re)construção da identidade do alunado. Dessa forma, enquanto protagonista da escrita, busca-se acessar também a autoria, a identidade e sua relevância na vida social. Assim, essa escrita autoral é também uma forma de conhecer e tornar visíveis as trajetórias e identidades de sujeitos constituídos por meio da linguagem, parafraseando Souza; Vóvio (2005), visto que essa afirmação foi feita em foram de questionamento.

Tal perspectiva focaliza não os resultados ou efeitos homogêneos do letramento, mas, sim, aqueles heterogêneos, dependentes dos contextos, papéis, objetivos e formas de interação que guiam os sujeitos em atividade. (SOUZA; VÓVIO, 2005, p. 2). Nessa perspectiva, pensar na heterogeneidade da turma, nos diversos contextos sociais e as singularidades que cada indivíduo traz é importante para se pensar nos usos sociais da linguagem e entender que a comunicação é concretizada e compreendida entre os interlocutores, mesmo cada um fazendo uso diferente da linguagem. Afinal, as diferentes jornadas e vivências constroem a identidade de cada ser que torna o mundo cada vez mais heterogênea.

Cabe ressaltar que não se menosprezam os elementos comuns das vivências, sejam eles educacionais, de moradia e até mesmo da comunidade em que vivem, porém, “o que se quer é deixar de lado estereótipos sociais nos quais são enquadrados sujeitos e que, na maior parte das vezes, não permitem reconhecer ou identificar possibilidades individuais trilhadas em um campo social compartilhado”. (SOUZA; VÓVIO, 2005, p. 2). Como se os jovens e adultos não pudessem escrever uma nova história, trilhar um novo caminho só por ser discente da EJA ou por morar em comunidades mais carentes. O que se quer é quebrar os

preconceitos sociais que recaem sobre essa parte da população. Para tanto, levar em conta os diversos usos da linguagem, ou seja, os multiletramentos tanto orais quanto escritos é fundamental para a compreensão de que todos podem não só fazer uso da linguagem oral, mas também do poder que a escrita tem na contemporaneidade.

Para que todo esse processo seja efetivado, a escuta é imprescindível para o andamento das atividades, assim sendo, foi escolhida a roda de conversa para o desenvolvimento da proposta de intervenção e por ser uma “opção de refletir sobre esse universo marcado por singularidades e diversidades” (SOUZA: LIMA, 2019, p.161), a proposta de intervenção será realizado também em roda de conversa, com a turma que se colocou à disposição para o desenvolvimento desse projeto. Nesse aspecto, as autoras além de conceituarem a roda de conversa como um etnométodo fundante nas referências africanas e indígenas (2019, p.169), também a consideram como

dispositivo metodológico para suscitar e potencializar a participação, o diálogo e o empoderamento, pois, apoiada por um ou mais recursos, é capaz de mobilizar a fala dos diferentes sujeitos, envolvê-los em um círculo de cultura; com a roda, desnaturalização das desigualdades e a ampliação do discurso sobre si e sobre o outro. (SOUZA: LIMA, 2019, p.161)

Nessa perspectiva a liberdade em participar da roda de conversa, o ouvir as narrativas do outro, certamente, fortalece e motiva os demais a se colocarem e a narrarem as experiências, pois, elas podem até ser diferentes, mas o contexto, muitas vezes, é similar. Isso, enquanto professor, faz-me “atentar para as trajetórias que marcam o universo estudantil, diverso e plural, imprescindível para conceber as distintas formas de ser adolescente e jovem (aqui incluo os adultos e as adultas já que eles também possuem uma jornada diversa e plural, porém singular em cada vivência e experiência) nos obrigam a problematizar noções e discursos que geralmente os(as) apresentam sob ótica hegemônica. (SOUZA; LIMA, 2019, p.161)

Por fim, pensar numa proposta de intervenção que fortaleça os laços de respeito e confiança entre colegas e professor é também necessário para que essa relação construída no processo das rodas de conversa, das escritas, da ajuda mútua como estudante com estudante e/ou professor com discente, seja fortalecida dentro e fora do ambiente escolar. E concluo com a afirmação das autoras demonstrando a relevância das rodas de conversas no desenvolvimento metodológico da proposta de intervenção que foca, além da leitura, também da escrita e oralidade da classe. Assim, a roda de conversa, além de servir para o fortalecimento dos laços afetivos na sala de aula, possibilita gestão democrática da fala, pois coloca lado a lado sujeitos diferentes, sem hierarquia (SOUZA; LIMA 2019, p.16). Isto posto,

significar dizer que a roda de conversa também é uma metodologia participativa e acolhedora, principalmente, no ouvir, respeitar o tempo de fala e compreender os processos individuais de leitura e escrita.

Ressalto que o projeto seria desenvolvido seguindo rigorosamente os aspectos éticos da pesquisa conforme a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde que afirma que a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos. Nesse sentido, respeitar a individualidade de cada pessoa participante da pesquisa é fundamental para que a pesquisa possa seguir os trâmites legais e éticos, consoante a resolução expressa.

Para preservar ainda mais a integridade do participante, não seriam veiculadas quaisquer informações ou imagens pessoais que pudessem ferir o que consta das Leis que resguardam os seus direitos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990, além disso, a pesquisa está pautada nas resoluções éticas brasileiras, em especial a resolução CNS/CONEP 466/12 e 510/16. Assim sendo, os(as) alunos(as) terão o esclarecimento sobre o estudo em todo e qualquer aspecto que desejarem, sendo facultada a sua participação, ou seja, estarão livres para participar ou se recusar. Cabe salientar que os maiores de 18 (dezoito) anos assinarão o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE (em anexo), porém se, porventura, tiver algum menor de idade, o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido – TALE (em anexo) será assinado pelo responsável desse menor.

Diante disso, antes de iniciar o projeto, como a Instituição já autorizara a aplicação, seria feita uma conversa com os participantes para esclarecimento a respeito da pesquisa, os objetivos e os benefícios como, entre outros, escrever a própria história e deleitar-se com a leitura. Em seguida os documentos (TCLE e o TALE) serão disponibilizados para todos consoante as Resoluções citadas. Saliento que o desenvolvimento do projeto somente será iniciado após a aprovação do Comitê de Ética.

Por fim, após escritas e reescritas, mediadas pelo professor, é o momento de organizarmos os contos que comporiam a Curadoria. Essa ideia de curadoria partiu da sugestão do Prof. Dr. José Henrique Freitas durante a qualificação do projeto. De lá pra cá, fui à procura de referências que pudessem colocar em prática a preciosa ideia. Segundo, (GONRING, 2015 p.277), a curadoria [...] trata-se de uma atividade particularmente ligada à dimensão de presença da linguagem, na qual o embate direto com o real é preponderante à atuação puramente simbólica. Nesse aspecto, Gonring (2015) afirma ainda que a curadoria

deixa de ser específica das artes e inicia a intersecção por outras áreas de forma multidisciplinar. Nesse aspecto, o curador é ser que partilha conhecimentos, é aquele que seleciona o que pode ser apreciado pelo público e, dessa forma, o curador-estudante se torna o autor e agente de uma exposição e de uma transformação social e pessoal até então, algo tão distante de acontecer, além de ser o detentor do conhecimento, aquele selecionador de obras para serem estimadas por outros leitores.

É nesse sentido que aqui a curadoria toma outro significado, outro sentido, dialogando com a educação, com o ensino de língua materna. Essa nossa curadoria, nomeio de Curadoria Crítico-Cultural de Reexistência (CCCR): **Crítico** por tornar a aprendizagem, conforme (STREET, 2005), visível a criticidade e o melhor aprendizado da língua e das questões que perpassam todo o campo social; **Cultural** por envolver aspectos culturais diversos a partir da realidade de cada discente e de **Reexistência**, uso esse termo de autoria de (SOUZA, 2011), para vociferar textos, experiências e vivências históricas das pessoas da EJA. Assim, a Curadoria Crítico-Cultural de Reexistência é o sujeito agente da vida e das escolhas, além de ser o processo que contribui para visibilizar e, assim, potencializar as vozes das margens, dá vida, autonomia e o poder de fazer e de (re)construir a as vivências e transformar a realidade em que vivem. Após a última escrita revisada, o professor-pesquisador reunirá todos os contos, organizando-os para enviá-los a uma gráfica para confecção do banner que será o produto do projeto de intervenção. A etapa final será organizada com uma noite de exposição, ou seja, a Curadoria Crítico-Cultural de Reexistência, organizada pelo docente juntamente com os discentes para o dia do lançamento e um coquetel para agradecer o empenho e participação de todos e de todas no projeto. Além de depoimentos do alunado que se sentir confortáveis para tal ação.

JUSTIFICATIVA

Antes de uma justificativa pessoal quanto a escrita do projeto é pensar na obrigatoriedade dos estudos da cultura afro e afro-brasileira nas escolas de todo o país instituída pela lei 10639/ 2003, em seu "Art. 26-A: Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira". Porém, parece ainda não ser o suficiente para que as escolas pusessem em prática a lei em seus currículos. O que se tem sido visto é apenas o 20 de

novembro sendo comemorado nas escolas ou tendo o Novembro Negro como um mês de "comemoração" dessa obrigatoriedade.

Então, pensando na importância da lei e na conquista dos povos negros e depois dos indígenas, o Projeto vem com a função de colocar em prática a importância do ser negro, partindo da reflexão em sala de aula, a partir da leitura de contos de Conceição Evaristo aliada às histórias de cada discente que se vê negro e não negro, mas que se vê marginalizado por uma parte da população racista e preconceituosa.

A partir do que se institui a lei 10639/03, é preciso que se promovam ações educativas diárias, no sentido de respeito e valorização da cultura afro e afro-brasileira e sua importância social e histórica. Lutando contra o preconceito não só racial como também de gênero. Afinal, ser negro já é sinal de discriminação e ser mulher negra a discriminação é duplamente efetivada. Colocar a mulher negra sempre abaixo da não negra parece ser normal do ponto de vista de uma população branca, racista e heterossexista. É preciso quebrar esse círculo em que estamos inseridos, para tanto, o projeto *Escrevivências e Reexistências Discentes da EJA como sujeitos leitores e escritores* tem a função de levar para sala de aula reflexões sobre a importância de cada um e cada uma, homem negro, mulher negra, independente de classe, não deixando de lado os homens e mulheres não negros, mas que a classe os põe e as põe sempre em lugar de submissão em um meio heteronormativo e branco. Além de ser uma forma de aplicar, na prática, a lei 10639/2003, fazendo com que discentes tenham acesso a essa legislação e a compreenda como elemento que valida o respeito à história dos povos negros e indígenas.

Porém, ressalto que o reconhecimento das raízes oriundas da ancestralidade não se resume apenas ao planejamento das atividades escolares, pois, durante a vida fora dos muros da escola o sofrimento ainda é maior. Nessa vertente, as narrações trazidas e escritas pelos educandos têm como foco incentivar outros a continuar lutando por mais igualdade e fraternidade entre todos os povos. Isso porque o racismo ainda continua um elemento estruturante das desigualdades sociais.

A dificuldade de se implementar, na prática, a lei 10639/2003 nas escolas públicas e particulares de todo o Brasil, certamente, se dá em virtude de termos um currículo ainda eurocentrado, baseado na escrita do vencedor, nesse caso, o opressor branco, mas, aos poucos, ainda que distante do que se espera, o currículo escolar tem avançado no sentido de respeito a diversidade étnico-racial. Por conseguinte, para combater o racismo no país e nas relações, em

suas diversas facetas, é preciso produzir cada vez mais conhecimento sobre a história e culturas negras e indígenas e mais práticas cotidianas em sala de aula, não somente com as disciplinas História, Arte e Literatura, mas todas as disciplinas que compõem o currículo escolar.

É necessário que a humanidade abrace a causa de uma educação antirracista, de qualidade direcionada a esse público de forma que não seja uma educação assistencialista, mas uma educação voltada para a vida, para prática diária, uma educação que se utilize, não só a alfabetização, mas uma alfabetização letrada. Afinal, as experiências vivenciadas pelo corpo discente da EJA são fundamentais para o desenvolver do projeto, uma vez que serão essas vivências e experiências essenciais para a produção escrita e leitura, isso porque vivemos em um mundo letrado em todas as suas formas. Dessa forma, (KLEIMAN, 2005, p.18) afirma que o letramento é complexo, envolvendo muito mais do que habilidade (ou conjunto de habilidades) ou competência do sujeito que lê. Envolve múltiplas capacidades e conhecimentos para mobilizar essas capacidades, muitos dos quais não têm necessariamente relação com a leitura. E nesse aspecto, envolve as vivências e experiências com a escrita, mesmo que, inicialmente, o indivíduo, por exemplo, não tenha sido alfabetizado, porém, por estar no imerso no mundo letrado, sabe a importância do aprender ler. Por conseguinte, pensar nos usos sociais da língua no ensino da língua é de extrema importância como pontua (MARCUSCHI, 2003) ao afirmar que a língua é uma atividade sociointerativa, histórica e cognitiva, e não um sistema de regras ou simples instrumento de informação.

Após essa síntese, convém salientar que ao ser convocado para lecionar no município de Dias d'Ávila, a partir de julho de 2018, fui diretamente lecionar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dessa forma, aliado ao desejo de compreender ainda mais o universo dessa modalidade, percebi, nos diálogos das alunas, a questão da violência doméstica que acometia a maioria delas que se veem negras e de classe social menos favorecida. Saliento também que a escola está situada na periferia da cidade, numa zona de conflito. E essa questão, muitas vezes, impede a frequência assídua de alguns aprendizes, mesmo não sendo envolvidos com a violência diretamente, infelizmente, indiretamente são afetados.

Entender a importância dos jovens-adultos na construção da sociedade e os motivos pelos quais “abandonaram” os estudos, também, foi necessário para observar que a questão de gênero ainda é considerada um tabu em repartições de ensino, uma vez que nem todo professor tem conhecimento dos Estudos de Gênero. Assim, imbricar o estudo da diversidade

de gênero de forma interseccionalizada com raça e classe no ensino da EJA, atravessado por um projeto de intervenção, é uma forma de compreender alguns fatores pelos quais os jovens também não se identificam com a instituição de ensino que frequentam e nem se sentem parte do processo de ensino. Por isso, há uma necessidade de fazer com que os jovens percebam que eles fazem parte e são necessários para re(construir) este meio social em que vivem de forma crítica e sem preconceitos e enfrentar o mundo opressor que quer manter as mulheres negras e não negras submissas ao homem.

Nesta perspectiva, o Plano Nacional da Educação e Direitos Humanos, no que se refere à Educação Básica e direitos humanos traz em seu bojo que

“A educação em direitos humanos deve abarcar questões concernentes aos campos da educação formal, aos procedimentos pedagógicos, às agendas e instrumentos que possibilitem uma ação pedagógica conscientizadora e libertadora, voltada para o respeito e valorização da diversidade, aos conceitos de sustentabilidade e de formação da cidadania ativa.” Plano Nacional da Educação em Direitos Humanos (2007, p.31)

Dessa forma, é notável garantir a dignidade, igualdade de oportunidades, exercício da participação e da autonomia dentro da comunidade escolar, tanto para os educandos quanto para os educadores para que a educação com formação integral do indivíduo, não só para a comunidade escolar, mas também para formação pessoal e (re)construção de uma comunidade mais fraterna e igualitária, seja, de fato, uma realidade e não uma utopia social.

Assim, entender a importância de se estudar gênero, raça e classe social na EJA é uma forma de (re)significar e/ou ampliar conceitos na condição de homens e mulheres autônomos, na proporção em que se analisa, reflete e compreende como as relações de classe, etnia, religião, cultura se constituem enquanto parte integrante da identidade de gênero. Portanto, evidencia-se a relevância do papel social do educando, a conscientização e o reconhecimento identitário, a fim de promover o efetivo exercício da cidadania.

É válido acentuar que a diversidade de gênero é realidade em todas as modalidades de ensino, porém, o foco nesse projeto é a EJA, que merece ser valorizada em suas múltiplas dimensões. Não apenas para atender às exigências legais, mas por respeito às identidades dos sujeitos que compõem a EJA e a escola. Por isso, é notório que essas identidades estejam visibilizadas nas práticas, metodologias e materiais pedagógicos utilizados tanto pelos educandos quanto pelos educadores.

Por conseguinte, a partir das leituras e escritas autorais, pretende-se que os educandos compreendam a importância de se lutar contra o sistema machista, racista e opressor que vê a

mulher como submissa, muitas vezes, em virtude de questões históricas patriarcais que estão vivas neste século XXI. Além disso, a escrita, também, surge como o fator de luta e de tornar o/a estudante escritor/a e dono da sua vida e da sua história. E, por fim, estudar contos de Conceição Evaristo para uma produção textual de cada discente foi uma forma de trazer um estudo novo, visto que as pesquisas e estudos a partir de Evaristo foi com o foco na análise do negro, da mulher negra, mas não objetivando a produção autoral de alunos e alunas da EJA após as análises dos contos.

Ressalto também que Conceição Evaristo é expoente de impacto e importância social na/da literatura brasileira contemporânea, cuja produção literária e teórica já ganhou o mundo. Além de ser teórica, romancista, poeta e contista, misturando em seus escritos retratos de uma vida cotidiana misturando ficção e realidade, suas obras são instrumentos também de denúncia da desigualdade social, racial e de gênero, sem se esquecer da questão ancestral negra tão presente em suas obras. Com isso, a autora já ganhou prêmios e homenagens importantes na literatura nacional como, por exemplo: Jabuti, com o livro *Olhos d'água*, além de já ter sido homenageado como a Personalidade Literária do Ano (2019) pelo referido prêmio Jabuti, o mais importante da literatura brasileira.

Além disso, levar para a escola uma literatura considerada não canônica é essencial para aproximar ainda mais o alunado da leitura, não menosprezando os cânones. Afinal, como afirma (EVARISTO, 2020, p.30) “E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais”. É com essa ideia de valorização das vozes, da escrita que, por muito tempo, ficou suprimida e para validar ainda mais esses letramentos e escrituras de mulheres e homens negros que a CCCR vem para evidenciar e mostrar ao mundo o valor de cada narrativa que antes estava velada, mas, agora, está visível. Por isso, esse momento é primordial para trabalharmos a literatura de uma escritora negra e que traz muito da realidade dessas pessoas.

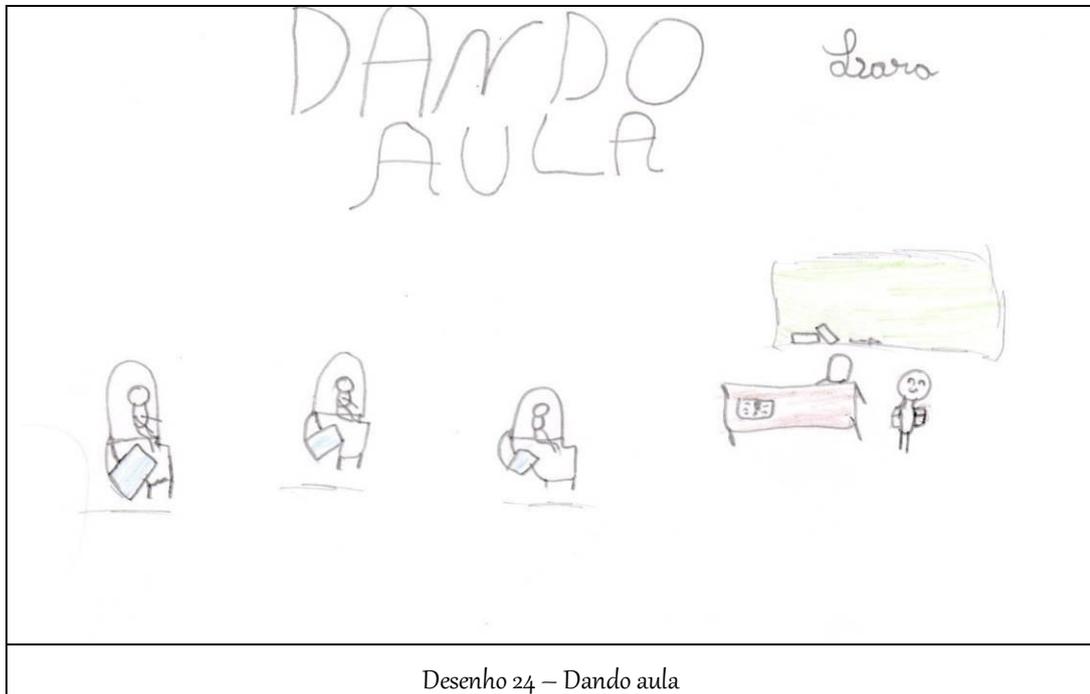
Outro ponto a lembrar, portanto, é a exposição dos desenhos que aparecem ao longo da escrita. Como já explicitado, os desenhos são dos meus afilhados (Lara Gabriela, 9 anos; Davi Guilherme, 8 anos; Laura Sophia, 6 anos, à época da produção) que se sentem escritores e participantes da escrita do livro do Dindo.

Lecionar é mais que uma paixão, é uma forma de descobrir o que está encoberto nas entrelinhas da vida escrita. Um dos momentos da produção imagética, no momento da

contação da minha história, foi a imagem produzida por Lara a qual retrata parte da minha vida profissional em sala de aula: ser professor. E o título escolhido por ela é pertinente com a terceira parte por se tratar de descoberta do conhecimento tanto por mim quanto pela classe, além de trazer os conceitos que fazem parte da pesquisa.

TERCEIRA PARTE:

EDUCAÇÃO PARA JOVENS E ADULTOS NEGROS NO BRASIL



Antes de discorrer sobre a questão da educação para jovens e adultos negros no Brasil, cabe abrir um parêntese acerca dos conceitos utilizados ao longo da escrita. Ressalto, também, que escolha dos autores foi feita por dialogar com o que penso e acredito sobre o racismo, preconceito racial e discriminação racial.

UM PASSEIO PELOS CONCEITOS DE RAÇA, RACISMO, PRECONCEITO E IDENTIDADE

“Sobre a mulher negra incide a opressão de classe, de gênero e de raça.” (RIBEIRO, 2019, p. 22). Essa afirmação de Djamilia Ribeiro coaduna com o pensamento de Carla Akotirene (2018, p.16) no que se refere ao o conceito de interseccionalidade como um sistema de opressão interligado. Isto é, a questão da cor, do gênero e da classe perpassa a vida e a essência do ser mulher negra, a qual é acometida da exclusão, do preconceito em todas as suas formas. E como (AKOTIRENE, 2018, p.19) pontua “é da mulher negra o coração conceito da interseccionalidade”, visto que é ela quem sofre as intempéries do racismo que, segundo

(RIBEIRO, 2019, p. 12), “é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato da vontade de um indivíduo.”

Nilma Lino Gomes(2005, p. 52) postula que “o racismo é, por outro lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc.” Esses dois conceitos dialogam e tornam evidente o quanto o racismo está atrelado à questão da cor da pele, principalmente, de negros e negras como forma de hierarquizar as raças. Nesse sentido, o não negro, principalmente o branco, na hierarquia, sente-se como raça superior em virtude do processo de escravização dos povos negros.

Ainda na questão racial, (AKOTIRENE, 2018, p.17) afirma que “o racismo estruturado pelo colonialismo moderno, insiste em dar carga pesada às mulheres negras e homens negros. No sentido de invisibilizar o povo negro com sua luta e sua identidade.” Saliento que o conceito de identidade utilizado aqui está embasado em Kabengele Munanga, o qual estabelece que

A identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. **A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc.** (MUNANGA, 1996, p.17)

Para além desse conceito de identidade utilizado por Munanga (1996), também, uso, mesmo que de maneira implícita, o conceito de identidade negra postulado por (GOMES, 2005, p.43) “como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro.” Isso como forma de trazer uma identidade negra de forma positiva, não como uma negação da cor e da cultura. Dessa forma, os participantes do projeto perceberão que o conceito de raça e de identidade estão para além do que preceitua um meio social racista, está para a valorização da cor da pele, dos traços fenóticos e da história do povo negro construtor de todo esse processo indenitário.

Por isso, trazer escritores negros para o projeto é uma forma de trazer à tona a nossa identidade. Neste sentido, evidenciamos a nossa produção intelectual e evitamos que novas histórias sejam apagadas e silenciadas em detrimento de uma contada de apenas um ponto de vista, de apenas uma visão. Afinal, é perigoso termos apenas uma história única, contada

apenas de um ponto de vista ou, simplesmente, de uma única forma, como afirma Chimamanda,

o poder é a habilidade não apenas de contar história de outra pessoa, mas de fazer com que ela seja sua história definitiva. Ainda acrescenta que o poeta palestino Mourrid Barghouti escreveu que, se você quiser espoliar um povo, a maneira mais simples é contar a história dele e começar com “em segundo lugar”. (ADICHIE, 2019, p.23)

Nessa vertente, urge conhecermos os lados da história, não apenas a contada pelo vencedor, mas também a partir do ponto de vista do considerado vencido, que, nesse caso, é o povo negro que, por muito tempo, teve sua identidade e cultura apagadas e silenciadas pelo opressor. Essa identidade, segundo (MUNANGA, 2019, p. 18), passa por sua cor, ou seja, pela recuperação de sua negritude, física e cultural. Portanto, devemos começar com “em primeiro lugar”, isto é, ter o nosso lócus de enunciação, termo, como segundo (NASCIMENTO, 2021) pontua, “vem sendo usado a partir da leitura que (MIGNOLO, 2000) faz do trabalho da intelectual mestiça chicana Glória Anzaldúa, ao teorizar o seu chamado pensar fronteiriço.” Além disso, esse termo que se aplica a nossa pesquisa, ou seja, significa o caminho percorrido pela pessoa que a levou a ser o que é com suas experiências e vivências, e que tem seu espaço de enunciação, independe do poder que lhe é atribuído

Porém, ressalto, conforme (RIBEIRO, 2019, p.65) “a importância de estudar autores negros não se baseia numa visão essencialista, ou seja, na crença de que devem ser lidos apenas por serem negros, a questão é que é irrealista que numa sociedade como a nossa, de maioria negra, somente um grupo domine a formulação do saber.” E nesse sentido, trazer à tona os saberes produzidos pelo povo negro é de extrema relevância para evitarmos o perigo de termos uma história única.

Para que haja uma mudança na forma de ensinar novos velhos conteúdos, o ideal é termos um currículo que revolucione, um currículo que leve em consideração as diversas formas de aprendizagens, pois, currículo é uma forma de poder, é a forma com que o dominante, de alguma forma, faz com que todos tenham acesso apenas ao conhecimento que convém a elite. Esse novo currículo deve, segundo (GOMES, 2012, p. 99), aqui transformo a indagação da autora numa afirmação, construir propostas criativas que dialoguem, de fato, com a realidade sociocultural brasileira, articulando conhecimento científico e os culturais.

Dessa forma, o projeto de intervenção se conecta com a proposta de um novo currículo, de um novo fazer pedagógico respeitando os conhecimentos prévios de cada pessoa, e visibilizando-os como seres promotores do conhecimento. Assim, além de dialogar

com o que preconiza a lei 10639/2003, a proposta de intervenção dialoga, de fato, com um novo currículo, com um novo processo epistemológico educativo. Isso também faz com que possamos – corpo discente e docente – parafraseando (GOMES, 2012), questionar os lugares de poder, indagando a relação entre direitos e privilégios arraigada em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas.

Assim, uma das finalidades fundamentais de toda intervenção curricular é a de preparar as pessoas para serem cidadãs ativas e críticas, membros solidários e democráticos de uma sociedade solidária e democrática. (SANTOMÉ, 2013, p. 155). E nesse aspecto de visibilizar essas histórias e esses colegiais que, por muito tempo foram invisibilizados, é que a proposta de invenção foi desenvolvida. (SANTOMÉ, 2013) afirma ainda que é uma forma de fazer com que eles (alunos e alunas) pratiquem e se exercitem em ações capazes de prepará-los/las para viver e participar em sua comunidade. Acrescento que, além da comunidade, a transformação estudantil será para lutar por um país melhor, mais igualitário, menos racista, menos sexista.

Para que a realidade seja modificada, para que o currículo seja retrato de um novo fazer pedagógico que leve em conta as diversidades que constituem o povo: de gênero, raça e classe, é necessário repensar atitudes decoloniais e numa formação docente conectada com o novo modo de ver a vida, com o novo mundo, com a diversidade que permeia as vivências dos jovens, adultos e idosos que retornam à escola sedentos por compartilhar vivências, mas também em busca de novos conhecimentos. Nesse aspecto

Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar. Muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos. (GOMES, 2012, p. 102)

A promulgação da lei 10639/2003 que obriga os estabelecimentos de ensino públicos e privados a trabalhar a cultura e história dos povos africanos e, logo depois, a lei 11 645 as questões culturais indígenas, só será, de fato, efetivada quando os docentes forem formados para essa nova epistemologia educacional. Porém, a formação dos professores deve ser voltada para um ensinar mais reflexivo, para tornar o aprendiz centro do processo educativo, já que a proposta é dialogar com as vivências e experiências do alunado como preceitua também a LDB/96. Portanto, enquanto professores negros e não negros, também, não podemos deixar que, mais uma vez, nossa cultura, nossa identidade e nossa história sejam apagadas e silenciadas pelo currículo, porém, muitas vezes, por falta da (in)formação docente.

Como afirma (GOMES, 2012, p. 103), o legado da luta do povo negro no Brasil atinge a todos independente do sexo, raça, classe social e idade. Assim, não é necessário ser negro para lutar em prol de uma educação antirracista e descolonizada.

Numa perspectiva de descolonização dos currículos e na compreensão das rupturas epistemológicas e culturais trazidas pela questão racial na educação brasileira, concordo com o fato de que esse olhar é um alerta importante. A compreensão das formas por meio das quais a cultura negra, as questões de gênero, a juventude, as lutas dos movimentos sociais e dos grupos populares são marginalizadas, tratadas de maneira desconectada com a vida social mais ampla e até mesmo discriminadas no cotidiano da escola e nos currículos pode ser considerado um avanço e uma ruptura epistemológica no campo educacional. No entanto, devemos ir mais além. Gomes (2012, p. 103)

Trazer essas culturas para a prática pedagógica também é uma forma de quebrar as correntes da opressão e inserir um novo paradigma na educação e no fazer educacional que valorize a raça, parafraseando o conceito de Munanga que nada tem de biológico e, sim, social. Ressalto que o conceito de Munanga dialoga com o de (GOMES, 2005, p.49) ao afirmar que “*as raças*, na realidade, construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico. Não significa, de forma alguma, um dado de natureza. ” Isso demonstra o quanto, por muito tempo, a questão racial foi baseada, por vários escritores, entre eles o médico Nina Rodrigues, como uma questão biológica. Ressalto, mais uma vez, que o termo raça, nesse memorial, está sempre atrelado aos fatos sociais e políticos.

E para finalizar essa seção, além dos conceitos já apresentados e utilizados nesse trabalho, ressalto que, comungando também das ideias de Nilma Lino Gomes (2005), o preconceito racial “é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo.” O que difere de discriminação racial, segundo (GOMES, 2005, p. 55), “A discriminação racial pode ser considerada como a prática do racismo e a efetivação do preconceito. Além disso, ressalto que, conforme (NASCIMENTO, 2019, p.14), “O preconceito racial aqui é entrelaçado com o social e o linguístico (naquilo que quero chamar aqui de Racismo linguístico, e que se desenha através do linguicídio, ou seja, do extermínio do outro não branco) fica mais aparente se nós detivermos nas políticas linguísticas.” Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, **a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam.**” Grifo meu. Assim, o que se segue é a importância da história da Educação formal

de/para jovens, adultos e idosos, além da questão linguística existente no cotidiano dessa população.

SE VOCÊ PODE, NÓS TAMBÉM PODEMOS: JOVENS E ADULTOS DA/NA EJA, QUEM SÃO ELES?

Se a educação é um direito de todos, logo, também é nosso direito ter essa educação pública e de qualidade. Assim, conhecermos um pouco mais sobre a importância da educação de jovens e adultos e das mulheres negras enquanto possibilidade de inserção na educação formal.

Compreender a Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA) é base para entendermos por que os jovens, que frequentam esta modalidade, não são somente “jovens pobres” que não tiveram acesso à educação no tempo considerado “certo”, mas compreender que lhes foi um direito tolhido pela elite em função de necessitar-se de mão de obra de pessoas escravizadas e que precisam de trabalho para sua manutenção e da família, mas também entender que esses jovens e adultos lutaram e lutam por acesso à educação pública, gratuita e de qualidade.

É notório, como afirma (HADDAD, 2000) que desde o Período Colonial, com a chegada dos jesuítas, estes apenas “educavam” com a finalidade de catequização e como forma de também educar para o trabalho com o favorecimento do aumento da economia. Além da difusão do evangelho, os missionários jesuítas transmitiam normas de comportamento e ensinavam ofícios necessários ao funcionamento e desenvolvimento da economia colonial. A partir de então, todo o trabalho, considerado braçal, era dirigido ao homem não branco, uma vez que os afazeres domésticos eram direcionados às mulheres, além de procriarem e serem submissas ao pai – enquanto estivessem sob o poder e tutela deste –, ao marido – a quem também devia obedecer fielmente-, além de serem consideradas seres sem vez naquele espaço, naquela cultura, até então, ou seja, além de serem de classe menos favorecida, eram submetidos a trabalhos e/ou uma educação em prol de quem detinha o poder.

A história da EJA é marcada por tensões, conflitos entre os interesses de classes, jogos políticos, voluntarismo, desprofissionalização, campanhas e políticas descontínuas de governo e não de Estado. Isto impactou a vida dos jovens, adultos e idosos destituídos do direito à educação e do acesso aos benefícios do desenvolvimento das forças produtivas, em termos de ciência, tecnologia e condições materiais. Não é pretensão deste estudo discorrer com detalhes toda a história da EJA, mas realçar o quanto podemos aprender com este processo de avanços

e recuos na oferta da escolarização dos sujeitos sociais e históricos, vilipendiados de seus direitos elementares.

O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi a figuração depreciativa do contingente de pessoas não alfabetizadas ou com baixa escolarização. Durante muito tempo, este termo era usado para desqualificar as pessoas que não tiveram oportunidades, ou que apresentavam uma trajetória escolar marcada por interrupções, repetências ou reprovações. Programas assistencialistas, de correção de fluxo, de aceleração foram um marco na inquietante história da Educação de Adultos, hoje, Educação de Jovens, Adultos e Idosos.

Certamente, que, hodiernamente, século XXI, muito se conquistou para EJA, todavia, ainda há muito a se conquistar, formalmente: escola para todos, base legal que reconhece o direito à educação independente de idade e outras restrições. Na prática, não se efetivou a universalização do direito a educação, mesmo tendo diversas legislações que impunham a obrigatoriedade da oferta da EJA, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e a Constituição Federal de 1988.

Por isso, entender a EJA é compreendermos que esses jovens e adultos de classe popular, especialmente as jovens e adultas, estiveram a serviço da elite dominante, mas também lutaram e lutam por esse direito que lhes é garantido por lei, sem esquecer que, na atualidade, além do direito à educação, tem-se também a conquista pelo respeito à diversidade seja de sexo, gênero, raça ou religião.

Nesta vertente,

A EJA como espaço formador terá de se configurar reconhecendo que esses jovens e adultos vêm de múltiplos espaços deformadores e formadores onde participam. Ocupam espaços de lazer, de trabalho, cultura, sociabilidade, faz parte de movimentos de luta pela terra, pelo teto e pelo trabalho, e pela cultura, pela dignidade e pela vida. (ARROYO, 2005, p. 22)

E assim fica evidente que o jovem-adulto não é um uma “tábula rasa” nem um “banco” – na concepção de educação bancária, conforme pontua Paulo Freire, na obra *Pedagogia do Oprimido* – onde se depositam informações, mas, sim, um jovem que luta por direito, pela dignidade, e nessa luta é urgente que haja o respeito à diversidade de gênero, principalmente, numa sala de aula de jovens e adultos, onde há vários comportamentos que a o sistema afirma ser de “homem” e/ou de “mulher”. Assim, torna-se imprescindível a desconstrução e/ou reconstrução desses conceitos sociais, uma vez que a luta pela igualdade de direitos já é uma realidade.

Além disso,

São adolescentes, jovens, adultos e velhos, homens e mulheres pobres, desempregados ou em busca de emprego, negros(as) e brancos(as), deficientes, moradores de periferia de centros urbanos ou de áreas de assentamentos rurais, pessoas que tiveram negligenciado o seu direito à educação em idade “adequada” não puderam concluir os seus estudos. (SILVA, 2017, p.202)

É perceptível o quanto discentes da EJA são uma população que está à margem de uma sociedade capitalista que julga o que é a idade correta sem ao menos repensar as histórias que fazem com que cada discente seja abandonado pela escola, além de” a falta de instrução escolar ter sido tratada como doença, incivilidade, anomalia ou transgressão” (SILVA, 2017, p.203). Digo abandonado pela escola, porque não foi dada condição de permanência e conclusão dos estudos nessa idade considerada correta. Isto porque a escola, em algum momento, distancia-se da realidade de alunos e alunas que precisaram trabalhar para se sustentar e/ou ajudar no sustento da família. São jovens que constroem famílias cedo, são jovens e adultos que, por diversos motivos, foram abandonados pela sociedade e julgados como incapazes, todavia, o momento de valorizar tanta vivência e história deve ser nesse momento de retomada dos estudos, para tanto a escola deve estar preparada para receber essa população que já retorna com os diversos letramentos em suas memórias e vivências múltiplas. É necessário que o currículo para essa população seja diferenciado, sem deixar de enfatizar também os conteúdos preconizados pelos documentos oficiais do Estado, de cada estado, de cada município. Afinal, coadunando com o pensamento de Silva (2017) “Juventude e vida adulta na EJA apresentam especificidades e são marcadas pela diversidade” (SILVA, 2017, p.203).

Percebemos que a sociedade além de ditar comportamentos, ainda se mantém conservadora, como se vivesse no século XIX; esse comportamento ditatorial, no século XXI, é visto, por exemplo, no Congresso Nacional onde se tem a maioria homens, uma bancada evangélica, machista, sexista e homofóbica que cria leis para definir como deve ser, por exemplo, formada uma família e o seu conceito, além de afirmar que a mulher ideal deve ser “bela, recatada e do lar.”⁵. Isso mostra que lutar contra esse sistema opressor não é fácil, no

⁴ De acordo com a legislação vigente no país, para cada nível da educação básica a ser cursado, existe uma “idade apropriada”. Nesse sentido, a nosso ver, mais do que a idade de possuir uma idade correta, é preciso estar atento às especificidades social, cultural e política que o ciclo de vida do jovem, do adulto e do velho traz para a EJA. Ademais, os(as) educandos(as) lidam com as experiências das práticas educativas que são realizadas completamente de maneira diferenciada (SILVA, 2017, p.202)

⁵ Alusão ao artigo publicado pela Revista Veja que tem como título *Marcela Temer: bela, recatada e do lar*. Este título notoriamente, parafraseando a professora Sandra M. M. Siqueira, é uma apologia ao modelo de

entanto, as lutas pela igualdade não cessam por negros, negras, gays e todas as minorias existentes que, paradoxalmente, é uma maioria populacional. Dessa forma, é imprescindível que o debate, também, saia das salas de aula e retorne ao seio social para que se compreenda ainda mais a importância do respeito ao jovem, à jovem negra, pois esta é quem mais sofre com o preconceito e a exclusão social.

Afinal, todo jovem e toda jovem que tiveram os estudos interrompidos por necessidades pessoais, quiçá voltarão ou voltaram ao campo do estudo, com outra vivência e com outra visão social e os diversos letramentos, ainda que a visão progressista não seja uma realidade para essas pessoas, no entanto, uma nova realidade será (re)construída. Nesta perspectiva, portanto, não deve ser visto como um ser que tem apenas necessidade da escola, que foi um sujeito que não estudou e não tem visão de mundo, pelo contrário, deve ser visto como um ser dotado de inteligências e vivências.

Portanto, para que estes jovens sejam vistos como cidadãos de direito, conforme (ARROYO, 2005) é necessário que a EJA não seja vista como uma política assistencialista, como uma “esmola” dada pelo governo, pelo contrário, é importante ver a juventude e a vida adulta como tempos de direito e não com o olhar negativo para com os jovens populares que não tiveram acesso à educação no tempo considerado “ideal”, é vê-los como parte formadora do meio e da cultura com garantias e direitos assegurados por lei. Para tanto,

“Levar em consideração a produção social de outros saberes acerca da valorização da cultura afro-brasileira e africana tem a ver com reavivar a memória de homens e mulheres, negros e negras, que se empenharam em promover a luta histórica de combate ao racismo e à discriminação racial em nosso país” (SILVA, 2017, p.201)

A produção social, intelectual dessa população que retorna à escola é fundamental para promoção de outras epistemes, de outras vivências e experiências o que, dessa forma, valoriza-se também a memória dessa população de homens negros e mulheres negras na luta por uma educação igualitária evidenciando também a relevância histórica de combate ao racismo e a toda forma de discriminação existentes na sociedade. Assim, pensar e praticar como todo esse processo histórico de reconhecimento das lutas e valorização dos saberes através da lei 10639/2003 é fundamental para que os atores sociais de EJA se vejam parte do processo educativo, pois “é no cotidiano das práticas da EJA que as diversidades cultural, etária, racial e de gênero se expressam” (SILVA, 2017, p.204). Dessa forma, o tópico seguinte traz uma breve visão histórica da educação dos negros do/no Brasil.

comportamento definido pela hipócrita moral burguesa que usa do poder para impor comportamentos e ideologias.

FRAGMENTO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS NEGROS NO BRASIL

O sistema de escravização econômica do Brasil durou aproximadamente 300 anos desde a implantação até o processo de abolição em 1888, mas, infelizmente, ainda hoje há vestígios do processo escravocrata, uma vez que o negro continua subjugado como inferior e incapaz, cabendo a ele os serviços mais pesados, os serviços braçais, resquício do processo de escravidão e escravização desse povo. Tudo isso é visível ainda hoje: negro é gari, pedreiro; a negra, a doméstica, a babá ou, simplesmente, aquela que não trabalha, mas cuida da casa, do marido e, muitas vezes, não tem oportunidade de ter um trabalho melhor por não ter tempo de retomar os estudos, visto que a vida e o próprio sistema social se encarregaram de dar-lhes uma ocupação prévia ainda com base no antigo sistema patriarcal e/ou mesmo familiar.

A desumanização, a exclusão e a negação de “ser gente” e de direitos ao/do negro era visto devido, entre tantos fatores, segundo Kátia Mattoso citada por (MOURA, 1991) pelo fato de os africanos e afrodescendentes serem considerados apenas “uma multidão obscura que jamais teve voz própria”. Aqui cabe um parêntese para lembrar um caso emblemático, entre tantos outros, acontecido em Pernambuco, em junho de 2020, onde uma babá negra deixa seu filho com a patroa, para passear com os cachorros da primeira-dama, branca e rica. Resultado: por “displicência” da patroa branca e rica, o filho da empregada entra no elevador, autorizado por ela, à procura da mãe. Como não a encontrou, ao sair do elevador, a criança cai do nono andar e vai a óbito. Veja uma das manchetes que tomou conta do país: *Após negligência de patroa, filho de doméstica morre ao cair do nono andar*⁶. Aqui fica evidente o quanto a população negra continua subjugada e, muitas vezes, sem poder escolher entre cuidar da família ou cuidar dos “cachorros” da patroa.

Neste sentido, fica perceptível o quanto esta população era e, muitas vezes, no atual século XXI, continua emudecida pelos opressores, esses, desde o século XIX, não permitiam ouvi-la por medo, tantas vezes, de “motim” e/ou revolução, tanto que todos os negros eram proibidos de expressar a cultura, eram obrigados a estar inseridos na cultura do branco; em virtude disso, os negros “colocaram” na própria cultura, por muito tempo, traços da cultura

⁶ Trecho da manchete: Segundo informações do Uol, tudo começou quando a mãe do menino, Mirtes Renata Souza, saiu do apartamento dos patrões, no quinto andar, para passear com o cachorro da família no térreo e deixou o menino aos cuidados da patroa. Momentos depois, ele entrou no elevador sozinho, à procura da mãe e acabou indo para o nono andar, onde sofreu a queda. Imagens de câmeras de segurança, mostram que a criança apertou diversos botões do elevador. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/brasil/noticias/2129388-apos-negligencia-de-patroa-filho-de-domestica-morre-ao-cair-do-nono-andar>. Acesso em: 28 jul. 2020.

européia, mas sem perder a essência da sua raiz. Tudo isso para manter viva a sua cultura e a vida.

Essa “multidão obscura” não teve “voz” no país, porque, segundo Rosa Virgínia Mattos e Silva (2004) desde a terceira década do século XVI até 1888, fins do século XIX, sempre teve o papel social de coisa, objeto e “mercadoria humana”. Só que, esta “mercadoria humana” tinha “voz” e “voz” agora no seu sentido real de fala, pois essa “multidão obscura” era, de certa forma, obrigada a falar e entender o mínimo que fosse do português. Os africanos e afrodescendentes adquiriam a língua dos colonizadores, a portuguesa, como segunda língua, somente na oralidade. Eles não podiam frequentar as escolas e foi por isso que formataram o português, sem a normatização escolar.

A linguagem é profundamente determinada pelo **momento histórico, pelas contradições sociais e pelos conflitos ideológicos** – de classe, de gerações, de gênero, de grupos étnicos, etc. Ela é produto inconsciente, semiconsciente e consciente dessas contradições, (CARBONI E MAESTRI, 2003). Com isso, fica evidente o quanto a língua é dotada de significados, mas que, em diversos momentos, somente é levado em consideração o caráter elitista, sexista e machista, deixando de lado as demais variações, a não ser que a variação seja como fator de discriminação e exclusão. Primeiramente, o fator sexista que impera no uso da língua é evidente, pois, em um ambiente patriarcal, a língua assume aparência e conteúdo masculinos. Parafraseando os autores, a origem patriarcal da maioria das civilizações humanas deixou marcas concretas, profundas e multifacetadas na estrutura e no uso da grande maioria das línguas no mundo.

Após a análise sexista da língua, uma breve análise baseada na questão histórica a partir do conceito da palavra **índio** faz-se necessário para ratificarmos o quanto a língua sofre variações ao longo do tempo, mas que, nem sempre, essa variação é validada, principalmente em sala de aula. A palavra “índio”, Id. (2003, p.7), é um exemplo paradigmático. Inicialmente, ela designou o habitante de territórios considerados erroneamente como as costas do extremo-orientais das índias. Portanto, nasceu como substantivo pátrio gerado pelos enganos e ilusões geográficas de Cristóvão Colombo [1451-1506] e de seus companheiros de travessia. O tempo passou e o termo **índio** começou a ser utilizado de forma pejorativa, com adjetivos não mais gentílicos.

O índio é o ser das matas, o ágrafo, aquele que não tem voz, assim como foi tido o negro, não tem vez. É considerado um ser **gentio** (no século 13, já significava características

culturais desprestigiadas ou condenáveis pelos europeus, como a condição de “selvagem” ou “pagão”. [HOUAISS, 2001]. Hoje, século XXI, no Brasil, o índio continua sendo esse ser desprestigiado, selvagem e sem direitos, mesmo tendo legislações a favor dele, como é o caso da lei 11.645/2008 que institui a obrigatoriedade no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e cultura afro-brasileira e **indígena**”. Todavia, como o uso da palavra ainda remete à selvageria, a animais, a seres sem representatividade, a dizimação desses povos e a luta por terra ainda é uma realidade no país. Isso só mostra o quanto a linguagem é um fator discriminatório e excludente. Como a língua é viva e está em constante mutação, nas últimas décadas, consoante Ibid.(2003) , devido a sua conotação pejorativa, o termo “selvagem” caiu em desuso nas ciências sociais como designativo do homem americano, permanecendo, ao contrário, o uso de categorias “selvícola” e, sobretudo, “índio”. A exclusão e o uso do termo com adjetivação nefasta continuaram a rondar os índios, visto que são considerados seres inferiores, assim como os negros africanos escravizados.

“A palavra tem poder”, de fato, porém, esse poder é sempre de quem domina, nunca do dominado e para mostrar esse poderio o uso de termos “escravo”, “pretos”, “negros” e “cativos” trazem uma carga semântica pejorativa no que se refere aos negros escravizados, não escravos. Não se pode deixar de destacar que esses termos ganharam força em virtude de as classes escravistas coloniais se autodenominarem de “amos”, “senhores” ou “proprietários”. Tanto que até hoje esses termos fazem remissão a um período escravocrata, a exclusão e ao extermínio, também, do povo negro, além de humilhações, comparações a animais e a povos sem vez e sem voz, assim como acontecia com os indígenas. “A compreensão crescentemente essencial do passado passa também pela articulação do real através das palavras.” (CALVET *apud* CARBONI e MAESTRI, 2003, p. 12). E para reverter a questão do uso da palavra, para trazer à variação linguística e respeito aos falares e aos usos sociais da língua, o projeto de intervenção é uma proposta para valorização desses usos, sem deixar de pontuar a relevância de se aprender a norma de prestígio. Afinal, segundo (NASCIMENTO, 2019, p. 23) "A língua não só tem cor quando politizada nos diversos sistemas de poder, mas ela própria é um espaço de luta da racialidade porque é por meio dela em que se nomeia e se racializa. [...]a língua, ela também pode ser um espaço de resistência do próprio negro." Por ser um espaço de resistência, de politização e de poder, a língua falada pela turma estará em uso na sala paralelamente ao estudo dessa norma que preza pelo que se considera padrão para que os jovens, adultos e idosos usem-na para lutar por direitos e não sofrer exclusão pelos dominantes da norma culta.

Um sujeito é um escravo? Não, um escravo é um negro escravizado, não um escravo, pois, ele não está escravo, está na condição de ser escravizado. Ele não pediu para ser escravo nem escravizado. Segundo o Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa (2008, p.1210), escravo, dentre outras concepções, é “que ou aquele que, privado de sua liberdade, está submetido à vontade absoluta de um senhor, a quem pertence como propriedade”, ou seja, não basta estar sob o comando de um senhor, de um dono, ainda é preciso trabalhar como “serviçal; criado, servo”, é preciso estar a serviço de um proprietário. O próprio processo histórico de escravização desses povos, traz, até hoje, a ideia de negro como sinônimo de escravo, de submisso de não-humano. Isso porque os senhores, os “amos”, para se manterem no poder, precisavam explorar uma força de trabalho, atingindo, assim, os negros africanos, povos exportados, importados à força de suas terras para trabalharem forçadamente em outras terras.

“Que um senhor fosse um senhor, e um escravo, um escravo, eram realidades que não exigiam discussão ou justificativa, no mundo grego escravista.” (CARBONI e MAESTRI, 2003). Essa realidade mudou gradativamente, um escravizado, hoje, não é mais um ser submisso, até porque o termo escravo é usado com fins pejorativos, isso desde à época da escravização dos povos negros. Cabe ressaltar, esse é um termo em que a semântica permaneceu ao longo dos anos no Brasil.

Pensar no uso da língua para demonstrar a exclusão, a inferioridade do homem negro perante o homem branco foi essencial para perceber o quanto a linguagem é significativa para dominar, oprimir e até dizimar homens e mulheres. “Escravo – cativo por natureza, escravo.” Id. (2003). Não existe um escravo por natureza, o que há são seres escravizados à força para manter o *status* de quem o escraviza, ou seja, o escravizador. Além disso, numa outra acepção, o escravo também pode ser visto como um **ser de essência servil** Idib. (2003). Isso para mostrar o quanto o negro está na condição de servir e não ser servido. Pensar que essas denominações são de séculos atrás, mas que ainda são uma realidade no Brasil, é pensar que a exclusão, a discriminação e o preconceito racial permanecem como se vivêssemos há milhões de anos. Fatores esses que levaram à exclusão do negro a ter acesso à educação, pois a “palavra tem poder” e não era salutar o escravo dominar a língua, considerada padrão, ser educado a partir da teoria branca eurocentrada, mas era necessário que todos tivessem acesso a essa educação e ao conhecimento da língua do homem branco, hétero e europeu.

A busca do letramento e da instrução, segundo Sarita Maria Affonso Moysés, *Literatura e história: Imagens de leitura e de leitores no Brasil no século XIX (1995)*, sempre foi considerada pelo ideário republicano condição para a cidadania e a modernização da nação. Todavia, esse ideal não era, a priori, uma obrigatoriedade para a população negra, considerada uma população de nível inferior, muitas vezes comparada a animais. Aprender a ler e a escrever, no século XIX, era uma prática direcionada a quem fazia parte da elite branca dominante, isto é, à população branca. Isso porque “o domínio das letras poderia facilitar rebeliões, insurgências e desobediências” (SOUZA, 2011, p. 39) e, pensando na importância de dominar as letras e como forma de evitar rebeliões, aos negros e às negras escravizados fora-lhes tolhidos o direito à educação pela pequena elite dominante.

Construída por negros, ágrafos e iletrados, e por brancos, iletrados e letrados — com a difusão de ideias liberais e republicanas, vindas principalmente da França, na formação de uma nação livre e homogênea —, a sociedade brasileira se vê defrontada não só com as oposições senhor/escravo que a estruturam, mas com as articulações entre as diferenças e as dependências que configuram as suas práticas culturais. (MOYSÉS, 1995, p. 53)

A partir dessa construção e dessas práticas sociais que o negro ficou excluído por décadas de ter acesso à leitura e à escrita. Esse direito lhe foi tirado por ser considerado inferior e por ser o domínio da leitura e da escrita formas de se rebelar contra o sistema opressor, o que nada impediu que a rebelião acontecesse contra a sociedade repressora. Essa condição de ser inferior estava também dentro da constituição de 1824, século XIX.

Uma análise de como no sistema de representações criado pelo negro como forma de orientar suas condutas, sua maneira de “ser escravo” — possivelmente a que mais o marcou, durante e depois dos séculos de escravidão — talvez esteja relacionada com os modos de construção do conhecimento, do seu desenvolvimento intelectual. (MOYSÉS, 1995, p.54). Isso mostra o quanto o negro, mesmo sendo vetado o conhecimento da leitura e da escrita, mantiveram sua cultura viva, de modo que foram capazes de criar laços entre eles como forma de manter uma união e conseguir lutar contra este sistema também repressor e escravocrata pois, parafraseando (SOUZA, 2011, p. 41) o negro pode ser silenciado, mas não é passivo. Então, discutir e escrever a nossa história fazem parte do projeto de intervenção, de forma a termos não uma única história, mas aquela contada e retratada a partir do ponto de visto de quem a viveu, isto é, a partir do lócus de enunciação, que, muitas vezes, “como racializados somos empurrados para uma fronteira da modernidade que nos marca ou como não-modernos ou como pré-modernos, não nos deixando critérios de plena escolha.” (NASCIMENTO, p.60, 2021). E, por vezes, dentro da EJA, as pessoas não tiveram como continuar trabalhando e

estudando, ou seja, são obrigados a trabalharem para manter a si a família, não lhes dando escolha. O que traduz como seres marcados num meio racista e excludente.

O tempo passou, estamos no século XXI, mas parece que a ideia de dominar a língua oral e a escrita – considerada padrão ou como bem pontua Marcos Bagno, a língua de prestígio - parece não ser o objetivo dos governantes para a população negra. Porém, a obrigatoriedade da oferta do ensino e de uma educação pública de qualidade é regulamentada, nesse sentido, enquanto professor, procuro fazer com que as aulas de LP sejam a fortaleza da liberdade desses alunos que toda a noite saem de suas casas para aprender a domar e a dominar essa língua considerada de prestígio, mas que é necessário para lutar de forma igualitária com quem se considera dominador dela. Afinal, “a língua representa a não submissão e a fuga, através de expressões como: “páginas negras, negros crimes, diários negros”, presentes nas crônicas dos periódicos brasileiros entre 1840 e 1850.” (MOYSÉS, 1995, p. 57). Aprender a língua era uma forma também de estar “dentro” da sociedade branca, que menospreza a cultura e a identidade étnica africana, uma forma de resistir e reexistir.

Nesse aspecto

O "negro" não foi só criado enquanto categoria discursiva e histórica, mas ele próprio foi obrigado a utilizar a língua do seu interlocutor (sobretudo no caso das línguas nacionais do colonizador) para produzir significados de defesa e sobrevivência após o tráfico negreiro intenso e a própria escravização, sendo capaz, inclusive, de gerar transformações nessa língua. (NASCIMENTO, 2019, p. 12)

A partir daí, pode-se perceber a relevância de dominar a língua do colonizador que, além de imposta, serviu de base para a sobrevivência e luta. A partir do domínio linguístico a nossa língua portuguesa foi sofrendo as interferências do colonizador de forma a levar em consideração, hoje, a variação linguística diacrônica e sincrônica. A partir daí, é necessário o respeito a essa contribuição linguística em sala de aula e dialogar com os estudantes o quanto o nosso português tem da cultura e da participação do povo negro.

Por fim, como exposto por (MOYSÉS, 1995), (CARBONI e MAESTRI, 2003) e (NASCIMENTO, 2019) a linguagem verbal constitui fenômeno social. Assim pensar na linguagem verbal a partir de um fenômeno social é pensar nos usos práticos dessa linguagem, nos multiletramentos. Porém, se é social, dever-se-ia levar em consideração todos os usos e não apenas a prática usual de uma pequena parte da população letrada.

A palavra é uma forma de dominação, assim, o negro e a negra estão excluídos do meio social, sem direito a uma educação de qualidade, isto é, - uma educação não excludente, que seja igual tanto para ricos quanto para os menos favorecidos, uma educação na qual todos, principalmente esses, possam ter acesso e permanência de forma isonômica e que não haja distinção entre escola pública e escola privada-, ainda que esse direito seja um dever do Estado ofertá-los, pois foram sucumbidos por muito tempo, desde a era colonial quando de “valor” tinham somente a mão de obra. No caso das negras, além da mão de obra, ainda eram tidas como objetos do desejo dos senhores. Por isso, hoje, muitas vezes, são vistas como pessoas que “só servem para o sexo” ou como “a negra é boa de cama” ou “só serve para os trabalhos domésticos”.

Dessa forma, num espaço de diferenças que não podem ser para hierarquizar, não há como manter uma única forma de racionalidade sem levar em consideração as demais experiências sociais vividas por aqueles e aquelas que não são representados e representadas neste tipo de racionalidade. No entanto, quebrar o pensamento que predomina há mais de trezentos anos, não é uma tarefa simples e fácil, pois o mundo ocidental entende que só quem pensa e tem experiência sociável é quem está no poder. Todavia, esse pensamento é uma falácia, pois todos têm experiências e podem representar e se representar socialmente no meio em que vivem. Assim, é necessário entender que não existe o todo sem a parte e vice-versa, por isso, urge que a sociedade perceba e compreenda a importância de todos no conjunto dela. Conforme pesquisa realizada pelo Ipea,

Entre 1995 e 2015, duplica-se a população adulta branca com 12 anos ou mais de estudo, de 12,5% para 25,9%. No mesmo período, a população negra com 12 anos ou mais de estudo passa de inacreditáveis 3,3% para 12%, um aumento de quase 4 vezes, mas que não esconde que a população negra chega somente agora ao patamar de vinte anos atrás da população branca. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015, p. 2

Apesar de haver um crescimento da população negra ao acesso à educação, ainda assim, o estudo mostra a distância entre brancos e negros no quesito educacional. Ou seja, somente depois de vinte anos, os negros conseguem avançar no nível de escolaridade, todavia, muito em virtude das lutas e protestos. Ainda urge que o acesso e permanência no ensino seja, de fato, uma realidade.

Após um breve passeio pela história da educação dos negros no Brasil, agora, é necessário que se conheça mais sobre a da educação das mulheres negras e a relevância dos movimentos feministas para que a igualdade de direitos, como ter direito à educação, à saúde, à moradia, entre outros acessos, à assistência social, porém, o foco será na educação,

incluindo o debate da igualdade de gênero, raça e classe. Convém salientar, mais uma vez, que as histórias se cruzam e neste sentido não há uma escrita cronológica, pois, as datas se entrelaçam com cada momento histórico de diferentes épocas.

MULHERES NEGRAS E A EDUCAÇÃO

Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E eu não sou mulher?

Sojourner Truth⁷

Abrir esse espaço com a citação é uma forma de, desde já, nos fazer pensar nesses questionamentos e direitos também que toda mulher, independentemente de cor ou classe, tem.

É fato que os movimentos feministas que lutaram pela igualdade de gênero surgidos até a década de 1970, era um movimento com pautas que objetivava a luta pela igualdade de direitos das mulheres, porém não levavam em consideração a história de exclusão sofrida pelas negras seja na educação, seja no mundo do trabalho. Isto é, foram movimentos que não davam conta de abarcar a diversidade existente, isto é, como falar da educação da mulher negra se o movimento tinha um objetivo em comum para todas, sem levar em consideração as particularidades destas?

Assim, com o propósito de lutar por igualdade de gênero e de raça, surge, primordialmente, nos Estados Unidos, no fim da década de 1970, o movimento de feministas negras estadunidenses, com a elaboração de novas perspectivas feministas, introduzindo a questão da diferença, justamente, por o movimento lutar pela isonomia de direitos. Não se pode esquecer que dentro da igualdade existe a diferença.

É notório que toda essa diferença no tratamento no que se refere a mulheres negras no Brasil ocorreu devido, entre outros fatores, como já citado, a questão da escravização do povo negro que fora “arrancado”, como se fosse uma árvore, da sua terra natal, da sua cultura, da sua raiz para ser oprimido pelos portugueses, ou melhor, exploradores, no sentido literal da palavra, que se consideravam donos das terras e de todos os povos, já que esses povos eram comprados como mercadorias e aqui chegavam em grandes navios negreiros, como se fossem

⁷ Nome adotado, a partir de 1843, por Isabella Buaumfree, uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher.

animais jogados à própria sorte. Muitos nem conseguiam chegar até aqui, em terra firme, devido ao tratamento desumano que eram submetidos durante o trajeto da viagem.

Ao aportarem no Brasil, foi-lhes retirado todo o direito de ser humano, pois eram tratados como objetos e só tinham direito à água, a uma má alimentação, a uma péssima moradia e, o essencial, o direito à educação, esse não existiu por muito tempo. Este último foi vetado, pois a elite branca entendia sabia que saber ler é sinônimo de poder, e esse poder não estaria nas mãos de escravos, ou melhor, escravizados.

E com o pensamento de um pequeno grupo elitista branco de que o negro não deveria ter acesso à leitura por medo de revolução e por saber que a leitura faz do mundo um lugar melhor para viver, pois através dela, o ser humano toma consciência de si e do mundo que o cerca, assim o direito à educação foi-lhe tirado bruscamente, ou melhor, nunca tiveram esse direito durante o processo de escravização, por isso, que o acesso à educação foi, por muito tempo, um direito negado a essa população. É sabido que, mesmo depois da libertação dos escravos, esse direito era para ser cumprido - direito a uma educação pública e de qualidade -, todavia, o que se viu foi uma educação precária e que não era para todos. Em virtude disso, os movimentos incluíram esta reivindicação em suas pautas de luta democrática de outros tantos direitos.

Depois de uma síntese histórica sobre da educação e da não participação social dos negros, retomando a questão feminista, a autora Luiza Bairros (1995) *apud* Carvalho, por se tratar de mudanças nos conceitos fundamentais feministas, destaca a teoria do *ponto de vista feminista*, “segundo essa teoria, a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos.” Essa teoria abarca as categorias que antes eram, praticamente, invisibilizadas por ser também uma minoria e não levar em consideração a vida do povo negro que além de ser mulher, é negra e que já sofrera todo tipo de exploração e exclusão social. E como exemplo de invisibilidade e exclusão e a ratificação de que ela não fosse mulher, fosse um ser diferente das outras não negras, principalmente, no que se refere ao respeito e à igualdade, trago a fala de Sojourner Truth, em seu discurso pela igualdade e demonstração de indignação social

Bem, minha gente, quando existe tamanha algazarra é que alguma coisa deve estar fora de ordem. Penso que espremidos entre os negros do sul e as mulheres do norte, todos eles falando sobre direitos, os homens brancos, muito em breve, ficarão em apuros. Mas em torno de que toda essa falação?

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem sempre ocupar os melhores lugares.

Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E eu não sou mulher?

Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar!

E eu não sou mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também agüentei as chicotadas! E eu não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E eu não sou uma mulher?

E daí eles falam sobre aquela coisa que tem na cabeça, como é mesmo que chamam? (uma pessoa da plateia murmura: “intelecto”). É isto aí, meu bem. O que é que isto aí tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se minha caneca não está cheia nem pela metade e se sua caneca está quase toda cheia, não seria mesquinho da sua parte não completar minha metade? Então aquele homenzinho vestido de preto diz que as mulheres não podem ter tantos direitos quanto os homens porque Cristo não era mulher! Mas de onde é que vem seu Cristo? De onde foi que Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com Ele.

Se a primeira mulher que Deus criou foi suficientemente forte para, sozinha, virar o mundo de cabeça para baixo, então todas as mulheres, juntas, conseguirão mudar a situação e pôr novamente o mundo de cabeça para cima! E agora elas estão pedindo para fazer isto. É melhor que os homens não se metam.

Obrigado por me ouvir e agora a velha Sojourner não tem muito mais coisas para dizer. (RIBEIRO, 2017, p. 22-23).

A narrativa leva a alguns questionamentos ainda na atualidade: A mulher negra não é mulher? Por que uma violência desmedida contra ela? Será que o período da escravidão ainda é uma realidade em final de XX e início do século XXI? Ou será que ainda se vive no tempo da escravidão como cita Sojouener, quando disse que seus filhos foram vendidos?

Assim, a formulação do feminismo negro organizou-se, na década de 80 do século XX, o Movimento de Mulheres Negras no Brasil, por negras inseridas em organizações de movimentos sociais, principalmente, do Movimento Negro e do Movimento Feminista, conforme pontua Carvalho (2012) o movimento teve como principal objetivo trazer à tona um novo sujeito político no país, passando a trabalhar com o foco de extirpar e/ou amenizar as desigualdades sociais que tanto afetam esta população desde a época da escravização até os dias atuais.

“Esse olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanta tradição de luta do movimento negro com a tradição de luta de mulheres, afirma a nova identidade política decorrente da condição específica de ser mulher e negra”, Sueli Carneiro, (2011) essa é uma ratificação da importância do Feminismo Negro e o Movimento de Mulheres Negras pela luta por direitos sejam eles relacionados à moradia, à saúde, à política ou à educação, este último

essencial, hoje, para compreender e entender todo o processo pelo qual se vive além de conhecer melhor os direitos que outrora lhe foram negados, como os já citados, educação e participação social, ou seja, expressar seus sentimentos e desejos ainda que a partir desse movimento. Assim é básico compreender que

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca. (CARNEIRO, 2011, p. 3)

E, também, a partir de um movimento faz com que a coletividade feminina negra se sinta firme e fortalecida em continuar a lutar pela participação igualitária seja com cargos políticos, seja na educação, ou melhor, ela pode estar onde quiser até mesmo nos trabalhos domésticos, desde que ela deseje ali estar, ou em outros, se as condições de luta forem dadas de forma igualitária tanto para mulheres negras, pobres, da periferia quanto as não negras. Por isso, a importância de enegrecer o movimento, pois é necessário entender que a discriminação sofrida vai além do ser mulher, pobre e da periferia, entra nessa seara a questão racial, esse movimento é o que (AKOTIRENE, 2018) denomina de interseccionalidade, existente em todo o projeto de intervenção e que em alguns momentos, uso também o termo entrecortado, já citado por (NASCIMENTO, 2021). Não há como falar sobre a questão racial, se não atrelarmos gênero e classe nessa seara de análise, estudos e pesquisas.

Além das desigualdades de gênero na educação, o pertencimento étnico-racial, a renda, a identidade de gênero, a localização geográfica, idade, condição física, posição de classe entre outros, são atributos que resultam em desigualdades, desvantagens e hierarquização entre elas, sendo a cor um marcador social que impacta negativamente na vida delas. Embora esses marcadores passem por vezes despercebidos por elas, por estarem naturalizados, convém salientar que essa naturalização, também, vem em virtude do processo histórico sofrido por todas as mulheres, especialmente, as negras.

Assim como (CARVALHO, 2011) que se refere à educação como potência de luta e transformação social, corroboro com reflexões que concebem a educação como um instrumento no processo de superação das desigualdades, opressões e hierarquizações que operam na sociedade, e sua potencialidade para a realização da igualdade de oportunidade e tratamento entre as pessoas. A igualdade de oportunidades, no mundo do trabalho e a visibilidade dessas mulheres, poderá ser efetivada, entre outros fatores, quando a educação

pública for de qualidade e as políticas públicas se tornarem uma realidade de forma que haja uma política de permanência para todas que, por vezes, abandonaram os estudos por fatores diversos, tais como, cuidar dos filhos, do marido, da casa e, até mesmo, para trabalhar e ajudar no sustento da família. Porém, não bastam somente políticas públicas para que essa realidade seja diferente, urge que homens, em sua grande maioria, deixem o machismo de lado e entendam que respeitar e ajudar nos serviços domésticos, por exemplo, não significa perda da masculinidade, como socialmente se pensava antigamente.

Dessa forma, a mulher poderá dar continuidade aos estudos e mudar a realidade de exclusão e falta de estudo para a inclusão social, sem preconceitos raciais e sociais e com o conhecimento formal que lhe é cobrado a todo tempo para que o processo de igualdade seja uma realidade. Obviamente, para esse processo ser efetivado, é necessário compreender a importância da luta de classe para uma transformação da sociabilidade capitalista promotora das formas mais variadas de opressão.

Evidente que a educação é um dos fatores transformadores da realidade e da vida delas que são discriminadas e estão à margem da sociedade. Todavia, além da educação – fator preponderante para mudança de pensamento e de vida – o capitalismo também é um indicador de exclusão dessa população, como afirma (REED, 2008, p.85) “[...] a subordinação de um sexo é parte e consequência de uma pressão mais ampla e da exploração da massa trabalhadora por parte dos capitalistas, detentores do poder e da propriedade. Portanto, a luta pela liberação das mulheres é inseparável da luta pelo socialismo.” A partir daí, percebe-se a relevância das lutas delas contra um sistema machista, capitalista, que dita regras e as escraviza, por causa, dentre outros fatores, a lucratividade, pois para se ter o lucro, explora-se a mão de obra dos menos favorecidos. A referida autora afirma que somente uma vitória revolucionária sobre o capitalismo, dirigida por homens e mulheres trabalhadoras e apoiadas por todos os oprimidos, pode resgatá-las de seu estado de opressão e garantir-lhes uma vida melhor na comunidade.

Para se compreender melhor a questão da exclusão do negro, especificamente da mulher negra, convém não se esquecer dos mais de trezentos anos de escravização desse povo que até hoje faz dele excluído e tido como inferior foi à raiz do capitalismo no Brasil, isso porque, além da classe e condição social,

os marcadores fenóticos que informaram a sua ascendência africana e justificaram sua subalternidade, também foram os construtores de uma identidade – mulheres negras – que organizadas em movimento denunciaram os

mecanismos de exclusão operados por meio do racismo e do sexismo. (CARNEIRO, 2016, p. 126)

Assim, é notório que um dos principais motivos da exclusão e do alijamento das mulheres negras na educação, é em virtude do passado histórico e dos marcadores como a cor da pele, traços físicos, entre outros, além do gênero feminino. No entanto, esses fatores não foram o suficiente para que elas se mantivessem reféns e em estado de letargia, pelo contrário, foram motivos para que se organizassem em prol da comunidade e do próprio povo. Todavia, compreender a realidade, vivência e história delas significam dar atenção a essas assimetrias raciais, conforme Carneiro (2016) que as colocam em situação de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais. Além disso, convém salientar que elas também devem ser percebidas na sua diversidade: são urbanas, rurais, lésbicas, transexuais, jovens, idosas, deficientes, com muita ou pouca escolaridade, com muita ou pouca renda. Ou seja, são heterogêneas e atuam por respeito, autonomia e liberdade.

A estratificação social vivenciada por pessoas negras, no que se refere à educação, fica visível quando se percebe as diferenças salariais entre brancos e negros, com base numa pesquisa do IBGE, 2014 “No ano de 2014, em média, as mulheres ganhavam em torno de 74,2% do rendimento recebido pelos homens. Os trabalhadores de cor preta ou parda ganhavam, em média, em 2014. 58% do rendimento recebido pelos trabalhadores de cor branca” (CARNEIRO, 2011). Tudo isso para ratificar que a questão da desigualdade racial ainda é uma triste realidade no país, mesmo com toda a luta pelo respeito e igualdade de direitos, principalmente pela educação e mercado de trabalho.

É visível que as negras, mesmo sendo maioria, ainda são as mais sofridas pelo preconceito, discriminação e desigualdade. Todos esses fatores de falta de escolaridade e/ou até mesmo quando são escolarizadas, levam-nas se submeterem a trabalhos, considerados de menor prestígio social, como doméstica, serviços gerais, entre tantos outros, além da exclusão que, infelizmente, elas têm passado, quando ainda não são vistas e tidas como objetos do prazer.

Racismo, sexismo, discriminação e hierarquização sintetizam as violações praticadas primeiramente contra as africanas e os africanos e estendidos a todo o contingente negro brasileiro, concepções que penetraram e se estabeleceram nos diversos espaços sociais brasileiros, cujos efeitos são sentidos até os dias atuais. Violências, interdições e estereótipos, que foram reiteradamente reproduzidos e difundidos, sustentaram e justificaram desigualdades étnico-raciais, econômicas e sociais. (CARNEIRO, 2016, p. 126)

A partir desse olhar, é que a imagem do negro foi construída e se tornou algo como se fosse a de alguém sem inteligência e que servisse apenas para ser escravizado, como uma justificativa para todo este processo que perdura ainda hoje, mesmo que de forma implícita. Já a imagem da negra sempre vista como a “quente”, a “fogosa”, como o objeto do prazer sexual dos homens, principalmente dos brancos, estes as tinham, também, como, além de mercadoria, submissas sempre aos seus caprichos.

Todavia, com todos os estudos realizados, essa imagem caiu por terra, pois foi comprovado que o homem não é um produto mecânico do meio e a mulher negra não “nasceu” para satisfazer as necessidades de uma pequena parcela de homens não negros, por exemplo; ele pode ser o que quiser independente do meio, sob determinadas condições históricas. Eis as possibilidades engendradas por caminhos de superação da realidade concreta, mas, não depende somente do ato de vontade do indivíduo, mas das condições concretas. Neste sentido recorremos uma das leis da dialética, a da contradição, do movimento, do individual e social numa relação dinâmica, não linear ou estanque, unilateral, com base na interação da esfera da subjetividade e objetividade.

Além disso, é fato que a caracterização da mulher negra como mulata, como objeto sexual, foi impregnada e empregada desde o Brasil colônia, como afirma (LACERDA, 2010, p.45) *apud* Suelaine Carneiro “[...] a mulher escrava, inclusive do ponto de vista dos serviços sexuais, era um instrumento animalizado, reificado, longe da esfera humana.” É por isso que, até hoje, a ela continua como alguém que só dá prazer, afinal, essa também é a imagem “vendida” dela, porém, os movimentos feministas procuram desconstruir essa imagem que há muito tempo foi vendida, comercializada. Não à toa que a luta por uma educação igualitária é um dos principais objetivos do movimento, pois é por meio do estudo e do conhecimento que se pode reconstruir um novo mundo, um novo olhar e uma melhor perspectiva de vida para um futuro próspero.

Contrapondo essas características que denotam uma pessoa negra com o desejo sexual à flor da pele, imagem essa comercializada por muito tempo, a partir do olhar do homem não negro, Conceição Evaristo nos revela poeticamente como tais fenótipos podem ser poeticamente descritos sem o apelo sexual, sem a ideia de que ela está voltada para o sexo, para satisfazer as necessidades fisiológicas do homem e não dela. Daí a relevância de nos reconhecermos como seres que temos desejos, anseios e buscamos o prazer em suas diversas faces como pontua Evaristo em um de seus contos, Luamanda:

Luamanda consertou o vestido no corpo observando por alguns instantes o colo e o pescoço. Não, a sua pele não denunciava as quase cinco décadas que já havia vivido. As marcas no rosto, poucas, mesmo quando observadas de perto mentiam descaradamente sobre a sua idade. Nunca ninguém havia lhe dado mais de quatro décadas de vida. Um dia o lance mais alto que ela orgulhosamente aceitara fora de 35 anos. Sorriu ao ouvir a oferta. É, estava inteirinha, apesar de tantos trambolhões e acidentes de percurso em sua vida-estrada. (EVARISTO, 2018, p. 64)

É notório perceber o quão a vida dessa personagem também foi dura, porém, sendo caracterizada de forma a elevar a potencialidade da vida, do viver e não perder o sentido de buscar o amor e o prazer, e a idade era somente um detalhe. Afinal, mesmo vivendo uma vida “de cão”, a alegria e a face não demonstravam tantas agruras vividas. Esse é um dos momentos reveladores da enunciação de quem sabe valorizar a vida da mulher negra, sem colocá-la no papel de inferioridade, pelo contrário, como protagonista da vida. Afinal, lócus de enunciação também pode levar ao surgimento de novos lugares de fala, inclusive daqueles racializados (NASCIMENTO, p. 62, 2021).

E ser agente transformada da vida e da escrita é o proposto pelo projeto de intervenção. A partir daí, destaco que “é muito importante defender o lugar de fala, mas sem torná-lo um lugar onde fala não recupera o corpo roubado pela colonialidade. Ou seja, não basta ao branco falar de racismo quando pessoas negras permanecem fora de qualquer diálogo epistêmico” (NASCIMENTO, p. 64, 2021). Por isso, o nosso viver e a nossa experiência contatas a partir de nossos corpos são consideráveis para evidenciarmos as características, os fenótipos como forma de valorização e não depreciação estereotipada desta que, por muito tempo, foi subjugada e tratada como animal.

E para melhor compreender os relatos que virão na Quarta Parte, é necessário retomar alguns fatos históricos que marcaram a vida na/da educação do povo negro, a começar pela Carta de lei de 25 de Março de 1824 que descreve quem é considerado cidadão brasileiro e quais direitos lhe são atribuídos.

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros⁸

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

⁸ Citação literal do texto oficial.

Nesse sentido, libertos são os escravos que tiveram sua liberdade, mas, a marca de escravidão permanece na vida dessas pessoas, mesmo sendo livres. Portanto, escravos não eram considerados cidadãos brasileiros, logo, não tinham a cidadania nem direito à educação, pois a questão da escravidão era tão excludente, que a lei de 1824 determinava claramente quem era um cidadão, ou melhor, quem poderia exercer os direitos para uma cidadania plena, como mostra o Art. 92. São excluídos de votar nas Assembléas Parochiaes.

Já no inciso III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais, e fabricas.

Os escravizados, assim como demais profissionais, eram impedidos de votar e exercer o direito de cidadão, já que estes não eram considerados brasileiros, devido à questão racial e o processo de escravização sofrido pelos negros. E ainda no “Art. 127, inciso XXXII: A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.” Se o escravo não é considerado cidadão, logo, será excluído do processo de educação formal, o que gerou lutas e movimentos até conseguir o direito à educação e à cidadania.

Já na Lei 1837, Decreto nº 15, proíbe expressamente a participação do escravo na educação pública, como exposto no Artigo 3º São prohibidos de frequentar as Escolas Publicas: 1º Todas as pessoas que padecerem molestias contagiosas. E no 2º **Os escravos, e os pretos Africanos, ainda que sejam livres ou libertos.** Ou seja, mesmo sendo libertos, os escravos eram proibidos de frequentar à escola, mais um exemplo da exclusão total do negro no meio social.

E no Artigo 17 esclarece que tipo de ensino as meninas deveriam ter acesso “Nas Escolas Publicas de instrucção primaria de Meninas serão ensinadas as materias comprehendidas nos numeros primeiro e terceiro do Artigo primeiro, menos decimaes e proporções, e a coser, bordar, e os mais misteres próprios da educação domestica”. Ou seja, uma educação voltada para os afazeres domésticos, o que, de certa forma, influenciou diversas famílias nesse processo de educação. Por isso, elas ainda são vistas como donas de casa, não à toa que os movimentos feministas lutaram por uma educação e direitos igualitários.

A questão da exclusão e do racismo é tão cruel que não nos deixa dormir nem após séculos de luta, como se pôde observar e ver, em diversos meios de comunicação, disfarçado

e categorizando os/as negros/as em determinadas profissões como se vivêssemos ainda no século XIX: “*Tirullipa pede desculpas por 'ato racista' em live com Safadão, Bell e Léo; entenda*⁹” Numa Live, fazendo referência ao Fortal, Carnaval fora de época de Fortaleza, como forma de “homenagear os vendedores ambulantes, Tirullipa, comediante, fantasiou-se como um vendedor, porém, usando blackface - prática que utiliza estereótipos para representar um povo - ao surgir como rastafári, foi acusado de propagar ideologia racista nas redes sociais, como evidenciou a Reportagem do Bahia Notícias. O fato repercutiu negativamente, como expresso também por Alex Bahia em um dos seus posts

"O racismo é multifacetado, não tira férias e pode estar nas mínimas coisas aparentemente desprezíveis... Ser homem negro no Brasil é conviver com uma série de estereótipos, que envolvem gênero, raça e classe social", iniciou.

"Na representação do vendedor informal tinha que colocar uma peruca de cabelo rastafári pra associar ao ambulante, o valor do trabalho não é aferido pela ação braçal ou pelo capital intelectual, mas pela relevância a sociedade. Não é demérito ser trabalhador informal, o problema é sempre a construção do papel que é destinado aos trabalhadores negros na mídia estereótipos como porteiros, motoristas, secretários ou empregadas domésticas", analisou.

Nessa vertente, o projeto de intervenção também é uma forma de levantarmos essas questões raciais e de gênero tão vivas no cotidiano dos brasileiros, como forma de construir uma nova narrativa e (re)construir um novo olhar que, muitas vezes, é distorcida por uma homenagem”. O racismo é uma espécie de metamorfose social que a todo instante se transforma e se apresenta como se isso tudo fosse normal e o nosso lugar fosse somente o de porteiro, doméstica. Ressalto, também, que toda forma de trabalho é digna, mas não se deve predestinar determinadas profissões como se fossem as únicas existentes para nós, negros e negras. A luta contra a exclusão é diária, mesmo estando no século XXI. Lutar contra uma legislação tão antiga, mas nos parece tão atual: A exclusão do negro escravo e a negação do direito de estudar, de uma formação digna continuou no Decreto nº 1.331-a, de 17 de fevereiro de 1854, Art. 69. Não serão admitidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas: [...] § 3º Os escravos.

Enfim, diversas leis vieram depois dessas, porém, o direito de todos frequentarem a escola efetivamente, independente de cor, raça, gênero ou classe social, solidificou como uma

⁹ Notícia extraída do https://www.bahianoticias.com.br/holofote/noticia/58579-tirullipapede-desculpas-por-ato-racista-emlivecomsafadao-bell-e-leo-entenda.html?fbclid=IwAR32vL5Bbf2k_pIJUO8AoK981GS72LK9Bu5wysmjvhZUvMWSVYriIvYEkHs. Acesso em: 31 jul. 2020.

responsabilidade dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), afirmando em seu Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. E ainda acrescenta no Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Aqui fica evidente que a questão da inclusão de estudo da diversidade étnico-racial só se tornou uma realidade na lei em 2013, ou seja, mais de trezentos anos depois da escravização do povo negro é que se destaca a relevância do estudo e do respeito a todos, principalmente, na questão da permanência na escola. Afinal, como é sabido, não é fácil uma jovem ou adulta negra estudar, cuidar da casa e trabalhar, todavia, a igualdade de permanência ainda está somente no papel, isso porque a maior parte da população fora da escola é a negra.

Assim, a questão da raça continuou como algo a ser solucionado no atual século, uma vez que após a abolição, como é notório, os negros e negras ficaram à mercê do povo que tanto lhes castigara, pois nem a educação lhe fora permitido, além de toda a sua cultura ser considerada como maligna, depreciativa e perversa. A educação sempre foi símbolo de poder e coerção, por isso, os escravos ficaram sem esse direito por muito tempo.

Ainda neste viés, quando eram adotadas, ao invés de serem tratadas como uma pessoa da família eram tratadas como empregadas. Porém, trabalhavam sem remuneração, uma vez que os “pais adotivos” afirmavam que eram como se fossem da família. Infelizmente, hoje, ainda é uma prática esse tipo de adoção pelo país afora, principalmente, nos municípios mais pobres, já que os pais, por terem muitos filhos e sem condições de criá-los, acabam dando suas filhas para “adoção”, sempre a famílias ricas, pois, estas afirmam que irão educá-las e depois de estudadas, ajudarão seus pais. Entretanto,

mulheres negras e os negros se dedicam desde a chegada ao Brasil, a lutar contra o racismo e o sexismo, desmascarar o mito da democracia racial e fazer emergir as sequelas de escravização e de um presente de exclusão de base racial em todas as dimensões da vida, que os números das desigualdades raciais reafirmam. (CARNEIRO, 2016, p. 130)

É evidente que toda luta está em prol da liberdade de ter direitos iguais e contra o esse sistema racializado e excludente - que ainda é uma chaga predominante -, por respeito e dignidade, por uma emancipação e por entender que a mulher negra não é objeto do prazer

sexual, nem foi feita exclusivamente para ser doméstica. Apesar de entender que a história não pode ser apagada nem esquecida, principalmente a da escravização do povo negro, faz-se necessário extirpar as marcas do racismo, do preconceito, do machismo para que todos possam conviver harmonicamente, socialmente, entendendo que a sociabilidade capitalista excludente, segregadora, machista, racista, misógina objetifica os corpos, coisifica as relações, transformando tudo e todos em mercadoria para obter crescentes taxas de lucros, e alcançar seus objetivos de acumular riquezas.

A fim de termos um mundo mais livre desses preconceitos e mais igualitária, independentemente de cor, raça, gênero ou classe, e de forma que o aluno seja o autor dessa mudança, foi com esse pensamento que elaborei o projeto para ser desenvolvido nas turmas da EJA (Acelera II-II). A seguir, vamos entender a importância de se conhecer quem são nossos frequentadores e mergulhar no mundo da Literatura e na proposta de intervenção.

QUARTA PARTE:

O MENINO LENDO O LIVRO



VOCÊ SABE COM QUEM ESTÁ FALANDO?

Depois de conhecermos quem são os jovens, adultos e idosos que entram na EJA, Terceira Parte, será que sabemos com quem estamos falando mesmo?

A expressão “Você sabe com quem está falando?”¹⁰ remete-nos a uma hierarquização de classes sociais, muitas vezes, àquele “velho jeitinho brasileiro”. Isso, de forma verticalizada, ou seja, sempre que alguém está no poder ou numa condição social melhor que a outra, utiliza a expressão para humilhar ou se beneficiar de algo. Conforme o antropólogo Roberto da Matta (1997, p. 187) a referida expressão é também uma “preocupação com a posição social e a consciência de todas as regras relativas à manutenção, perda ou ameaça dessa posição”.

¹⁰ Citação extraída do Minicurso - Letramentos de reexistência – Aula 2 – **Uso social da linguagem: você sabe com quem está falando quando está na sala de aula?** - Com a Professora Ana Lúcia Silva Souza. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cXEkaASmFpQ>. Acesso em: 07 jul. 2020.

Essa indagação, como pontua a Professora Ana Lúcia Silva Souza (2020), é interessante para pensarmos na nossa sala de aula, nos nossos alunos e nossas alunas, na linguagem que os/as cercam, que está em nossa sala. Nesse sentido, não é pensar na hierarquização, mas pensar onde se encontra cada estudante, em cada vivência, em cada experiência e nos letramentos de reexistência existentes na vida cotidiana de todos esses jovens, adultos e idosos que fazem parte da minha sala de aula, da EJA.

Assim, pensar na linguagem e nos letramentos desses estudantes é pensar numa aula na qual eles e elas sintam-se parte do processo. Afinal, "A língua modifica o sujeito, mas o sujeito também modifica a língua" (NASCIMENTO, 2019, p. 25). Para tanto, ressaltado, coadunando também com a afirmação de (SILVA, 2020), é imprescindível entender a heterogeneidade que permeia a sala de aula, conhecer a realidade da classe em sua singularidade, saber onde cada um senta (na frente e/ou no fundo da sala), quem fala mais/menos para assim planejar uma aula na qual esse estudante seja parte do processo de aprendizagem, respeitando a linguagem e a forma de falar sem hierarquizá-la.

É dialogar sobre a relevância cultural que cada linguagem tem, sem estereótipos e sem preconceito linguístico, ou melhor, sem racismo linguístico, termo alcunhado por Nascimento (2019), como comumente se ouve de pessoas, consideradas letradas em sua diversidade educacional formal, desfazendo essa forma de se comunicar, pois, a maioria dos/das estudantes da EJA, especialmente, da escola na qual atuo, são de origem de classe menos favorecida e, em sua maioria, negros e negras. Esse fator racial pode ser percebido na tabela abaixo, visto que a maioria da população frequentadora da EJA é de cor preta ou parda, o que também nos faz compreender a importância de respeitar a linguagem e os letramentos em sua diversidade. Isso nos faz repensar e rever com quem estamos falando, evitando, assim, o a exclusão dos discentes da EJA, mesmo em sala de aula.

Faixa Etária	Total		Branca 536	Preta ¹¹ 1.031	Parda 2.300	Amarela 12	Indígena 15
	Nº	%	%	%	%	%	%
15 anos ou	3.952	8,2	6,6	9,4	8,3	6,9	9,1

¹¹ Para definir as etnias o IBGE usa cor preta ao invés de negra.

mais							
15 a 24 anos	262	2,1	1,8	2,1	2,2	1,4	-
25 a 39 anos	800	4,4	3,3	4,6	4,6	3,0	8,5
40 a 59 anos	1.549	11,9	8,1	14,7	12	11,3	10,6
60 anos ou mais	1.341	32,4	23,2	41,9	32,7	36,1	23,8
Tabela 20: Analfabetismo acima de 15 anos, por cor e grupos de idade Dias D'Ávila 2010. Fonte: IBGE/Cidades. Censo Demográfico 2010 ¹²							

Portanto, a fim de demarcar nosso lugar é preciso entender que a língua é escravizada e o quanto a variação também é serve para demarcar posição social e mostrar poder de lutar também a favor da diversidade linguística; e o modo como falamos, também, é língua e que podemos usá-la como fonte de dominação. Não devemos esquecer que dominar a norma padrão é também uma forma de se estar num patamar hierárquico como o de quem domina essa norma considerada padrão.

Segundo as autoras Lucia Maria de Assunção Barbosa e Mirelle Amaral de São Bernardo (2017) “Aprender uma nova língua-cultura é adentrar-se a outras mentalidades e, sobretudo, colocar em xeque certezas e capacidades de interpretar e de compreender outras dimensões simbólicas diferentes das que estão relacionadas com a língua-cultura que falamos e na qual circulamos”. Nesse sentido, é fundamental compreender que a língua-cultura na qual estamos inseridos, normativamente, nem sempre é a mesma que nossa turma está dialogando. Assim, é indispensável sabermos com quem estamos falando e para quem estamos compartilhando conhecimento, principalmente na turma da EJA para assim, conforme (NASCIMENTO, 2021) trazer o corpo de volta e recuperar a experiência de existência que tem sido sequestrada consistentemente pela colonialidade até os dias atuais, respeitando a participação e compreendendo as singularidades e heterogeneidade que são correntes na sala de aula. Entendendo essas questões sociais e educacionais, decerto, a turma frequentadora da

¹² Tabela extraída Plano Municipal de Dias d'Ávila (PMDD) 2015 a 2025

EJA sentirá que a escola faz parte da vida e valoriza as vivências e seus diversos letramentos, levando em consideração os usos sociais da língua.

Ensinar uma língua que é materna, mas que, ao mesmo tempo, está “distante” dos/das discentes é o diferencial do Professor da EJA. Assim, ouvir os discentes, dialogar e perceber o que realmente interessa é imperioso para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça de forma satisfatória. Com isso, entendo que a língua de acolhimento, do afeto, da compreensão é necessária para se aproximar mais genuinamente também da língua de ofício, padrão para, enfim, lutar por direitos adquiridos e compreender cada vez mais as relações de poder que são estabelecidas pela língua. Afirmo isso porque nem sempre a aula gramatical que se prepara para o dia acontece conforme planejado. Então, por que essa afirmação?

Explico: Em um determinado dia (18 de outubro de 2019) após planejar toda a aula, ao adentrar à sala sou surpreendido pelo pedido da turma: "Professor, hoje a gente “não quer aula”. Vamos conversar?" O que fazer numa situação como essa? Afinal, o conteúdo nos é cobrado diariamente. Esses imprevistos também são necessários para mudarmos o rumo da forma de ensinar, da forma como os alunos veem a educação, mesmo não sendo fácil. É preciso cumprir calendário, conteúdo, a dificuldade de se ensinar no atual século é uma verdade, porém, o diálogo, penso eu, é a melhor forma de solucionar alguns dos diversos problemas cotidianos em sala. Caso, não haja um diálogo e afeto entre estudantes e professores, poderemos cair nas armadilhas do “Eu mando” e “Vocês obedecem” o que, nem sempre é sinal de respeito e obediência.

Enfim, cedi ao pedido. A aula aconteceu e afirmo que foi uma das melhores aulas que aconteceu com essa turma. Por alguns minutos, pensei em não ceder, afinal, o professor, tradicionalmente, tem o poder de decisão. Porém, comungo da ideia de que a teoria interacionista, segundo Marcuschi (p.34), preocupa-se com a análise dos gêneros textuais e seus usos sociais. Tem sensibilidade para fenômenos cognitivos e processos de textualização na oralidade e na escrita.

Assim, uma aula interacionista, debatendo e discutindo gêneros orais foi o suficiente para se trabalhar de forma a agregar conhecimentos e compartilhar valores e experiências. Afinal, segundo Paulo Freire (2001, p. 16) não é possível a educadoras e educadores pensar apenas os procedimentos didáticos, é necessário pensar nas relações que se constroem e no que o discente almeja num determinado momento. Respeitando e mantendo uma relação mais afetiva, de modo a construir sentidos para aqueles que buscam uma educação melhor a cada

dia. Para entendermos melhor a questão da língua de acolhimento e do afeto, as mudanças no planejamento e uma educação mais libertadora, dialógica e interacionista, explico o caso e o porquê da escolha de uma proposta de intervenção baseada na diversidade de gênero, classe e raça.

Ao entrar na sala, explanei o que faríamos e comecei a falar sobre mercado de trabalho, tema estudado anteriormente e sobre as perspectivas de cada aluno e cada aluna. A conversa foi iniciada e a participação ativa tanto de meninas quanto de meninos fazia a aula acontecer oralmente, sem uma gramática normatizada, sem pensar nas regras que a regem. O ponto alto da conversa foi sobre o mercado de trabalho para a população negra e periférica e o porquê de determinados cargos e posições hierárquicas serem ocupados por pessoas brancas e o porquê de os jovens negros terem a vida ceifada mais cedo, como exemplo, citei o caso do colega deles que fora assassinado há pouco mais de um mês. Lembrando que essa aula ocorrera dia 18 de outubro de 2019.

Nesse momento, o assunto sobre a Violência contra os jovens negros tomou conta da aula, afinal, faz parte da nossa triste realidade. O que mais chama a atenção é a percepção e fala dos estudantes em relação aos acontecimentos e à forma como esses jovens adentram ao mundo do tráfico: Forma de mostrar poder e ganhar um dinheiro mais rápido. Os alunos e as alunas também evidenciaram que, muitas vezes, quem entra, depois de um tempo, quer sair, mas já é tarde. “Só sai morto”. Com isso, alguns desenharam até a pirâmide hierárquica do tráfico, para demonstrar o funcionamento da estrutura do poder que tantos jovens ambicionam.

Conforme o Plano Municipal de Educação de Dias d’Ávila (PMEDD), o município ainda possui uma dívida para com essa população que frequenta a EJA, mas que está sendo estudada uma forma de amenizá-la. Portanto, ofertando uma educação de qualidade e elaborando uma política pública de permanência para essas pessoas já é um grande avanço nesse quesito.

Assim, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no município terá por objetivo reparar a dívida social para com trabalhadores e, tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes e aposentados que não tiveram acesso à escola e, muitos deles tem sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas. Não deixando de mencionar, a continuidade da educação aos jovens que migram do ensino regular diurno, que muitas vezes por diversos anos de reprovação e atos de indisciplina, são transferidos para o noturno. Plano Municipal de Educação de Dias d’Ávila (2015, p.74)

Por fim, transformar a realidade dos estudantes pretos e pobres da EJA por meio de um projeto de intervenção desenvolvido a partir das percepções e anseios dessa população estudantil, foi uma forma de fazê-los sentir-se parte do processo educacional o que dialoga com o preceituado pelo PMEDD. Assim como, também, mostrar o quanto a vida, as vivências, as experiências e os letramentos de cada um e de cada uma é essencial para construirmos um ensino de Língua Portuguesa que tenha sentido prático na vida social em sua diversidade de gênero, raça e classe. Dessa forma, a expressão “Você sabe com quem está falando?” não será mais utilizada de forma hierárquica, mas de forma igualitária entre professor e discentes.

A ESCOLA, OS ALUNOS, AS ALUNAS, O PROFESSOR E O SONHO DE UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA



A partir do caso mencionado anteriormente, ressalto que escola está situada numa área periférica e a evasão escolar aumenta no segundo semestre. Daí quando se questiona aos alunos o porquê da desistência da escola, a resposta é a seguinte: “Estava cansado, resolvi ficar em casa”. Lidar com situações como essa não é fácil, afinal, o governo também precisa disponibilizar formas de permanência desses jovens, adultos e idosos que retornaram aos estudos, mas, por algum motivo, abandonam-no mais uma vez. Ressalta-se que, conforme o (PMEDD ,2015-2025, p.72)

A rede municipal de ensino de Dias D’Ávila mantém atualmente 22 (vinte e duas) escolas na sede do município, sendo que em **apenas seis escolas**, são disponibilizadas vagas para estudantes de EJA do Ensino Fundamental. Antes, a maioria das unidades escolares funcionava no turno noturno, contudo, esses espaços de atendimento ao estudante de EJA foram-se reduzindo em virtude dos altíssimos índices de evasão. (PMEDD, 2015, p.72)

No entanto, ressalto que atualmente (2020), **o município dispõe** de apenas de **três escolas ofertando a modalidade EJA noturna**. Além de esse fator ser também indício da evasão escolar que já é alta na rede municipal de educação, segundo o próprio PMEDD, e por a escola estar situada numa zona de risco, a prefeitura resolveu militarizar mais essa instituição com o *Vetor disciplinar*. Fato que durante a implantação inicial (2019), aqui reitero que ainda está em andamento, a frequência diminuiu drasticamente, uma vez que o vetor disciplinar também estava no turno noturno. Nesse turno, o vetor ficou por aproximadamente um mês. Logo depois da saída do vetor noturno, a frequência melhorou. Saliento que Vetor Disciplinar Militar continua sendo implantado no diurno.

Outro fator que posso citar aqui é a questão do material didático, ou melhor, o Livro Didático (LD), pois conforme o PMEDD (2015, p. 73-74) “os professores contam com o Livro Didático que foi avaliado e escolhido pelos próprios docentes, entre as obras selecionadas pelo MEC através do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD/ EJA. ” Porém, esses LDs não existem na escola, visto que, conforme o PNLD esse material tem validade e para o ano corrente não foi selecionado nenhum material para a EJA. Isso demonstra também que, mesmo o PMEDD objetivando a melhoria da educação e do ensino dessa modalidade, a realidade não está condizente com o que preceitua o próprio documento. Assim, cabe ao professor elaborar o próprio material que julgar adequado à realidade da turma. O que não é ruim, o problema é que nem sempre há material disponível para reprodução de cópias, pois, é preciso levar em consideração os conteúdos obrigatórios de cada disciplina.

No entanto, em conversa informal com a classe, percebi nas falas que eles veem a escola¹³ como “A minha escola é bom porque eu gosto do meu professor e também de estudar”, “Um lugar tranquilo”, “Como um lugar tranquilo que me ajuda a melhorar e ocupar nossa mente nas horas vagas”, “Eu vejo a minha escola como a minha segunda casa e uma porta para um futuro melhor”. São falas como essas que percebemos o quanto a escola é um fator diferencial para muitos que ali estão. A escola não é somente vista como um lugar de “lazer”, mas também um espaço de busca de conhecimento e de ascensão social. Como sei disso? Simples, fiz outra pergunta: Por que é importante estudar?

¹³ Diálogo informal (oral e escrito) desenvolvido em sala de aula com os alunos da EJA II – 7ª/8ª séries, em 08 de novembro de 2019, na escola que pretendo desenvolver o projeto de intervenção. Aqui não cito nome de alunos por ter sido uma conversa informal, justamente para melhor compreender os objetivos deles.

As respostas foram as mais diversas possíveis: “Porque é um futuro para mim e eu gosto muito, porque eu quero ser professora”, “Para ter um futuro melhor”, “Porque adquirimos conhecimento e capacidade de fazer qualquer coisa”, “Para futuramente se tornar alguém na vida e alcançar objetivos”, “Para ser alguém na vida”. Dessa forma, o estudo continua sendo a “salvação” para estas pessoas que sonham com uma vida melhor para si e para a família. Essa transformação será possível quando o professor perceber, segundo (DUBET,1997, p. 231) em entrevista a Peralva e Sposito, “que sua ideologia não tem nenhum efeito. O único elemento que parece desempenhar um papel é o efeito pigmaleão, isto é, os professores mais eficientes são em geral aqueles que acreditam que os alunos podem progredir, aqueles que têm confiança nos alunos.” Por isso, compreendo a relevância de se ver em cada ser humano e a força da luta e da força de vontade em progredir e se tornar um ser humano cada vez melhor para si e para o mundo.

Outra pergunta foi feita para saber a importância da Língua Portuguesa na vida deles. A pergunta foi: Por que é importante aprender língua portuguesa?

Apesar de as respostas serem as mais diversas, percebi que ainda veem a língua como algo restaurador, como um fator também para ascensão social, o que me levou a compreender o quanto ainda a língua normativa é vista como a melhor, como a “única” capaz de ascender o homem socialmente, o que me fez ver a língua escravizada, na fala da classe. “Porque a gente tem que falar bem, porque têm pessoas que não falam bem, aí não trabalham”, “Para não falar errado e escrever certo”, “É preciso aprender a língua portuguesa porque nós conseguimos nos expressar melhor e adquirir conhecimentos importantes para nossa vida, em modo geral”, “Porque é uma das matérias mais importantes para você aprender pronunciar, falar corretamente as palavras e aprender coisas”, “Pra falar bem, não falar errado”. Nessas falas é perceptível o quanto a questão do falar bem está associada ao fato do domínio da norma padrão, o que se pode inferir que a variação da língua usada por eles não é LP e que, também, não falam a mesma língua considerada oficial.

Por mais que queiramos pensar num ensino diferenciado, que leve em consideração o desejo do/a aluno/a em aprender determinado conteúdo, acabamos por praticar um ensino normativo da gramática. Mas, isso só acontecia até descobrir que gramática rege o ensino e a qual ensinar e o porquê ensiná-la. Ao ler o texto que leva em consideração a questão da linguagem escravizada *A Linguagem escravizada: Língua, História e Poder*, de Florence Carboni e Mário Maestri que traz uma abordagem a respeito da questão de usos da língua no

viés histórico, com um olhar escravizado da palavra. Além disso, inicialmente, o conceito de linguagem por Ferdinand Saussure já demonstra o quão carregado de preconceito está na abordagem conceitual o que se opõe ao conceito de língua de Mikhail Bakhtine.

A partir do conceito bakhtiniano, percebe-se que a linguagem não é um meio neutro, o que há são meios de interação verbal, atinentes às esferas do exercício do poder. O que se percebe é que a linguagem enquanto forma de interação, de comunicação, esconde-se por trás e de forma velada a questão do poder, ou seja, quem domina a linguagem e suas formas domina também o outro que foi escravizado e excluído dos meios de acesso a essa linguagem escrita. Deve-se perceber, também, conforme Bakhtine, que a língua não é única, ela varia no tempo, no espaço, de acordo com a classe social e a comunidade em que se vive. Essa variação não é levada em consideração quando a minoria elitista domina a linguagem e dita o que deve ser aceito socialmente ou não. Desconsiderando o plurilinguismo existente o que descaracteriza o uso social da língua.

Portanto, é necessário que o professor dialogue com a classe no tocante à importância, de fato, de se aprender a norma padrão para estar numa condição igualitária de luta, de ascensão social, mas também urge que o docente mostre aos/as discentes que a língua por eles falada também é LP e que esse falar faz parte da cultura e da vida de cada uma e de cada um. Esse falar faz parte da evolução da língua e das lutas travadas por espaço na sociedade. É nessa vertente, mais uma vez, que o projeto de intervenção veio para mudar esse conceito de língua estática, mas também mostrar a importância de dominar a língua que também escraviza através de uma língua de acolhimento e de afeto.

CONCEIÇÃO EVARISTO E O DELEITE DA LITERATURA EM SALA DE AULA



Desenho 08 – Roda de conversa

Então, o que falar de uma memória leitora quando seus pais são semianalfabetos, analfabetos e/ou não te inserem no campo da leitura a não ser “colocar” na escola para ser alfabetizado?

Quando me deparo com um questionamento como esse, fico sem saber por onde começar a escrever, por onde iniciar minhas memórias leitoras, a não ser pensar no meu processo de alfabetização e letramentos. Aqui, inicio citando uma fala de Conceição Evaristo “o lápis era um graveto, quase sempre em forma de uma forquilha, e o papel era a terra lamacenta” vejo que minha concepção de leitura, também, assim começou. Como morava no interior, chamado Saúde-Bahia, e vivia rodeado de pessoas (vizinhos e conhecidos) que estudavam, comecei a perceber que estudar era importante; daí começava, com os amigos, a escrever no chão, como já citado anteriormente. Mas, enfim, vamos ao que nos interessa: como a literatura adentra à minha vida e como Conceição Evaristo marca essa presença literária, agora, não só para mim, mas também para muitos jovens da EJA.

Enfim, dando um salto desse tempo até o dia em que aprendi a ler e a escrever, como citado na Primeira Parte. Esses letramentos se deram a partir do momento em que o meu desejo de aprender a ler e a escrever afloraram e minha prima (que, infelizmente, no início desse ano – 2020 – nos deixou, era professora) me ensinou a ler e a escrever. A partir de então, lia tudo que estava por perto. Saliento que a minha ideia de leitura, nessa época, nada tinha a ver com leitura de livros de literatura, gibis ou revistas, uma vez que eu não tinha contato com esse tipo de literatura.

Após iniciar o Ensino Fundamental, ainda no interior, pensei que, aqui sim, fosse ter contato com livros de Literatura, exceto o Livro Didático que era comprado pelos pais. Enfim, também não tive incentivo de professores nem de amigos, logo, continuava a vender sonhos e geladinho. Aqui, também, se deram os meus letramentos e numeramentos.

Por conseguinte, ao cursar Magistério, aqui seria a oportunidade de me colocar no meio das Literaturas, mais uma vez, não havia professores que incentivassem a leitura a não ser para provas. Lembro-me, nessa fase, de ter lido um livro infantil: João e Maria para ser apresentado em sala de aula como uma atividade pontuada, da disciplina Metodologia da Alfabetização. Por fim, a minha memória leitora, de fato, se inicia na Faculdade de Letras, com jornais, livros, revistas e romances, como leituras obrigatórias das diversas disciplinas do curso.

O tempo passou... Diversos acontecimentos... A leitura literária começa a tomar conta do meu ser; a fome por livro ainda não era tão intensa, mesmo sabendo a importância da leitura. Só lembrando uma breve historicização de um momento que marca a minha vida e que, de fato, mais uma fruta brota. Em julho de 2018, sou convocado para tomar posse no cargo de Professor de Língua Portuguesa, em virtude do concurso no município de Dias d'Ávila. No mesmo ano, faço a seleção para o Mestrado Profissional em Letras, no qual logrei êxito. Em 2019, as aulas são iniciadas, com diversas disciplinas, mais leituras obrigatórias – no entanto, aqui, leituras que nos fazem ver um modo diferente de ensinar e perceber o quanto a literatura é urgente no Ensino Fundamental (EF) e que mudar a chave epistemológica é essencial para formação de novos leitores sedentos de conhecimento, mesmo estando no EF, principalmente, por ser e fazer parte da Escola Pública.

Dessa maneira, pensar uma forma de levar a literatura para sala de aula do EF é pensar como esse ensino está sendo disseminado, visto que, muitas vezes, o Livro Didático (LD) é a única forma e fonte de se levar a literatura para a sala de aula. Então, como forma de inserir uma literatura, que pudesse dialogar com as vivências e experiências, para a sala de aula da turma da EJA, resolvi apresentar Conceição Evaristo e sua obra *Olhos d'água* (2018), que traz contos representando, mesmo que de dotado de verossimilhança, a realidade mulheres negras e homens negros trabalhadores, que sofrem as mazelas sociais seja pelo machismo, seja pelo preconceito racial.

Estudar a literatura de Conceição Evaristo **é, também, aproximar leitores de uma mulher negra que escreve literatura negra**, a partir da sua vivência, apresentar uma autora da atualidade e mostrar aos discentes que a Literatura não é somente algo cansativo, que não existem somente os grandes autores canônicos que nos são apresentados diariamente. Nesse sentido, trazer uma abordagem crítica a respeito da leitura e dos autores lidos na sala de aula, dos estudos literários canônicos ao invés de se utilizar os novos escritores negros e escritoras negras que se veem pouco representados nos materiais didáticos disponíveis nas escolas públicas, é fundante para evidenciar o potencial intelectual dos autores negros assim como motivar uma escrita autoral dos discentes. Para tanto, "seria necessária a mudança interna dos fios da mentalidade comum para desejar a verdadeira mudança coletiva", Sílvia R. S. Oliveira (2019, p.251) trazer os discursos de gênero, a relevância dos coletivos na visibilidade de minorias, sejam elas negras, sejam indígenas, é uma forma de tornar a mudança concreta. É na coletividade que se pode pensar em transformar o ensino de Literatura hegemônico branco eurocentrado em uma literatura negra centrada também na realidade do alunado. Dessa forma,

pode-se mudar, segundo o (OLIVEIRA, 2019), o deslocamento de perspectiva, pensamentos e postura. Multiplicando.

A formação do sujeito, consoante, Selma Iara Gomes Lopes Tavares (2015, p. 20) *apud* (Oliveira, 2019, p.255), “deve ocorrer de maneira integral (conceitual, procedimental e atitudinal), pois é dessa forma que ele se situa no social, coletivamente.” Pensar na ideia de que a técnica evolui juntamente com a tecnologia, é entender que a língua varia e com ela novas formas de literatura devem ser incorporadas às formas canônicas disponíveis em maior número nos livros didáticos das escolas públicas. Assim, as novas maneiras literárias se da turma serão realidade nas escolas. Afinal, conforme, (OLIVEIRA, 2019, p. 258) “cartografar o conhecimento é como valorizar que não se conflituava com o mito. Ainda a encontramos no saber indígena e africano.”

Para tanto, o professor precisa, no mínimo, desenvolver em si mesmo o gosto pela leitura literária e levar em consideração que a forma de ler essa literatura está em constante mudança. No cotidiano dessas pessoas, seja do Ensino Fundamental, seja do Ensino Médio, as diversas leituras são feitas diariamente. Então, ao docente cabe compreender que essas leituras também são literaturas mesmo não tendo o sentido conotativo esperado das leituras literárias canônicas.

Por outro lado, Maria Amélia Dalvi (2013, p. 125) afirma que os textos lidos em sala de aula não são pensados em diálogo com as práticas não-escolarizadas de leitura literária e nem em diálogo com as outras práticas culturais em que os estudantes estão envolvidos na cotidianidade, ou seja, não é uma prática literária que faz com que o aluno dance com a leitura, de forma, que a fruição aconteça em total deleite. Além disso, atividades repetitivas e previsíveis consolidam estereótipos. Essas práticas podem ser realidades de escolas não só públicas, mas também privadas, porém, com uma realidade diferenciada, afinal, as leituras, mesmo aquelas que estão, muitas vezes, no livro didático, não são as únicas formas de leitura e de ensino de literatura.

Ressalta-se que o discente de escola pública também interage, colaborando com novas leituras e experiências vividas, corroborando com o conteúdo abordado, trazendo para a prática da leitura os diversos letramentos vividos. Para trazer essa uma literatura que dialoga com as diversas realidades, vivências e letramentos, os contos de Conceição Evaristo serão o ponto de partida para inserção do novo velho leitor a uma literatura atual, com uma escritora

que fala a língua desse novo leitor. Lembrando que a leitura do cânone também é elementar, sem deixar de ler outras literaturas em sala.

Assim, propor novas formas de leitura, sem julgamentos, mas de forma a trazer uma Literatura que abarque além dos cânones, outras leituras realizadas pelos estudantes que, com frequência, alertam os professores no que se refere a essa nova literatura viva em seu cotidiano é de extrema relevância. Dessa forma, o estereótipo de que aluno não gosta de ler, tronar-se-á uma pseudorrealidade.

Urge, no século XXI, como afirma (ANTUNES, 2016, p.15), desenvolver modelos de ensino efetivamente centrados no leitor e práticas de forma didática para então se compreender que as salas de aulas, apesar de estarem arrumadas da mesma forma desde o século XIX, os alunos já são outros, assim como a forma de ler literatura e o conceito desse campo de leitura. E com base nos letramentos e vivências dos estudantes e como base a na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Literatura envolve, principalmente, a formação dos chamados leitores-fruidores. Dentre as seis competências específicas de Linguagens para o Ensino Fundamental, tem-se a quinta: Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.

Afinal, a literatura não é um conceito fechado em si mesma, é uma forma de arte, de apreciação, de deleite. Dentre os vários conceitos, (CAMPAGNON, 2015) afirma que: Literatura é Arte; Literatura é ficção e realidade; Literatura envolve fatos históricos, linguísticos de forma verossímil, dentre outros conceitos. E assim, Evaristo vai caminhando lado a lado com seus textos e as vivências, experiências e letramentos de tantos estudantes que têm sede por conhecimento e por, também, compartilhar conhecimentos com todos da classe.

Pensar numa Literatura negra que retrate as características como fator positivo do povo negro é uma maneira de valorização da cultura e ancestralidade como preceitua a lei 10639/2003. Mesmo sabendo que alguns escritores, leitores negam a existência de uma literatura afro-brasileira, é mister termos essa literatura para evidenciar uma produção de conhecimento autoral voltada para a valorização dos fenótipos e da cor da pele, visto que a literatura não é um conceito fechado em si. Nesse sentido, (EVARISTO, 2009, p. 17) afirma

que essa literatura “se constituiria como uma produção escrita marcada por uma subjetividade construída, experimentada, vivenciada a partir da condição de homens e de mulheres negras na sociedade brasileira.” Isso demonstra o quão é relevante levarmos para a sala de aula autores negros e autoras negras como forma de fazer ecoar e fortalecer a voz e a produção desse conhecimento que, por muito tempo, ficou invisibilizado.

Além disso, efetivar o trabalho a partir de contos de (EVARISTO, 2018) é uma forma, parafraseando a autora, de pensar, também, a escrita como ela mesma diz afirmando não só a existência de uma literatura afro-brasileira, mas também a presença de uma vertente feminina. Nesse contexto, a autora traz em seus escritos o "corpo-mulher-negra em vivência", para demonstrar as experiências vividas e exclusões sofridas e experienciadas, mas que a mulher negra conta, ou seja, as escrevivências. No entanto, não descartando a importância dos homens negros, assim como a de pessoas não negras, mas a negra sofre duas vezes mais em virtude da condição de gênero e da cor. Esse fator entrecortado faz-nos refletir o quanto a questão da subjetividade do ser negra escrevendo algo que somente ela vivenciou e jamais o/a outro/a poderia viver, mesmo sendo as experiências do negro equivalentes à da mulher negra, por exemplo. Além disso, na questão de gênero o que difere a branca da negra é, também, o pertencimento racial, ainda que o gênero as una, visto que a branca estará sempre em lugar de superioridade.

Retomando a questão da escrita literária negra como fator para positivar as questões raciais existentes no país e, também, na sala de aula, o que também me levou a desenvolver o projeto de intervenção, (EVARISTO, 2009) afirma

Pode-se dizer que um sentimento positivo de etnicidade atravessa a textualidade afro-brasileira. Personagens são descritos sem a intenção de esconder uma identidade negra e, muitas vezes, são apresentadas a partir de uma valorização da pele, dos traços físicos, das heranças culturais oriundas de povos africanos e da inserção/exclusão que os afrodescendentes sofrem na sociedade brasileira (EVARISTO, 2009, p. 19)

Estudar autores negros, que não utilizam a escrita para subalternizar o homem o outro, a outra, nem os enquadrar em determinadas posições sociais de forma a humilhá-los ou ridicularizá-los por uma questão de cor e raça, é uma forma de visibilizar a força ancestral, cultural e histórica do povo negro. Essa descrição positiva da pele e da cultura pode ser vista, por exemplo, no conto de Conceição Evaristo “**Ana Davenga**” que traz o samba, o morro, a luta e a alegria como fatores de sociabilidade e resistência. A

Quando Davenga conheceu Ana em uma roda de samba, ela estava ali, faceira, dançando macio. Davenga gostou dos movimentos do corpo da mulher. Ela fazia um

movimento bonito e ligeiro de bunda. Estava tão distraída na dança que nem percebeu Davenga olhando insistentemente para ela. [...] Ela lhe lembrava uma bailarina nua, tal qual a que ele vira um dia no filme da televisão. A bailarina dançava livre, solta, na festa de uma aldeia africana. Só quando a bateria parou foi que Ana também parou e se encaminhou com as outras para o banheiro. Evaristo (2018, p.24-25)

Percebe-se, a partir dessa descrição de Ana Davenga, a valorização do corpo feminino, não mais como o corpo sexualizado, mas um corpo admirável em sua essência, do samba e da liberdade metaforizada ao citá-la, (Ana) era “bailarina que dançava livre, solta, na festa de uma aldeia africana. Aqui, percebo que, mesmo sendo o Ballet considerado uma dança elitizada, agora, parte de uma aldeia africana, uma análise positiva de uma cultura que está no cotidiano de todos nós, inclusive, do alunado e do município de Dias d’Ávila. Num outro momento, Evaristo (2016) traz a valorização da cor da personagem Davenga, além de outras características, sem menosprezo, sem animalizar o ser homem negro

Davenga parecia ter mesmo o poder de se tornar invisível. Um pouco que ela saía para buscar roupas no varal ou falar um tantinho com as amigas, quando voltava dava com ele, deitado na cama. Nuzinho. **Bonito o Davenga vestido com a pele que Deus lhe deu. Uma pele negra, esticada, lisinha, brilhosa.** (EVARISTO, 2018, p.23)

Essa visão posta por (EVARISTO, 2018) só demonstra o quanto a visão povo negro do ponto de vista de uma autora que carrega no seu ser o corpo negro, além de, parafraseando (NASCIMENTO, 2021), ser entrecortada por posições de gênero ligadas às formatações políticas, ratifica a valorização e destaca a cor como fator precípua do homem negro. Assim, o desenvolver um projeto de intervenção com essa temática é sustentáculo para a valorização da cor da pele, da raça e do gênero, uma vez que a maioria da população da EJA é composta por negros e negras. Além disso, o estudo de uma literatura afro-brasileira que evidencia a identidade negra sem estereótipos, sem a intenção de macular, ridicularizar ou colocar as personagens como submissas, inferiores, serviçais ou como a fogosa, a boa de cama. Essas características que negativam e depreciam o negro e a negra foi criticamente descrita, por Conceição Evaristo (2009) ao citar, por exemplo, o olhar de Gregório de Matos, ícone da Literatura Brasileira:

Matos revela o olhar depreciativo que era lançado sobre o africano escravizado e seus descendentes no Brasil Colônia. Satirizando os costumes e a colonização portuguesa, o “Boca do Inferno”, como era chamado, exalta a sedução erótica da mulata, menosprezando-a no tempo. Pode-se dizer que, com Gregório, começa a esboçar o paradigma de sensualidade e sexualidade, atribuído às mulheres negras e mulatas presentes na literatura brasileira. O

poeta ainda faz do homem mestiço objeto de críticas e insultos, delineando, em seus versos, o estereótipo do mulato como pessoa pernóstica e imitador de branco. (EVARISTO, 2009, p. 20)

Contrapondo essa ideia depreciativa do negro na literatura, associado, de fato, à construção humana de ser verossímil, mas sem depreciar os comportamentos ou estereotipá-los, como foi feito durante décadas na literatura brasileira, (EVARISTO, 2020, p. 31) “construo personagens que são humanas, pois creio que a humanidade é de pertença de cada sujeito. A potência e a impotência habitam a vida de cada pessoa. Os dramas existenciais nos perseguem e caminham com as personagens que crio.” Assim, pode-se perceber a relevância de trazer uma autora como Evaristo que, além de escritora, também é teórica literária e nos apresenta personagens com características que positivam e ratificam o ser negro e o ser negra no Brasil.

Por fim, para termos um ensino de literatura baseada na criticidade da estudante e nas suas vivências, principalmente para os estudantes da EJA, é relevante entendermos que, conforme (CAMPAGNON, 2009, p.52) *apud* (SILVA, 2016, p.36) que a literatura também é “um exercício do pensamento” e a “leitura uma experimentação dos possíveis”. Dessa forma, a leitura terá não só um fator de “imposição” da escola, mas a vontade o prazer de ler do estudante, independentemente de a escola ofertar como obrigação.

Essa afirmação coaduna com o que preceitua Mônica Menezes Santos (2019), ao metaforizar a questão da literatura como livros que dançam conosco, que nos colocam em total deleite. Um livro que dança ou que leve o leitor a dançar é um livro que não prescreve, que não dá todas as respostas; é um livro que antes abre fendas e, às vezes, feridas; é um livro-silêncio, um livro-labirinto, um livro-exílio, um livro-chave, um livro-caminho, ou seja, um livro que permita o leitor viajar, fantasiar, explorar os mundos até então desconhecidos. Não um livro com respostas, sem vivência, sem experiência. Um livro que desperte cada vez mais o gosto pela leitura e pela dança com as diversas literaturas. E nesse sentido, o desenvolvimento do projeto de intervenção com base na obra *Olhos d’água* de Conceição Evaristo será um caminho para viagens, danças, deleite e, também, desbravar outros mundos.

Depois de uma viagem pelo mundo dos sonhos, das letras, dos letramentos, do numeramento, dos letramentos de reexistência, e, também, da viagem à história da EJA e da educação para o povo negro, da pedra que surgiu no meio do meu caminho, é chegada a hora de conhecermos a proposição da proposta de intervenção.

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO



A proposta de intervenção será desenvolvida a partir de Rodas de Conversa, para ser aplicada em turmas de EJA (Educação de Jovens e Adultos) Acelera II (8º/9º anos), composta de quatro etapas, desenvolvidas em 24 aulas, detalhadas a seguir.

RODAS DE CONVERSA: DESENVOLVENDO A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

1ª ETAPA

Sensibilização do projeto, apresentando a proposta da atividade de intervenção (projeto de leitura com a finalidade de escrita de relatos, o que finalizaremos com a produção de uma Curadoria com os relatos escritos pelos alunos e pelas alunas), levantando o conhecimento prévio dos estudantes sobre o tema. Além disso, durante o processo de escrita haverá também a reescrita. Dessa forma, o aprendizado e desenvolvimento da escrita se dará de forma teórica e prática. Lembrando que a cada etapa, dar-se-á a escrita do texto, ou melhor, ao final da 1ª Etapa teremos um texto escrito pelos estudantes. Esse mesmo texto será reescrito a cada etapa, com orientação do professor. Afinal, em cada etapa será discutido um

conto que poderá servir de ponto de partida para agregar ainda mais nas escritas e/ou nos relatos deles.

Objetivos:

- Apresentar Conceição Evaristo à turma.
- Apresentar à turma o surgimento do racismo na história da sociedade.
- Ler o texto **DA GRAFIA-DESENHO DE MINHA MÃE UM DOS LUGARES DE NASCIMENTO DE MINHA ESCRITA** e debater sobre o processo de escrita e leitura de cada discente.

Tempo: 6 aulas

Desenvolvimento: Após a apresentação do projeto, será lido o texto: DA GRAFIA-DESENHO DE MINHA MÃE UM DOS LUGARES DE NASCIMENTO DE MINHA ESCRITA, seguido de questionamentos e, em seguida, a escrita do processo de aprendizagem individual.

Texto disponível. <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html>. Disponível em: Acesso em: 09 de fev. 2020.

Questões norteadoras para a discussão a partir da leitura do texto: Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita.

1. O que mais chamou a tua atenção no texto?
2. Como você interpreta a citação: “A nossa escrevivência não pode ser lida como histórias para “ninar os da casa grande” e sim para incomodá-los em seus sonos injustos” ?
3. Como se deu o seu processo de leitura e de escrita?
 - 3.1 Há algo similar entre o seu processo e o da autora?

A atividade será feita em roda de conversa, a partir das respostas escritas pelo discente, ou seja, após a leitura será dado um tempo para que todos possam responder no

material impresso. Em seguida, será realizada a roda de conversa para dialogarmos acerca das questões propostas e de outras que possam surgir durante o processo.

Durante o processo de diálogo, estarei fazendo anotações no meu caderno de campo.

2ª ETAPA

Objetivos:

Apresentar o gênero relato e promover a escrita inicial do gênero.

Analisar com a turma contos de Conceição Evaristo (Iniciando pelo conto que leva o nome do livro **“Olhos d’água”**)

Tempo: seis aulas

Desenvolvimento: Retomada do relato de escrita de cada discente; identificando estrutura e reescrevendo, caso necessário. Além disso, a exposição oral do texto para o discente que se sentir confortável em fazer a leitura das práticas de escrita.

Em seguida, apresentar o conto Olhos d’água, dialogando sobre o título e fazendo inferências sobre a escolha de cada palavra para compô-lo.

Possíveis Questões norteadoras para a discussão a partir da leitura do texto **Olhos d’água**

1. Porque é um conto? É conto ou relato?
2. Qual a relação entre o título e o texto?
3. Por que a filha não lembra a cor dos olhos da mãe?
4. Quando os filhos estão com fome, o que uma mãe é capaz de fazer? No conto, a mãe contava histórias, brincava...
5. É perceptível que a mãe é uma mulher negra e que passa por alguns problemas sociais. Por inferência, que problemas podemos citar? Na vida real, também existem mulheres que passam por situações semelhantes? SIM, como enfrentar esse tipo de situação? Será que os governantes ajudam essas famílias? NÃO. Justifique.
6. Que outras considerações podemos fazer a respeito do texto lido?

7. Produzindo o próprio texto/relato.

As respostas serão gravadas em roda de conversa, além das minhas anotações no caderno de campo. Assim será a partir desse momento. E só relembrando, ao final de cada etapa, o aluno e a aluna agregarão mais informações ao primeiro texto autoral escrito, desde a primeira etapa com as orientações e dadas pelo professor.

3ª ETAPA

Objetivos: Ler o conto Maria e discutir no que concerne às representações de gênero e raça no texto.

Tempo: seis aulas

Desenvolvimento: Retomada do relato de escrita de cada discente; identificando estrutura e reescrevendo, caso necessário. Além disso, a exposição oral do texto do próprio discente para a turma, para o estudante que se sentir confortável em fazer a leitura das práticas de escrita.

Em seguida, apresentar o conto **Maria**, dialogando sobre o título e fazendo inferências sobre a escolha do nome para o título e discutindo as questões de gênero, raça e classe no conto. Depois, dialogar sobre as experiências vividas e/ou experiências de vizinhos, amigos ou familiares.

Aprofundar a escrita trazendo novos elementos, após a leitura do conto Maria.

Possíveis questões norteadoras para a discussão a partir da leitura do texto **Maria**

1. Por que o título do conto leva o nome de Maria? Que outras Marias nós conhecemos que vivem uma vida similar à de Maria do conto?
2. Que outro final você daria a Maria? Justifique.
3. Reescrevendo seu texto a partir do anterior

4ª ETAPA

Objetivos: Ler o conto **Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos** e discutir a respeito das representações de gênero, raça, classe e a violência no texto.

Tempo: seis aulas

Desenvolvimento: Retomada do relato de escrita de cada discente; identificando estrutura e reescrevendo, caso necessário. Além disso, a exposição oral do texto do próprio aluno para a turma, para o estudante que se sentir confortável em fazer a leitura das práticas de escrita.

Em seguida, apresentar o conto **Zaíta esqueceu de guardar os brinquedos** dialogando sobre o título e fazendo inferências sobre a escolha do nome para o título e discutindo as questões de gênero, raça e classe no conto. Depois, dialogar sobre as experiências vividas e/ou experiências de vizinhos, amigos ou familiares, relembando traços da infância, histórias e fatos inesquecíveis, principalmente no quesito brinquedo.

Questões norteadoras para a discussão a partir da leitura do texto **ZAÍTA ESQUECEU DE GUARDAR OS BRINQUEDOS**

1. Discutindo sensações e sentimentos após a leitura. Nesse momento, lembranças da infância, do brincar e da relação entre os irmãos pai e mãe. Quem tomava conta dos filhos? Mãe ou pai? Qual a tarefa doméstica desenvolvia o pai e a mãe? Aqui, certamente, a maior discussão será na questão de gênero e do machismo que perpassa a sociedade.
2. Descrever a relação entre os irmãos e como eram as brincadeiras.
3. As preocupações da mãe com os filhos. O acobertar os “erros” dos filhos é normal? Por que as mães fazem isso?
4. Hora de reescrever o relato...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tornar-se um jovem, adulto e idoso cômico de direitos e lutar contra as formas de opressão e discriminação no atual século, como o racismo, o machismo e o sexismo, nem sempre é uma tarefa fácil. No entanto, a pesquisa que tem como objetivo geral: viabilizar as práticas leitoras na EJA, a partir de contos de Conceição Evaristo para que eles percebam o problema do preconceito e do racismo na sociedade brasileira, principalmente contra as mulheres e negras, como ponto de partida para escrita autoral, na forma de narrativas, de textos desses alunos e alunas. Assim, após colocar o projeto em prática, os participantes estarão com um olhar diferenciado, sentindo-se escritor e agente da história, capaz de transformar o mundo em que vivem.

Entretanto, no meio do processo, surge uma pedra... A Pandemia do Coronavírus... diversas mudanças ocorreram. Aulas foram paralisadas. A aplicação do Projeto de Intervenção não foi possível acontecer no momento, tornando-se, dessa forma, uma proposição, em forma de Caderno Pedagógico para que possa ser aplicado no futuro por qualquer professor que tenha interesse em transformar a educação. No entanto, o foco da pesquisa que era etnográfica, tornou-se bibliográfica. As leituras, os encontros “on-line” com a orientadora fizeram com que a pesquisa fluísse.

Durante a Pandemia, enquanto o mundo parava, os meus sonhos continuavam girando. A ideia é não parar de sonhar. O ProfLetras, nesse aspecto, foi fundamental para que as minhas descobertas, as minhas pesquisas não ficassem paradas, num arquivo. Assim, iniciei as lives, com assuntos diversos, com convidados especiais, mas sem perder o foco numa educação transformadora, de forma que o conhecimento chegasse a todos e a todas.

Saliento que neste momento pandêmico, em virtude de os meus alunos não terem acesso à tecnologia, não pude aplicar o projeto, como citado. Mas, os objetivos traçados, as leituras foram essenciais para entender a relevância de levar para a sala de aula uma literatura que dialoga com a turma, uma literatura que transforma pessoas em escritoras e curadoras das próprias histórias.

Com isso, levar essa literatura para a classe aliada à vivência dos estudantes, principalmente da EJA, é essencial para que seja uma leitura que convide a classe a se deleitar com a literatura que, por um tempo, ficou como uma segunda opção. Nessa perspectiva, o projeto com o foco na produção escrita, sem deixar de lado a leitura feita pelo participante acerca dos contos e compartilhada em sala foi uma forma de mostrar a importância da leitura,

da escrita e uma maneira de, também, evidenciar para o próprio alunado a potencialidade e capacidade que cada ser humano possui e é capaz de despertar quando se tem um ponto de partida que abra os olhos, tire o véu do rosto e enxergue o quão importante é ser o produtor, o agente e o transformador da própria vida.

Por fim, após escritas e reescritas, é o momento de organizarmos os contos que comporão a Curadoria Crítico-Cultural de Reexistência. Esta composta pelos contos, compilados pelo professor, para serem enviadas à gráfica para reprodução do material, sem custos para a classe, já que será o produto produzido a partir da proposta de intervenção. Como forma de finalizarmos todo esse processo, seria organizada a CCCR com exposição dos escritos da turma, em um banner com o texto original e um digitado, além da fotografia de cada autor. A questão da escolha das letras seria decidida com a turma, se melhor com a própria caligrafia ou o texto digitado. Afinal, o curador seria um profissional do bom gosto, capaz de selecionar os melhores produtos e apresentá-los do jeito ideal. (GONRING, 2015, p.278). Nesse aspecto, é o estudante-curador quem decide o melhor texto e forma para serem apresentados à comunidade escolar e à cidade.

A partir da ideia de termos discentes da EJA como sujeitos leitores e escritores, nada mais justo do que os estudantes continuarem o processo como protagonista. E nesse sentido, ser curador da obra escrita é um dos motivos escolhidos para finalizarmos o projeto que tem seu suporte inicial na efetivação de ser produtor e o próprio escritor. Nesse contexto, como já mencionado, a nossa curadoria será nominada de Curadoria Crítico-Cultural de Reexistência (CCCR), ou seja, é a exposição autocrítica, analítica e de Reexistência, afinal, por muito tempo, essas falas, esses escritos foram sucumbidos pela sociedade que via nos jovens, adultos e idosos seres incapazes de produzir uma história. Além disso, esse contexto de escrita, leitura e protagonismo traz à tona todo o processo desenvolvido até chegar a esse conceito próprio de curadoria.



Durante a exposição, os autores terão a oportunidade de mostrar a toda a comunidade escolar e ao município a capacidade afetuosa de uma escrita valorizada e estampada no/para o



Desenho 11 – A sala da Universidade

mundo, uma vez que os escritos ficarão disponíveis em sites e repositório da UFBA. Lembrar que todo esse conceito de CCCR está atrelado também à questão do formar cidadão crítico e reflexivo.

Além disso a Curadoria deverá receber visitas das demais turmas do colégio, quiçá também do município, de todo o corpo diretivo da escola e,

também, a convite: a Secretaria de Educação do Município de Dias d'Ávila. Assim, ao final de todo o processo, espera-se que o estudante da EJA se veja como produtor e disseminador de conhecimento, além de conhecedor, domador da própria língua. Dessa forma, o caráter da curadoria como processo autoral precisa ser compreendido diante dessa multiplicidade de pretextos: simultaneamente em relação à emergência de novas formas de criação e ao reposicionamento da função do curador nos dias de hoje. (GONRING, 2015, p.286) Assim, concluímos essa etapa de produção, protagonismo e autoria, com a CCCR.

Por conseguinte, a partir das leituras e escritas autorais, os educandos compreendem a importância de se lutar contra o sistema machista, racista e opressor que vê a mulher como submissa, muitas vezes, em virtude de questões históricas patriarcais que estão vivas nesta sociedade do século XXI e com capacidade de, por meio da curadoria e da produção de textos autorais, com leituras de mundo e de Conceição Evaristo, transformar a si mesmo e o outro. Dessa forma, esse projeto pode ajudar outros docentes a entenderem a relevância de levar uma



Desenho 12 – A comemoração

literatura que tenha a ver com a vivência da classe, a debater os assuntos como o racismo, o machismo e o sexismo e outras formas de opressão, seja contra a mulher negra, seja contra o

homem negro, seja contra as pessoas que estão à margem da sociedade e que são consideradas minorias sociais.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- ANTUNES, Benedito. Aporias do ensino de literatura. In: SIQUEIRA, Ana Marcia Alves (Org.). **Literatura e Ensino: reflexões, diálogos e interdisciplinaridade**. Ceará: UFC, 2016. P 13-28.
- ARROYO, Miguel González. **Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública**. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (orgs.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19- 50.
- _____. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BARBOSA, Lucia de Assunção; SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de. Língua de acolhimento. IN: **Dicionário crítico de Migrações Internacionais**. CAVALCANTI, Leonardo (et. al.), (org.). Editora Universidade de Brasília. Brasília: 2017 – pp. 434 – 437
- BARBOSA, Lúcia Maria Assunção.; SÃO BERNARDO, Mirelle Amaral de. Língua de acolhimento. In: CAVALCANTI, Leonardo et al. (org.). **Dicionário crítico de migrações internacionais**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2017. p. 434–7.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 23 de jul. 2019.
- BRASIL. **Lei Nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 04 out. 2019.
- CAMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: Literatura e senso comum**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 20016.
- CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário. **A linguagem escravizada: Língua, história e poder**. REA, no 2, nº 22, março 2003.
- CARNEIRO, Suelaine. Mulheres negras na educação – desafios para a sociedade brasileira. In: CARREIRA, Denise. et al. **Gênero e educação – fortalecendo uma agenda para as políticas educacionais**. São Paulo: Ação Educativa, Cladem, Ecos, Geledés, Fundação Carlos Chagas. 2016.
- CARNEIRO. Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo o%20negro.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/375003/mod_resource/content/0/Carneiro_Feminismo%20negro.pdf). Acesso em: 19 jan. 2017.
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- CARVALHO, Rayssa Andrade. **Movimento de Mulheres Negras e a luta pela afirmação dos Direitos Humanos no Brasil**. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/viewFile/14252/8826>. Acesso em: 15 jan. 2017.
- CARVALHO, Raquel Martins Borges. **Direito das mulheres e injustiça dos homens: a tradução cultural de Nísia Floresta da obra vindication of the rights of woman de Mary**

Wollstonecraft. Disponível em:

[http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278290473_ARQUIVO_artigocongresso\[1\].pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278290473_ARQUIVO_artigocongresso[1].pdf). Acesso em: 13 dez. 2016.

DALVI, Maria Amélia. **Literatura na Educação Básica: propostas, concepções, práticas**. Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES, Vitória, ano 10, v. 19, n. 38, jul./dez. 2013, p. 123-140.

Dias d'Ávila. **DECRETO Nº 1632/2020**. A Prefeitura Municipal de Dias d'Ávila decreta Situação de Emergência em Saúde Pública e estabelece novas medidas de proteção para o combate e enfrentamento, de importância internacional, decorrente do coronavírus (Covid-19). <http://www.diasdavila.ba.gov.br/prefeitura-decreta-situacao-de-emergencia-em-saude-publica-e-estabelece-novas-medidas/>

Dias d'Ávila. **DECRETO Nº 1.647/2020 DE 29 DE MAIO DE 2020**. Prorroga as medidas de prevenção e controle para enfrentamento do Coronavírus (COVID-19) no âmbito do município de Dias d'Ávila e dá outras providências <http://www.diasdavila.ba.gov.br/dias-davila-novo-decreto-com-medidas-de-prevencao-e-controle-para-enfrentamento-ao-covid-19-29-05-2020/>

Dias d'Ávila. **DECRETO Nº 1.658/2020 DE 25 DE JULHO DE 2020**. “Dispõe sobre a retomada econômica no âmbito do município de Dias D'Ávila; prorroga as medidas de prevenção e controle para enfrentamento do Coronavírus (Covid19) no âmbito do município de Dias D'Ávila; e dá outras providências. <http://www.diasdavila.ba.gov.br/decreto-sobre-retomada-economica-e-prorrogacao-das-medidas-de-prevencao-em-dias-davila/>

EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexão sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. (26 – 46)

_____. **DA GRAFIA-DESENHO DE MINHA MÃE UM DOS LUGARES DE NASCIMENTO DE MINHA ESCRITA**. Disponível em: <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html>. Acesso em: 27 jan. 2020.

_____. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro, 2018.

FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis . **Numeramento**. Disponível em: <http://www.ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/numeramento>. Acesso em: 24 jul. 2020.

GONRING, G. M. **(O que) pode a curadoria inventar?** Galaxia (São Paulo, Online), n. 29, p. 276-288, jun. 2015.

HADDAD, Sérgio; DI PIETRO, Maria Clara. **Escolarização de jovens e adultos**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>. Acesso em: 15/11/15.

HOOKS, Belli. **Linguagem: ensinar novas Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens paisagens/novas linguagens**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Sales. **Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº**

_____. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. In: **Currículo sem Fronteiras**. V.12, n.1, Jan/Abr 2012. pp. 98-109. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/11/curr%C3%ADculo-e-rela%C3%A7%C3%B5es-raciais-nilma-lino-gomes.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2020.

JOSSO, Marie-Christine. **A transformação de si a partir A transformação de si a partir da narração de histórias de vida**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007. Disponível em: revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/.../2088. Acesso em: 06 dez. 2016.

KLIEMAN, Angela. **Preciso “ensinar” o letramento?** Campinas: UNICAMP, 2005.

_____. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: _____ (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado das letras, 1995. p.15-61

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Oralidade e letramento. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 2003. P. 15-43.

MATTA, Roberto da; BRASIL, Sabem Com Quem Está Falando? Um Ensaio Sobre A Distinção Entre Individuo e Pessoa no Brasil. In: MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 179-248.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro – Parte 2**. Disponível em: http://www.academia.edu/11960023/MOURA_Cl%C3%B3vis_-_Sociologia_do_Negro_Brasileiro_-_Parte_2. Acesso em: 15 jan. 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Identidade, Cidadania e Democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil**. *Resgate: Revista Interdisciplinar De Cultura*. 1996, p. 17-24. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645505>. Acesso em: 21 jun. 2020.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Disponível em: www.geledes.org.br/.../Uma-abordagem-conceitual-das-noco-es-de-raca-r... Acesso em: 24 de nov. 2016.

MOYSÉS, Sarita Maria Affonso. **Literatura e história: Imagens de leitura e de leitores no Brasil no século XIX**. Revista Brasileira de Educação, 1995.

NASCIMENTO, Gabriel. **Entre o lócus de enunciação e o lugar de fala: marcar o não-marcado e trazer o corpo de volta na linguagem**. Trab. Ling. Aplic., Campinas, n(60.1): 58-68, jan./abr. 2021.

_____. **Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo**. Belo Horizonte, Letramento, 2019.

OLIVEIRA, Sílvio R. S. "A escola, o professor e a literatura em tempos plurais: pensando o contexto soteropolitano". Em: SANTOS, J. H. F.; ASSUMPÇÃO, S. S. **Redes de aprendizagens entre a escola e a universidade**. Salvador: EdUFBA, 2019, p. 249-270.

PERALVA, Angelina Teixeira; SPOSITO, Marília Pontes. **Quando o sociólogo quer ser saber o que é ser professor**: Entrevista com François Dubet. Espaço Aberto, 1997.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAS D'ÁVILA. **Plano Municipal de Educação – 2015 a 2025**. SEDUC, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **Pequeno manual antirrascista**. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

SANTOS, Mônica de Menezes. Por livros e leitores que dançam. In: SANTOS, José Henrique de Freitas; ASSUMPÇÃO, Simone Souza de (Org.). **Redes de aprendizagens entre a escola e a universidade**. Salvador: EDUFUBA, 2019. P. 227-248.

SEIXAS, Raul. **O dia em que a Terra parou**. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/raul-seixas/48325/>. Acesso em: 22 de jun. 2020.

SILVA, Ana Célia da. **A discriminação do negro no livro didático**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

SILVA, Claudicélio Rodrigues da. A literatura vai à escola, mas será que ela entra? Em: SIQUEIRA, Ana Márcia Alves (Org.). **Literatura e ensino**: reflexões, diálogos e interdisciplinaridade. Fortaleza: UFC, 2016, p. 29-37.

SILVA, Natalino Neves da. **Educação de jovens e adultos e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. *Crítica Educativa* (Sorocaba/SP), v.3, n.3, p. 200-213, ago./dez. 2017.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de Reexistência**: poesia, grafite, música, dança: Hip-Hop. São Paulo: Parábola, 2011.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; LIMA, Maria Nazaré Mota de. Rodas de conversa em cena: potencializando vozes de estudantes que sempre têm o que dizer. In: SANTOS, José Henrique de Freitas; ASSUMPÇÃO, Simone Souza (orgs.). **Redes de aprendizagens entre a escola e a universidade**. Salvador: EDUFBA, 2019. P. 179 – 176

SOUZA, Ana Lúcia Silva; VÓVIO, Cláudia Lemos. Desafios Metodológicos em Pesquisas Sobre Letramento. In: **Letramento e Formação do Professor: Práticas Discursivas, Representações e Construção do Saber**. Campinas – São Paulo: Mercado das Letras, 2005.

SOARES, Magda. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2018.

STREET, B.V. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Senhor(a) está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa **Escrevivências e Reexistências Discentes da EJA como sujeitos leitores e escritores** que será desenvolvida por meio de Roda de Conversa nas aulas de Língua Portuguesa, pelo professor **Severino Alves Reis**, como um projeto do Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Essa pesquisa tem por **OBJETIVO GERAL**: viabilizar as práticas leitoras na EJA, a partir de contos de Conceição Evaristo para que eles percebam o problema do preconceito e do racismo na sociedade brasileira, principalmente contra as mulheres e negras, como ponto de partida para escrita autoral, na forma de narrativas, de textos desses alunos e alunas. E, por **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**:

- Apresentar Conceição Evaristo à turma.
- Discutir com a turma o processo histórico e social do sistema patriarcal no Brasil e suas implicações na opressão de gênero.
- Apresentar à turma o surgimento do racismo na história da sociedade.
- Analisar com a classe contos de Conceição Evaristo.
- Produzir textos autorais a partir das leituras e diálogos a partir dos contos de Conceição Evaristo e das vivências e experiências.
- Escolher contos com a turma a partir do título.
- Situar a história da EJA destacando neste percurso o impacto de tal modalidade educacional em minha formação e em minha prática docente.
- Conhecer e compreender mais a realidade dos estudantes, seus interesses para, assim, identificar em qual aspecto a leitura literária pode ser um dos dispositivos plausíveis à afirmação identitária.

A partir dos objetivos e das práticas de discussão em sala de aula, alguns riscos poderão ocorrer por ser próprio do processo de aprendizagem e desenvolvimento da produção textual, uma vez que irá rememorar as vivências e experiência do alunado. Riscos como: constrangimento, choro e/ou timidez. Nesses casos, o professor-pesquisador agirá pedagogicamente de forma que o aluno não se sinta obrigado a participar das discussões. Porém, se, ainda assim, o processo de constrangimento e/ou choro continuar, esse aluno ou

essa aluna será encaminhado ao CAPS (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE DIAS D'ÁVILA), situado à Rua Dilton Bispo de Santana, S/N Bairro: Centro.

Por fim, os benefícios para os participantes da pesquisa são inúmeros, dentre eles: melhor desenvolvimento da escrita, desenvolver o gosto em apreciar literatura, além disso, entender que o lugar da mulher negra é onde ela quiser estar. Dessa forma, estará mais consciente de que a sociedade precisa entender que todos somos iguais independentemente de cor de pele, raça, gênero ou classe social.

Todas as atividades desenvolvidas visam à manutenção da integridade física, psíquica e moral dos (as) participantes. Nesse sentido, não serão veiculadas quaisquer informações ou imagens pessoais que possam ferir o que consta das Leis que resguardam os seus direitos, como o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990, além disso, a pesquisa está pautada nas resoluções éticas brasileiras, em especial a resolução CNS/CONEP 466/12 e 510/16. Assim sendo, os (as) alunos (as) terão o esclarecimento sobre o estudo em todo e qualquer aspecto que desejarem, sendo facultada a sua participação, ou seja, estarão livres para participar ou se recusar.

Vale ressaltar que a contribuição sua proporcionará a produção de conhecimento e os resultados da pesquisa serão divulgados no trabalho de conclusão do Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS/UFBA, bem como em eventos acadêmicos, livros e revistas científicas. Contudo, o (a) Senhor (a) não terá custo algum com material nem receberá qualquer benefício financeiro.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais. Após a sua assinatura, uma via será arquivada pela pesquisadora responsável e a outra lhe será entregue. Os pesquisadores tratarão a sua identidade, com padrões profissionais de sigilo, atendendo à legislação brasileira — Resoluções N.º 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde —, utilizando os dados somente para os fins acadêmicos e científicos.

O (A) Senhor (a) poderá solicitar outros esclarecimentos ao pesquisador responsável, Prof.º SEVERINO ALVES REIS, através do telefone (71) 992632707, do e-mail severo.alves@hotmail.com, e na Escola Municipal Laura Folly, localizada na Avenida Raul Seixas, S/N, s/n, Entroncamento, Dias d'Ávila-Ba. Poderá, ainda, solicitá-los à professora orientadora da pesquisa, Prof.ª. Dr.ª. Ana Lúcia Silva Souza, lotada no Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, pelo telefone (71) 3283-6207, do e-mail: anuluead@gamil.com, e no endereço Rua Barão de Jeremoabo, nº 147, *Campus* Universitário,

Ondina, Salvador-BA. Além disso, o projeto está sendo analisado pelo comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da UFBA, situado à Rua Augusto Viana, S/N, Campus do Canela. CEP 40110-060. Telefone: 3283-7615. E-mail: cepee.ufba@ufba.br.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, _____,
portador (a) do documento de identidade _____, responsável
pelo(a) menor _____,
fui informado(a) dos objetivos e dos procedimentos da pesquisa **Escrevivências e Reexistências Discentes da EJA como sujeitos leitores e escritores** de maneira clara e detalhada, tendo sido explicada as condições de participação dos alunos. Declaro que concordo com a minha participação sob a minha responsabilidade, sabendo que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão. Autorizo, igualmente, o uso da imagem em fotografia e registro áudio e/ou audiovisual, assim como a utilização de suas produções textuais como objeto de estudo, sendo respeitada a integridade, sem qualquer custo e/ou recompensa financeira. Recebi e li uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo esclarecidas as minhas dúvidas.

Dias d'Ávila, _____ de _____ de _____

Participante da Pesquisa

Severino Alves Reis

Pesquisador

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **Escrevivências e Reexistências Discentes da EJA como sujeitos leitores e escritores**, a ser desenvolvida pelo professor **Severino Alves Reis**, com autorização dos seus pais e/ou responsáveis. Essa pesquisa tem por **OBJETIVO GERAL**: viabilizar as práticas leitoras na EJA, a partir de contos de Conceição Evaristo para que eles percebam o problema do preconceito e do racismo na sociedade brasileira, principalmente contra as mulheres e negras, como ponto de partida para escrita autoral, na forma de narrativas, de textos desses alunos e alunas.. E, por **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**:

Apresentar Conceição Evaristo à turma.

Discutir com a turma o processo histórico e social do sistema patriarcal no Brasil e suas implicações na opressão de gênero.

Apresentar à turma o surgimento do racismo na história da sociedade.

Analisar com a turma contos de Conceição Evaristo.

Produzir textos autorais a partir das leituras e diálogos a partir dos contos de Conceição Evaristo e das vivências e experiências.

Escolher contos com a turma a partir do título.

Situar a história da EJA destacando neste percurso o impacto de tal modalidade educacional em minha formação e em minha prática docente.

Conhecer e compreender mais a realidade dos estudantes, seus interesses para, assim, identificar em qual aspecto a leitura literária pode ser um dos dispositivos plausíveis à afirmação identitária

A partir dos objetivos e das práticas de discussão em sala de aula, alguns riscos poderão ocorrer por ser próprio do processo de aprendizagem e desenvolvimento da produção textual, uma vez que irá rememorar as vivências e experiência do alunado. Riscos como: constrangimento, choro e/ou timidez. Nesses casos, o professor-pesquisador agirá pedagogicamente de forma que o aluno não se sinta obrigado a participar das discussões. Porém, se, ainda assim, o processo de constrangimento e/ou choro continuar e, como forma de continuar protegendo a privacidade e a integridade, esse aluno ou essa aluna será

encaminhado para a equipe psicopedagógica da instituição, visto que toda a equipe estará envolvida com o desenvolvimento do projeto. Porém, se ainda assim esses fatores permanecerem, a equipe, por manter contato direto com o CAPS, direcionará o estudante para o CAPS (CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DE DIAS D'ÁVILA), situado à Rua Dilton Bispo de Santana, S/N Bairro: Centro.

Por fim, os benefícios para os participantes da pesquisa são inúmeros, dentre eles: melhor desenvolvimento da escrita, desenvolver o gosto em apreciar literatura, além disso, entender que o lugar da mulher negra é onde ela quiser estar. Dessa forma, estará mais consciente de que a sociedade precisa entender que todos somos iguais independentemente de cor de pele, raça, gênero ou classe social.

Haverá diversas atividades, como a aplicação de questionário, a realização de rodas de conversas, a exibição de vídeos, leitura de reportagens e outros gêneros textuais com a mesma temática das reportagens, escrita de textos cujos autores serão vocês mesmos. Como produto final, organizaremos livro com um texto de cada um de vocês para a socialização da aprendizagem.

Você, assim como todos os participantes, terá a sua integridade física, psíquica e moral garantida. Não serão veiculadas imagens ou informações pessoais que possam ferir os seus direitos de acordo com as Leis, a exemplo, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990 e as Normas e Resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos, em especial as Resoluções CNS 466/12 e 510/16. Assim sendo, vocês terão o esclarecimento sobre o estudo em todo e qualquer aspecto que desejarem, principalmente em relação aos riscos - constrangimento, desconforto ao ler em voz alta devido à timidez, desconforto ao escrever por não se sentir capaz, etc -, sendo facultada a sua participação, ou seja, estarão livres para participar ou se recusar. Como forma de amenizar esses riscos, a professora-pesquisadora assume a responsabilidade de ser pedagogicamente cuidadosa em sua abordagem, evitando, assim, qualquer constrangimento ou desconforto.

Também terá o esclarecimento sobre todos os aspectos dos estudos e atividades que faremos, sendo que a sua participação na pesquisa é facultativa, por isso é um direito seu participar dela ou não, podendo interromper a sua participação em qualquer etapa.

Entretanto, com a sua participação nesse processo colaborativo de pesquisa-aprendizagem, você poderá contribuir para a produção de conhecimento sobre a nossa comunidade, em que a Escola Municipal Laura Folly está localizada na Avenida Rual Seixas, S/N, Entroncamento,

Dias d'Ávila-Ba. Os resultados da pesquisa serão divulgados, por seu professor, no seu trabalho de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, assim como em eventos acadêmicos, a exemplo de congressos, seminários etc., e em livros e revistas científicos, não havendo custo nem recebimento de qualquer benefício financeiro pelos participantes.

Por isso, estimo que o nosso processo de ensino-aprendizagem ganhe novos sentidos, com o compromisso de evidenciar a importância e a contribuição de cada participante — você, sua família e a comunidade —, assim como reconhecer a riqueza sociocultural, em especial, a escrita que surge a partir dos contos, das experiências e dos gêneros orais usados em sala de aula.

Em caso de dúvida ou na ocorrência de qualquer fato não previsto, você e/ou os seus responsáveis poderão entrar em contato comigo, professor SEVERINO ALVES REIS, pessoalmente na escola ou pelo telefone (71) 99263-2707.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, _____, aceito participar da pesquisa **Escrevivências e Reexistências Discentes da EJA como sujeitos leitores e escritores**. Entendi como será desenvolvida a pesquisa e da sua importância para a nossa comunidade escolar. Compreendi como posso participar e que a minha participação é facultativa, por isso tenho o direito de optar por participar ou não de qualquer etapa da pesquisa. O pesquisador **SEVERINO ALVES REIS** esclareceu as minhas dúvidas e já recebeu a autorização dos meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e concordo em participar da pesquisa.

Dias d'Ávila, _____ de _____ de _____

Participante da Pesquisa

Severino Alves Reis

Pesquisador